



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

36ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E
COMBATE À TORTURA

Data e horário: 21 de julho de 2022, de 09:00hs às 13hs.

Local: virtual

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO – 1º dia

1. Abertura

Pauta:

- 1.1 Registro dos membros e quórum:** 9:10hs.
- **Horário do início do ponto de pauta:** 9:20hs.
- **Condução:** Vice-Presidente – Sofia Fromer.
- **Quórum para abertura:** 14 membros.
- **17 presentes** – 8 da Sociedade Civil e 9 de governo.

Representantes da sociedade civil	Representantes de Governo
1. Conselho Federal de Serviço Social – CFSS 2. Agenda Nacional pelo Desencarceramento 3. GAJOP 4. ITTC 5. ANADEP 6. Ass. ^a Popular Maria Felipa 7. Assoc. de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade 8. Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio. 9. UFRN	1. MMFDH 2. SNPG/MMFDH 3. SNPPIR/MMFDH 4. SEGOV/PR 5. DEPEN/ JSP 6. M Cidadania 7. MEC 8. MD 9. MRE
Soma SC:8	Soma RG: 9
Total: 17	

GOVERNO:

I – Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos:

a) representante suplente da Ministra de Estado da Mulher da Família e dos Direitos Humanos:

1. Sávio Luciano de Andrade Filho.

b) representantes da Secretaria Nacional de Proteção Global:

1. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos, suplente.

c) representante da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial:

1. Rodrigo José Henriques de Faria, suplente.

II - Ministério da Justiça e Segurança Pública:

a) representante do Departamento Penitenciário Nacional:

1. Cristiano Tavares Torquato, titular.

III - Ministério das Relações Exteriores:

1. Matheus Moreira e Silva Aracoeli, suplente.

IV - Ministério da Defesa:

1. Jorge Luiz Mendes de Assis, titular.

V - Ministério da Educação:

1. Sérgio de Oliveira, titular.

VI - Ministério da Cidadania:

1. Cláudia Gonçalves Leite, suplente.

VII - Secretaria de Governo da Presidência da República:

1. Igor Felipe de Oliveira Araújo, titular;

SOCIEDADE CIVIL

I - Representantes da Sociedade Civil pelo Conselhos de Classes Profissionais

a) Conselho Federal de Serviço Social:

1. Mauricléia Soares dos Santos, titular.

II - Representantes da Sociedade Civil pelos Movimento sociais, fóruns, entidades da sociedade civil com atuação relacionada à prevenção e ao combate a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes:

a) Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP:

1. Fernanda Fernandes, titular;

b) Agenda Nacional pelo Desencarceramento:

1. Elaine Bispo da Paixão, suplente.

c) Associação de Amigos e Familiares de PPL:

1. Miriam Estefânia dos Santos, suplente.

d) Assessoria Popular Maria Felipa:

1. Fernanda Vieira de Oliveira, suplente;

e) Instituto Terra, Trabalho e Cidadania:

1. Sofia Fromer Manzalli, titular.

f) Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP:

1. Romero José da Silva, suplente.

g) Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio:

1. Márcia Lysllane da Silva Santos, titular.

III - pelas entidades representativas de trabalhadores, estudantes, empresários ou instituições de ensino e pesquisa:

a) representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte:

1. Candida de Souza, titular.

1.2 Leitura e aprovação da pauta da 36ª RO

Ocorreu a inclusão de ponto extra para aprovar resolução para formalizar a indicação da posse à Vice-presidência e da mesa diretora.

Houve a inversão do ponto de pauta quanto à Resolução ad referendum das reuniões plenárias em formato híbrido para depois do intervalo de 11 horas, bem como para o item 5. Com isso, o informe sobre o Edital 6 passou a ser o item 3. E o informe sobre a designação da Coordenação do MNPCT passou a ser o item 4.

1.3 Aprovação da Ata da 35ª RO

A ata da 35ª Reunião Plenária foi aprovada.

Neste momento, informe sobre o defeso eleitoral: Cartilha da AGU. Extensivo aos membros do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, no exercício das funções do Comitê, de acordo com § 1º do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, este que dispõe:

“Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.”

2. Pauta Administrativa

2.1 Posse de entidade eleita no Edital 6/2022

Foi dada posse à entidade Francisco de Assis, Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos - Educafro.

E boas-vindas aos representantes:

- a) Vitor Hugo Gonçalves Miranda, titular; e
- b) Eliege Domingos da Silva, suplente.

3. Pauta Administrativa (vaga remanescente)

3.1 Informe sobre o Edital 6/2022

Aprovada, por unanimidade, a Recomendação ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos o preenchimento das vagas que restaram desertas após a conclusão dos 4º e 5º Processos de Chamamento Público para composição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em razão da ausência de candidatas do segmento I, pelas candidatas concorrentes ao segmento III, nos termos do Edital nº 6/2022.

4. Pauta Administrativa – MNPCT

4.1 Informe da designação da Coordenação

Apresentou-se a Coordenação-Geral do MNPCT indicada pelos peritos do mecanismo.

4.2 Indicação de comissão de seleção

Apresentado a Resolução da Comissão de Seleção do MNPCT. Sugerido pela representante da UFRN o uso do Edital anterior como modelo para o novo edital.

Por unanimidade, os membros concordaram em reduzir a Comissão Eleitoral de 6 para 4 membros, sendo 2 de governo (Ministério da Saúde e Secretaria Nacional da Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos de Humanos) e 2 da sociedade civil (Agenda Nacional para o Desencarceramento e Conselho Federal de Serviço Social).

5. Pauta administrativa:

5.1 Resolução ad referendum sobre o formato híbrido de reuniões

Foram feitas alterações ao texto da Resolução nº 33, de 20 de julho de 2022.

Alterada a redação ao art.1º. Retirada as reuniões ordinárias do art. 2º e acrescentados os parágrafos primeiro e segundo. Alteração no art. 3º para incluir o inciso IV. O art. 4º foi transformado em parágrafo segundo do art. 2º.

6. Ponto Extra:

6.1 Resolução de posse à Vice-presidência

Aprovada a resolução para formalizar a designação da Vice-presidência e da Mesa Diretora no primeiro ano do atual biênio.

Encerramento da reunião

A Vice-presidência, no exercício da presidência, declarou a reunião encerrada.



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

**36ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E
COMBATE À TORTURA**

Data e horário: 22 de julho de 2022, de 09:00hs às 13hs.

Local: virtual

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO – 2º dia

1. Abertura

1.1 Registro dos membros e quórum: 9 horas e 8 minutos.

- **Horário do início do ponto de pauta:** 9:09 hs.
- **Condução:** Vice-Presidente – Sofia Fromer.
- **Quórum para abertura:** 14
- **14 presentes – 6 da Sociedade Civil e 8 de governo**

Representantes da sociedade civil	Representantes de Governo
1. ITTC 2. ANADEP 3. Ass. ^a Popular Maria Felipa 4. Assoc. de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade 5. Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio. 6. UFRN	1. MMFDH 2. Senasp/MJSP 3. SNPPIR/MMFDH 4. DEPEN/ MJSP 5. M Cidadania 6. MEC 7. MD 8. MRE
Soma SC: 6	Soma RG: 8
Total: 14	

Observação: Conselho de Serviço Social pediu registro de participação. Ao longo da reunião, tivemos 10 membros da sociedade civil e 10 de governo.

2. Pauta administrativa:

2.1 Proposta de missões conjuntas DPU/CNPCT/MNPCT:

CNPCT preocupa-se que a missão precisa ser feita com o MNPCT. Proposta de não dispensar o convite.

Fernanda/Anadep: propõe Reunião Extraordinária/CNPCT para que o MNPCT para apresentar relatório do Amazonas ao CNPCT e este tomar as providências emergenciais.

Rogério Guedes: explica que o CNJ está acompanhando através do DMF a missão do Amazonas. Esclareceu também sobre o Distrito Federal.

Carolina Lemos e Fernanda Oliveira sugeriram mais estados: Minas Gerais, Bahia e Paraná.

Encaminhamento da sociedade civil: RE/CNPCT com convite ao CNJ, MNPCT e DPU para tratar sobre as denúncias de violações no AM, MG, DF, BA e PR. Cobrar do MNPCT os relatórios de violações, sobretudo do Amazonas.

Sávio: propõe fazer na ordinária ou extraordinária para fazer um balanço dos relatórios do MNPCT.

Sofia: reunião com o CNJ em 15 dias virtual.

Encaminhamento 1: reunião extraordinária online, no período da manhã, em 20 dias para avaliar o relatório do estado do Amazonas, incluindo outros atores, como o CNJ, a DPU e a Frente pelo Desencarceramento do AM.

Encaminhamento 2: próxima reunião ordinária para a apresentação dos relatórios do MNPCT sobre os estados Distrito Federal, Minas Gerais e Paraná.

3. Pauta temática:

3.1 Proposta de instituição de Grupos de Trabalho:

- GT Audiências de Custódia
- GT Visitas externas e Revista Íntima

Redigidas as minutas para instituição do Grupo de Trabalho

GT 1 - audiência de custódia: Maria Felipa, Anadep, Ministério da Defesa e Senasp/MJSP.

GT 2 – Visitas externas e Revista Íntima: ITTC, Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privativas de Liberdade, MMFDH e Depen/MJSP.

4. Pauta temática: Denúncias

4.1 Fluxo de encaminhamento

4.2 Denúncias e encaminhamentos ad referendum da Mesa Diretora:

4.2.1 Irregularidades no sistema socioeducativo de Pernambuco

4.2.2 Grupo de Trabalho sobre denúncias no sistema prisional do Amazonas

4.2.3 Relatório do CNJ sobre o sistema prisional do Ceará

4.2.4 Relatos de tortura por parte de policiais militares em Santa Catarina

Início do fluxo, conforme a Resolução 4.

- 1- Recebimento da denúncia; 2- inteiro teor à mesa diretora do CNPCT; 3- análise e sugestões da mesa; 4- submissão ao plenário.

Encaminhamento: envio de ofícios e atualizações para autoridades locais, a pedido da mesa diretora.

5. Pauta temática: Relatórios do MNPCT

5.1 Relatórios de Inspeção e encaminhamentos ad referendum da mesa diretora:

5.1.1 Relatório de inspeção Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) e Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG)

5.1.2 Relatório de inspeção Lar Francisco de Assis (Instituição de Longa Permanência para Idosos do DF)

5.1.3 Relatório de inspeção da Casa de Passagem do Instituto de Saúde Mental do Distrito Federal

Socioeducativo: muitos casos de suicídios; uso de medicação controlada sem o controle adequado, com tratamentos irregulares; sem atividades pedagógicas, poucas atividades socioeducativas. Homens no socioeducativo feminino, podendo ocorrer estupros. Patrulha canina da PMDF. Uso de armamentos menos letais que não são menos letais.

Instituição de Saúde Mental: sem aspecto de residência terapêutica. Sem integração e isolamento. Recomendação de Fechamento.

ILPI do DF: isolamento de idosos, inércia da Direção para iniciar atividades. Lógica de medicalização e alimentação. Inexistência de Projeto Terapêutico singular.

Encaminhamento:

1 - Ofícios às autoridades locais do DF (DMF, DPDF, DPU, MPF, MPDFT) quanto às providências adotadas para a interrupção das violações identificadas pelo MNPCT, em especial, quanto ao uso de armas menos que letais, uso de algemas fora das hipóteses autorizadas pelo STF e sem justificativa, tratamento de saúde mental sem projeto terapêutico singular.

1 - Ofício ao Conanda quanto à existência de resolução de meninas no socioeducativo.

2 - Ofício à Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente (SNDCA) e ao DMF para que informem as unidades socioeducativas de meninas que tenham agentes masculinos em atuação.

3 - Oficiar ao DMF e ao Depen para que informem as unidades de presídios femininos que tenham agentes masculinos em atuação.

Encerramento da reunião

A Vice-presidência, no exercício da presidência, declarou a reunião encerrada.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

36ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Dias: 21 e 22/07/2022

Brasília/DF



DEGRAVAÇÃO

36ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

1 **36ª Reunião Plenária Ordinária Dia 1-20220721_090248-Gravação de Reunião**

2 **1.mp4:**

3 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidente, Presidente em exercício hoje
4 é Sofia, já está entre nós. Então, à medida que a gente já tiver quórum, nós podemos
5 iniciar nossa reunião. Assim que tiver quórum, Natália, nos avisa, por favor. Vai
6 lembrando o pessoal para colocar no Chat e ir fazendo a marcação no nosso
7 sumário executivo, por gentileza.

8 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Eu contei já doze pessoas. Já temos SNPI,
9 temos o Ministério da Cidadania, MEC, Defesa, DEPEN, se bem o Sávio está pelo
10 Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos, não é? Cinco, membros do
11 governo, detém 6 membros do governo, temos a sociedade civil e TTC, que é a
12 Sofia, Maria Felipa, que é a Fernanda Oliveira, temos Mauricleia do Conselho de
13 Serviço Social, Igor Araújo entrou agora pelo SEGOV, já temos dez. A Cândida pela
14 UFRN, 11.

15 **Sr. Igor Felipe de Oliveira Araújo (Titular - Secretaria de Governo da**
16 **Presidência da República)** – Bom dia a todos, Igor que está falando. Estou com
17 alguns probleminhas de Internet, mas vou acompanhando aqui, tentando
18 solucionar.

19 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Bom dia. Por enquanto ainda não temos
20 quórum, temos 11, correto?

21 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – EDUCAFRO, 12.

22 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ministério da Defesa, Jorge se
23 manifestou.



24 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Nós já contamos com o Ministério da defesa.

25 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Então, nós temos doze. Se formos
26 rigorosos, EDUCAFRO ainda não seria quórum. Ela vai tomar posse... A
27 homologação da posse dela vai ser daqui a alguns minutos. Então, a rigoríssimo,
28 nós temos onze ainda.

29 **Sra. Miriam Stephanie dos Santos (Suplente - Associação de Amigos e**
30 **Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade)** – Bom dia.

31 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Está gravando.

32 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Bom dia. Se algum...

33 **Sra. Miriam Stephanie dos Santos (Suplente - Associação de Amigos e**
34 **Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade)** – Mirian Estefânia, da
35 associação de amigos e familiares de pessoas em privação de liberdade. Eu não
36 estou conseguindo escrever no Chat.

37 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perfeito. Muito obrigado. Então, registra,
38 Natália, no quórum da associação de amigos de pessoas em privação de liberdade,
39 presente. Se algum outro colega que é representante de entidade ou de governo
40 não manifestou no Chat, ou tiver algum impedimento, por favor, se manifeste no
41 microfone, para a gente poder registrar a presença. Estamos na contagem de
42 quórum.

43 **Sr. Jorge Mendes (Titular - Ministério da Defesa)** – Bom dia, João. Bom dia a
44 todos. Mendes do Ministério da defesa.

45 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Mendes. Foi contabilizado a
46 sua presença.



47 **Sra. Márcia Lysllane da Silva Santos (Titular - Rede de Proteção e Resistência**
48 **Contra o Genocídio)** – Bom dia. Marcia Lysllane do Comitê nacional de prevenção
49 e combate à tortura.

50 **Interlocutor não identificado** – Bom dia, só testando o áudio aqui. Me escutam?
51 Obrigado, viu.

52 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Márcia, você representa qual entidade?

53 **Sra. Marcia Lysllane (Titular - Rede de Proteção e Resistência contra o**
54 **Genocídio)** – A Rede de Proteção e resistência contra o genocídio. Desculpa.

55 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Perfeito. Então, nós temos mais uma
56 presença registrada. Confere para mim o número agora. Nós temos, acabou de
57 registrar a presença da rede de proteção contra o genocídio.

58 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – ANADEP está entrando agora também. Já
59 deu 14, não é? Deu quórum agora. Acabou de dar. Nove e dez.

60 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Com a ANADEP, então nós temos o
61 quórum. SNPG também presente, doutora Karoline.

62 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
63 **Proteção Global)** – Bom dia.

64 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, por favor, Natália, para a
65 instalação do quórum, peço que você faça a chamada nominal dos presentes para
66 darmos início à reunião.

67 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Então, vamos lá. Vou começar, então, pelos
68 membros de governo. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos.

69 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Pode seguir, já registrou a presença
70 do Chat.



71 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – A SNPG, SNPI, FENASP, Ministério da
72 justiça... Acho que não tem presença. SEGOV? Igor. DEPEN, Torquato.

73 **Sr. Igor Felipe de Oliveira Araújo (Titular - Secretaria de Governo da**
74 **Presidência da República)** – SEGOV, presente.

75 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – MEC, Defesa, MRE não está presente. De
76 governo, não temos nem o MRE nem a SENASP. Sociedade civil, Conselho...

77 **Interlocutora não identificada** – Ministério da Cidadania, presente, Natália.

78 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Não, eu já contei aqui. Vou passar para a
79 sociedade civil. Conselho federal de serviço social, está presente? Não era
80 Mauricleia?

81 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
82 **Social)** – Oi, estou presente. Espera aí, é que para ligar tudo... Aqui, presente,
83 Mauricleia.

84 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Agenda nacional pelo desencarceramento?
85 Não está presente. GAJOP? Também não está. E TTC? Sofia?

86 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
87 **Organizações Populares, GAJOP)** – Presente.

88 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – ANADEP? Será que a ANADEP saiu?

89 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ela não registrou presença no Chat,
90 Fernanda, da ANADEP.

91 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Não, ela tinha entrado.

92 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
93 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Presente.



- 94 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Registrado, Fernando.
- 95 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
96 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Estou com um problema que na câmera e
97 não estou conseguindo acesso ao Chat, não sei o porquê.
- 98 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Assessoria popular, Maria Felipa, outra
99 Fernanda?
- 100 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim, está presente. Registrou presença.
- 101 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Presente.
- 102 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Associação de amigos e familiares de pessoas
103 privadas de liberdade.
- 104 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Já registrou presença
- 105 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Rede de Proteção e resistência contra o
106 genocídio. Registrou?
- 107 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim.
- 108 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – UFRN? Registrou? Cândida?
- 109 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim, registrou presença.
- 110 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Agora acabou de entrar também com Mateus
111 Moreira, do MRE.
- 112 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perfeito. Então, nós temos quantos
113 presentes?
- 114 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15.



115 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – 15 presentes. Então, com quórum
116 instalado, passo a palavra para a Presidente em exercício hoje, doutora Sofia
117 [Ininteligível]0:10:26, para iniciarmos a nossa reunião e nos colocando à disposição
118 para compartilhar e colaborar com a Presidência e com os demais na condução da
119 pauta.

120 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
121 Bom dia a todos e a todas. Espero que tenhamos uma boa reunião hoje. De acordo
122 com a pauta, então, hoje teria a abertura, registro do quórum e faremos agora a
123 leitura e a aprovação da pauta da ata da... Primeiro eu acho, bom... Leitura é
124 aprovação da pauta dessa reunião e depois da aprovação data da reunião passada.
125 Então, não sei se todos estão com ela aberta aqui, a pauta seria então, o primeiro
126 item seria a posse da EDUCAFRO, a Resolução sobre o formato híbrido, na
127 sequência uma pauta administrativa sobre o edital de remanescentes para o
128 Comitê, o intervalo às 11h, uma falta administrativa, o informe da designação da
129 Coordenação do Mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura, a
130 indicação da Comissão de seleção para os novos Peritos, 12h15 Revisão do
131 sumário executivo e às 13h o encerramento. Alguém quer falar alguma coisa sobre
132 a nossa pauta?

133 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Peço à Presidência, licença rapidamente,
134 para pedir a equipe para projetar essa pauta, por gentileza. Presidente, eu tenho
135 um pedido da gente fazer uma inclusão extrapauta, apenas para a Resolução de
136 homologação da vice-presidência e da mesa diretora, seguindo o padrão dos
137 biênios anteriores. Aquela decisão que designa a vice-presidência e a mesa
138 diretora, a gente formalizar ela tem uma Resolução do Comitê. Nós temos uma
139 minuta aqui. Então, é um pedido para gente incluir na pauta, pode ser no início junto
140 com a questão da designação, próximo da designação da entidade que vai ser
141 empossada.

142 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
143 Sim. Em relação a Resolução do formato híbrido de reunião, nós não recebemos a



144 Resolução. Eu queria saber, a respeito da Resolução, como que... Porque a gente
145 precisaria analisar ela, não é?

146 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim, ela foi juntada na pasta, foi
147 publicada hoje.

148 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Mas
149 ela já foi publicada?

150 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Foi publicada hoje, ad referendum do
151 plenário. Então, plenário..., mas teremos condições de avaliá-la aqui neste
152 momento de pauta.

153 **Interlocutora não identificada** – João, questão de ordem, João e Sofia. Já que a
154 Resolução foi publicada hoje e, obvio, que ninguém aqui teve condição de ler, pelo
155 menos não da sociedade civil, inverter a pauta e colocar a análise da Resolução
156 depois do intervalo das 11 horas, para a gente ter pelo menos a condição de ler,
157 não é?

158 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
159 Concordo.

160 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Os demais colegas têm...

161 **Interlocutor não identificado** – É de acordo também. Concordo.

162 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

163 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O Sávio pediu a palavra.

164 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

165 **Interlocutor não identificado** – De acordo.

166 **Interlocutora não identificada** – De acordo.



167 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O Sávio pediu a palavra, Presidente.

168 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
169 Fernanda também.

170 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Bom dia, bom dia a todos. Uma
171 boa reunião para todo mundo. Parabenizar a equipe de apoio, que correu ontem
172 para algumas publicações para permitir que nossa reunião ocorresse de forma
173 tranquila. Essa citação que o João fez, é apenas uma questão pró-forma, não tem
174 mérito, é um padrão que pega e a gente apenas atualiza, mas também concordo
175 com os colegas que isso pode ficar para uma análise posterior, inversão de pauta,
176 sem problema.

177 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Fernanda, levantou a mão?

178 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
179 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Sim, vou até reiterar o pedido de desculpas,
180 que eu estou com algum problema aqui. Não estou conseguindo fazer a minha
181 câmara funcionar. Só deixar registrado que essa proposta da sociedade civil, para
182 que haja inversão de pauta, em atenção àquele esforço que a gente registrou na
183 própria reunião passada, de chegar a um consenso de aprovação da Resolução,
184 mas que de fato a apresentação hoje, no momento da reunião, isso por si só vem
185 ao regimento e precisa ser registrado aqui, de maneira que não se repita, até porque
186 havendo uma previsão de ser ad referendum, não pode haver a validade, vigência,
187 publicidade, publicação da Resolução, sem que haja a deliberação do plenário.
188 Então, fazer constar aqui um pedido, primeiro registro de que a sociedade civil está
189 aqui se revelando aberta e, mais uma vez, de boa-fé para que haja aprovação da
190 Resolução, mas para que esse tipo de postura não se repita, porque, de fato, isso
191 viola uma análise mais precisa e equilibrada da resolução que está sendo proposta.
192 Obrigada.

193 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perfeito. Homero levantou a mão aqui.



194 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
195 **Organizações Populares, GAJOP)** – Isso mesmo. Bom dia a todos e todas.
196 Romero aqui do GAJOP. Eu gostaria essa de... A mesma linha que a Fernanda
197 apresentou, da necessidade de que esses fluxos sejam cumpridos e, de fato, sejam
198 compartilhados entre os membros, mas eu queria só fazer um esclarecimento. Uma
199 vez tendo a Resolução publicada, nós estamos pedindo, sociedade civil pedindo na
200 versão de pauta, nesse sentido a gente vai dar conhecimento à Resolução a título
201 de entendeu conteúdo que está posto, mas não tem nenhuma alteração mais sobre
202 ela. É isso, uma vez que ela já foi publicada?

203 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ela pode ser validada do jeito que está
204 ou pode ser deliberada pelo plenário de outra forma.

205 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
206 Sávio levantou a mão.

207 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Só para esclarecer aqui, eu acho
208 que até para alinharmos a informação para todo mundo. Eu acho que a Resolução
209 que nós estamos tratando, e a Resolução nº 33, correto, João? É a Resolução que
210 trata da possibilidade da Reunião Virtual, é isso?

211 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Exato. Quero pedir para a batalha
212 projetar essa Resolução rapidamente.

213 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Então, nesse sentido, reafirmar
214 com os colegas que a Resolução foi uma Resolução bem simples, conforme na
215 última reunião, nós chegamos a debater. Esse texto poderá ser apreciado e poderá
216 ser alterado por nova Resolução, inclusive até anticipo que a consultoria jurídica
217 indicou que o ideal seríamos colocar isso no nosso regimento interno, uma alteração
218 no nosso regimento interno, porque nós ficamos com o documento consolidado.
219 Então, essa Resolução que foi feita, foi apenas para prever a continuidade dos
220 nossos trabalhos nessa reunião e as próximas reuniões, conforme acordado,



221 poderão ser presenciais. Então, quando projetar o texto, vocês vão verificar que nós
222 temos aqui sete artigos bem simples, apenas prevendo essa Reunião Virtual.

223 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – A**
224 Cândia está com a mão levantada.

225 **Sra. Cândia de Souza (UFRN) –** Oi, gente. Bom dia. Que pedir desculpa pelo
226 barulho, mas estava dando uma olhada aqui na Resolução... Entendo que a gente...

227 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
228 Cândia, estão pouco ruins para mim o seu áudio.

229 **Sra. Cândia de Souza (UFRN) –** E agora, vocês estão me ouvindo?

230 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Um
231 pouco melhor.

232 **Sra. Cândia de Souza (UFRN) –** Um pouco melhor? Está melhor agora?

233 **Interlocutor não identificado –** Não estou conseguindo entender o que a Cândia
234 está falando, não, para mim está muito ruim o áudio.

235 **Interlocutora não identificada –** Gente, a proposta de inversão de pauta de
236 justamente para a gente não ficar agarrado nisso, para dar celeridade aos trabalhos.
237 Então, se ninguém se opõe, vamos seguir.

238 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
239 Bom, eu acho que, enfim, se todo mundo concordou com a inversão da pauta, a
240 gente pode fazer ela depois do intervalo, não é? A respeito da Resolução Ad
241 referendium, eu acho que não há necessidade, não é? A gente tinha pactuado na
242 reunião passada de que seria discutida nessa reunião, e não que seria publicado, e
243 depois poderia ter uma, enfim, qualquer mudança na Resolução já publicada,
244 porque há uma diferença entre publicar uma Resolução que depois ter de fazer
245 mudança e republicar outra Resolução. Então, eu acho que, nas próximas, não há



246 nenhum motivo para que nós não tenhamos conhecimento prévio daquilo que,
247 enfim, foi pactuado na própria reunião. Então, me parece um pouco de contrassenso
248 isso, que agora a gente possa olhar e analisar, sendo que a gente já poderia ter
249 feito isso a priori. Então, acho que a gente segue, então, para a inversão da pauta
250 e essa pauta, inclusive para que a gente possa ler com mais calma, ela fica para
251 depois do intervalo. Então, a gente segue agora com a aprovação da ata da reunião
252 passada.

253 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidente, pela ordem, eu quero pedir
254 para a equipe de apoio subir novamente a data e fazer a alteração para nós, por
255 gentileza, para ficar marcado o registro da inversão é a inclusão, no ponto 2,1 da
256 Resolução que homologa a vice-presidência e a mesa diretora. Fazer constar para
257 nós agora, para que fique aprovado com registro realizado e definitivo.

258 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Ok,
259 João. Cândida, sua mão ainda está levantada. Você quer falar? Acho que ela ainda
260 está com problema no áudio. Você vai projetar aqui a ata, então, Natália? Você está
261 sem áudio?

262 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Então, só um minutinho, que a Débora vai
263 compartilhar aqui.

264 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
265 Está bom. A Fernanda levantou a mão.

266 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
267 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Obrigada, Presidenta. Bom, sobre essa
268 proposta de inclusão de pauta, me parece ser um tema também mais formal. Eu
269 penso que, talvez, essa formalização poderia ficar ao final da pauta também, não
270 é? De maneira que a gente não prejudique os outros pontos que já vem constando.

271 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – De
272 acordo.



273 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O ponto 3 passa para o ponto 5 e o ponto
274 5 passa para outro ponto 3. Pode ser assim?

275 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
276 Pode.

277 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Vocês querem começar do ponto... O
278 ponto 4 pode ir subindo e o ponto 5 pode virar o ponto 4 também. Ponto 3 então,
279 ponto 5, a Resolução passou para depois do intervalo.

280 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Não
281 é tão a gente fica aqui com...

282 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A gente coloca ali, coloca leis debaixo
283 do ponto 6, por favor. Então, aprovação da Resolução da vice-presidência de mesa
284 diretora. A aprovação, Resolução... Só as palavras, vice-presidência e mesa
285 diretora, conforme sugerido pelo Fernando, não havendo objeção. Ok. Então, a ata
286 do primeiro dia fica aprovada.

287 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
288 Sim.

289 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu quero solicitar, Presidência... Você
290 quer ser chamado de Presidente ou Presidenta?

291 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
292 Presidenta.

293 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Quero solicitar, presidenta, que, após
294 aprovação da ata da 25^a, haja um espaço para gente fazer um informe, Natália vai
295 fazer o informe a respeito do Defesa Eleitoral.

296 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – O
297 que seria isso?



298 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A gente vai fazer o informe de que é nós
299 somos do Defesa Eleitoral é que... A Natália vai explicar, o manual de condutas da
300 AGU para depois dos colegas poderem avaliar as ações que podem repercutir no
301 período eleitoral, enquanto o exercício da função pública de representante no
302 Comitê.

303 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Mas
304 isso não seriam ponto de pauta também?

305 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A gente vai fazer o informe de que vai
306 estar disponibilizado manual na pasta e os demais colegas podem depois avaliar.

307 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
308 Bom, então, a pauta ficou... O próximo ato seria aprovação da ata da reunião
309 passada, a posse da EDUCAFRO na sequência, depois informes sobre o edital da
310 vaga remanescente, as 10h15 a pauta administrativo do Mecanismo nacional de
311 prevenção no combate à tortura, intervalo, depois disso a Resolução no formato de
312 reunião híbrida, 12h15 revisão do sumário Executivo e às 13h no encerramento.

313 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perfeito.

314 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Se
315 a Natália poder projetar a ata da reunião passada, por favor.

316 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A ata foi disponibilizada com sete dias
317 de antecedência na pasta que, conforme vai se passado aqui, seus colegas tiverem
318 algo a acrescentar. Se não tiverem uma objeção, sugiro, presidenta, que a gente
319 faça aí a aprovação ou a chamada de não objeção e a gente a aprovar por
320 unanimidade, caso não têm objeção.

321 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
322 Alguém quer fazer algum comentário sobre a ata da reunião passada?



323 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Faz a rolagem, por favor. É a Débora?
324 Só para pessoal ver. Tem o sumário Executivo, foram as decisões tomadas,
325 encaminhamentos, e, em seguida, foi juntar da degravação completa da ata. Até um
326 esclarecimento que a gente pode prestar, muitas vezes a gente é solicitado a
327 respeito da para logo após a reunião e o que nós temos a um sumário e Executivo
328 e, após a degravação, é a gente envia para uma empresa que presta serviços, ela
329 grava todo o áudio, fica bem completo, a gente junta no somaram Executivo e, aí
330 sim, nós temos uma ata para ser aprovada. À medida que ela é aprovada aqui, que
331 ela vira uma ata enquanto documento oficial e, o que nós temos antes disso, é o
332 sumário Executivo com as decisões que foram deliberadas e aprovadas aqui, em
333 plenário. Até por isso que a gente propõe que, no final da reunião, a gente faz uma
334 revisão para que esse documento possa ser utilizado para a gente encaminhar as
335 decisões, tão logo acabe a reunião. Então, foi aprovado lá, nós colocamos o
336 calendário, que ficou decidido. Isso tudo ainda é o somar Executivo, ou seja, os
337 principais pontos decididos para que também a gente possa já caminhar com as
338 decisões. Em seguida, abaixa mais um pouco, por favor, em seguida, vem a
339 degravação que completa a ata, todos os diálogos ocorridos e tal e etc.

340 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
341 Alguém tem algum óbice à ata da reunião passada ou a gente pode seguir
342 aprovando ela? Como ninguém se manifestou, a gente pode seguir aprovando a ata
343 da reunião passada.

344 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perfeito.

345 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
346 Agora gente dá seguimento à posse da EDUCAFRO.

347 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta, só constar aquele informe
348 que eu tinha mencionado. Eu vou ser o objetivo, já comentei, foi colocada que na
349 pasta o manual de condutas vedadas a agentes políticos do período eleitoral, em
350 defesa eleitoral. São os três meses que antecedem ao pleito. O informe por quê?



351 Os colegas podem, os membros, os representantes podem dar uma olhada. Tenho
352 de capitular que fala qual é o tipo de agente público que a lei se endereça e podem
353 fazer uma avaliação, porque, a nosso ver, na função pública de representante, pode
354 repercutir alguma aplicação da lei com relação às condutas vedadas. Então, é um
355 informe para orientação para uma melhor condução reconhecimento dos colegas
356 ao longo desses meses que vão ser... Mas teremos aí, pelo menos, mais uma
357 plenária em setembro e, ao longo dos trabalhos, enquanto representante do Comitê,
358 perante o Comitê. Apenas isso.

359 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
360 Está bom. Então, a gente pode dar seguimento agora a posse da a EDUCAFRO.

361 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Só complementando, perdeu presidenta,
362 essa cartilha é um extrato na lei eleitoral, ok? Então, com relação à posse, nós
363 temos aqui a publicação... Pode compartilhar conosco. Nós temos aqui
364 representante. Então, fez a designação aqui, a nomeação da EDUCAFRO,
365 Francisco de Assis, educação e inclusão de direitos humanos. Fizemos aqui
366 também uma substituição de suplente e das ANADEP, conforme foi solicitado. Fica
367 aí, então, a presidenta para poder declarar posse.

368 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
369 Bom, então, declaro... Está tão pequenininho aqui que eu não estou conseguindo
370 ler os nomes.

371 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Aumenta, por favor, para a gente. Isso.

372 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
373 Obrigada. Então, vou declarar a posse da EDUCAFRO, para o titular Vítor Hugo
374 Gonçalves mirando e, para ser suplente, Eliege Domingues da Silva. Espero que
375 tenhamos bons trabalhos em conjunto e também aqui... Não estou conseguindo
376 rolar para cima, enfim, mas o Mateus saiu... Não sei se ele era titular o vice, não
377 lembro exatamente, agora suplente vai ser a Rivânia Barreto de Oliveira. Então,



378 Parabenizo a EDUCAFRO. Acho que a gente pode seguir para o próximo ponto da
379 nossa pauta.

380 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Ok. Posse...**

381 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
382 **Pode falar.**

383 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Isso. Então, seria esse ponto, não é?
384 Informe sobre o edital. São pontos que estão aí coligados. Foi eleita a EDUCAFRO
385 e a gente teve a eleição... A seleção apenas da EDUCAFRO no segmento 3 e ficou
386 uma vaga remanescente no segmento 1, referente ao Conselho de classe.

387 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
388 **Agora seria, enfim, esse informe sobre o edital, não é?**

389 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Ele é bem sucinto, presidenta. Ele foi
390 colocado também porque houve uma discussão sobre essa questão de como é que
391 seria, com a repercussão do resultado perante a mesa diretora. Então, da nossa
392 parte, a situação essa, esclarecer que houve isso, está juntado na pasta resultado
393 definitivo, foi feita agora posse da EDUCAFRO, o processo seletivo foi conduzido
394 da melhor forma possível. Quero agradecer a SNPG, SNPI, que participaram da
395 Comissão de seleção e, assim como também a DPU e o CNDH, que participou da
396 Comissão de seleção, tem sido parceiros, não é? Essa Comissão tem se
397 comprometido com a gente conduzir os processos, cumprir o cronograma proposto.
398 Esse edital, por exemplo, a gente fez ele bem rápido, então a gente conseguiu
399 terminar para possa ser tomada nesta plenária. Então, a gente tem proposto a fazer
400 aqui o trabalho com... Bem-feito, enfim. É isso. Se o plenário quer... Tiver questões
401 sobre isso, dúvidas ou... Estou à disposição.

402 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
403 **Então, eu, particularmente, quando nesse ponto de pauta, porque estava, inclusive,**
404 **na reunião da mesa diretora, eu entendi que seria um informe no sentido também**



405 de pensar a vaga remanescente, o que foi dito nada em relação a isso. Então,
406 gostaria de saber em relação, porque a vaga remanescente é que a e EDUCAFRO
407 tomou posse, mas ainda há uma vaga remanescente. Isso havia sido discutido na
408 mesa diretora uma possibilidade, já que os outros editais tinham se lançado
409 desertos em relação à ocupação da vaga nos cargos de que fossem de
410 representante de classe, que se ocupassem o cargo. Então, uma daquelas
411 candidatas que tiver sido, depois da EDUCAFRO, que tivesse tido mais votos.
412 Então, é o acho que ficou faltando aqui um pedaço, porque eu compreendi, quando
413 eu li, que seria isso, mas se não é isso a gente está faltando um pedaço aqui. Se
414 alguém quiser se manifestar também.

415 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Com relação a isso, o que será feito...
416 Será feito, sim, o necessário. Agora é um novo procedimento do edital, um novo
417 edital, para fazer a chamada novamente, uma vez que esse... Não houve a seleção
418 dessa entidade e o procedimento que está previsto no regimento e no Decreto é um
419 chamamento na lei, é um chamamento público, até conseguirmos preencher a vaga.

420 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
421 Fernanda levantou a mão.

422 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
423 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Mais uma coisa, assim, eu peço desculpas
424 se eu for muito dura, mas, sim, a gente está tratando uma questão de boa-fé aqui.
425 A gente discutiu isso na mesa diretora, todos estavam presentes, houve
426 unanimidade inclusive que hoje seria colocado para fins de votação ou uma
427 Resolução ou uma recomendação. Condenamos questões de princípios na
428 administração pública, aplicação analógica da lei de licitação, por analogia,
429 desculpa, da lei de licitação, uma vez que foi um procedimento deserto duas vezes,
430 inclusive me recordo que partiu do senhor e das outras pessoas, que estavam
431 compondo a... Fazendo a composição da mesa pelo governo, partiu a proposta de
432 ser feita, inclusive, uma recomendação e, o que ficamos de colocar hoje, seria que
433 de fato o tanto a Resolução como a recomendação no final teriam resultado



434 semelhante, uma vez que, eventualmente, a ministra poderia acatar ou não uma
435 Resolução do CNPCT tem e, inclusive, poderemos, na reunião da mesa diretora,
436 que o próprio parecer da CONJUR anterior tinha sido nesse sentido, sobre a
437 possibilidade do CNPCT interferir nessa questão e proferir deliberações nesse
438 sentido. Então, me parece estranho, para dizer assim de uma forma bem... Com
439 eufemismo, que agora não se tenha colocado aqui a nossa discussão na mesa
440 diretora, porque, de fato, foi uma deliberação unânime o que se apoderou, inclusive,
441 sob o ponto de vista da administração pública, questões de economicidade, de
442 celeridade, todos falando que estavam cansados, inclusive, de participar das
443 Comissões eleitorais, do quanto isso traz um gasto de tempo, gastos em termos de
444 custos econômicos e do quanto seria de interesse da própria administração pública,
445 realmente, se valer dos argumentos jurídicos, que todos sabemos que temos, para...
446 Não só jurídicos, mas principiologicos, de uma forma em geral, para fazer uma
447 Resolução, uma recomendação, de chamamento dos próximos da lista de eleitos
448 para preencher essas vagas remanescentes. Então, mais uma vez, aqui... O que foi
449 dito pela Sofia aqui, seja discutido nesse ponto de pauta o que de fato a mesa
450 diretora delibera, porque senão a gente está violando aqui uma deliberação da mesa
451 diretora.

452 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
453 Passo a palavra para a Nana e, na sequência, o Sávio.

454 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) –** Desculpa,
455 gente. Eu troquei do celular para o computador, porque a bateria ia acabar. Bom,
456 eu faço coro com que a Fernanda falou e acho que a gente... O que ficou acordado
457 era a gente debater isso hoje, até porque o edital deserto duas vezes, a terceira,
458 provavelmente, tirar, e manter esse caminho é um contrassenso é uma violação dos
459 princípios da administração pública, para mim, muito ostensiva. Eu tenho certeza
460 que o nosso compromisso com prevenção e combate à tortura, precisa ser maior
461 que isso e, ainda que a lei preveja de determinada forma, a gente sabe que a lei é
462 aplicada no mundo real concreto e, se no mundo real e concreto, da forma que ele



463 está, ela não está sendo capaz de produzir a resposta necessária, a gente... Quem
464 aqui é formado em direito sabe que a gente pode recorrer aos princípios do próprio
465 direito, tanto do direito administrativo, quanto do próprio direito constitucional e dos
466 direitos humanos, considerando um fim o motivo de existência desse Comitê,
467 famoso espírito da lei que a gente estudava tanto na Faculdade. Então, assim, a
468 menos que os membros de governo tenham oposição a gente priorizar a prevenção
469 e combate à tortura, em detrimento de aplicação literal de uma lei desconsiderando
470 realidade concreta, acho que a gente pode partir para o debate de encaminhar para
471 a ministra o nosso pensamento, enquanto... No formato de recomendação e, a partir
472 daí, deliberar essa questão, porque, realmente, a gente vai ter de trabalhar dois
473 editais o mesmo tempo. Lembrando isso, acho que é importante relembrar isso,
474 porque vai ter o edital de perito para as vagas que se abriram agora, e o edital, se
475 a gente não fizer dessa forma, mais um edital para a vaga remanescente do Comitê.
476 Isso em detrimento de uma série de outros trabalhos que o Comitê deveria,
477 precisaria estar fazendo enquanto Comitê e com apoio da Secretaria, que é
478 essencial para o desenvolvimento do nosso trabalho e que vai está sobrecarregada
479 com edital que, provavelmente, será deserto de novo. Então, eu considero isso
480 praticamente um atentado aos princípios da administração pública.

481 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – O**
482 **Sávio está na sequência, depois a Karoline.**

483 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Obrigado, Sofia. Bem lembrado
484 pela Fernanda Oliveira, nós temos ainda também o Mecanismo para tratar, temos
485 duas vagas que abriram agora com a saída dos colegas, não é? A Fernanda, da
486 ANADEP, salvo engano, decana da sociedade civil, minha colega aqui representa,
487 lá no meu estado de Goiás, que tenho muito orgulho de contar com o trabalho, o
488 belo trabalho da Fernanda lá em Goiás, mas lembrando que eu não faço parte da
489 mesa diretora atualmente, mas lembrando que essa amarra por eixos é feita em um
490 Decreto. Mas temos uma previsão normativa dos eixos. Então, como continuidade,
491 se foi deserto, nós temos de abrir o novo edital, mas isso não exclui, quero deixar



492 bem claro para os colegas, que nós podemos, sim, o colegiado, pleno, pode
493 apresentar recomendações, resoluções, e isso será encaminhado para uma análise
494 da consultoria jurídica. O próprio Ministério, que tem a competência formal de
495 promover a edição desses editais então, com certeza será analisado essa
496 manifestação do colegiado do CNPCT, está bom? Agradeço.

497 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
498 **Proteção Global)** – Posso falar, Presidenta?

499 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
500 Pode.

501 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
502 **Proteção Global)** – Então, bom dia a todos, a quem eu não havia cumprimentado
503 ainda. Bom, eu estava na mesa diretora em que esse ponto foi discutido e, assim,
504 a gente deu anuência no sentido de trazer o debate ao plenário, diante dessas
505 premissas colocadas pelo Sávio, que nós não teríamos como anuir diretamente sem
506 uma análise jurídica, porque existem normativos que nos indicam dar seguimento
507 ao edital, um novo edital. Então, o que viria para o plenário seria essa
508 recomendação do CNPCT ao Ministério, para que a gente pudesse, inclusive, dar
509 andamento na proposta de vocês.

510 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
511 Então, mas acontece o seguinte, que vocês não trouxeram isso aqui agora, não é?
512 Então, o que vocês trouxeram foi um informativo sobre o processo eleitoral da
513 EDUCAFRO e não o que a gente discutir na mesa diretora. Eu acho isso complexo,
514 porque a gente discute uma coisa e ela não vem para reunião. Então, quando eu li
515 a pauta, eu imaginei que fosse ser isso. Então, obviamente, que a gente não
516 entendeu que, naquele momento, isso ia ser pactuado, até mesmo porque é uma
517 discussão que tem sido feita desde o começo do nosso biênio. Então, mas de um
518 modo geral, o que eu entendo é que a gente já, inclusive, apresentou uma proposta
519 de Resolução é que isso deveria ser, então, analisada pela ministra e pelo Comitê,



520 não sei como que é o nome jurídico, enfim, etc., para que a gente possa resolver
521 essa questão, porque eu não entendo qual é o óbice da gente resolver essa questão
522 de uma forma célere e a gente abrir mais um edital para ter a completude dos
523 membros. Assim, o último edital demorou quatro meses até o final dele quase.
524 Então, a gente não tem nem essa condição, porque a gente só tem mais duas
525 reuniões até o final do ano.

526 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
527 **Proteção Global)** – Presidente, eu me inscrevi de novo. Não sei se foi uma
528 incompreensão nos encaminhamentos da mesa, porque, assim, o que havia
529 compreendido é que a gente traria o debate, sim, ao plenário a partir do ponto de
530 pauta, inclusive seria feita a proposta por vocês. Então, talvez o encaminhamento
531 não tenha ficado tão encaixado, mas não impede que aqui a gente faça desses
532 trâmites de uma forma célere. Trabalhem na recomendação é que a gente possa
533 votar essa recomendação. Entendo que seja simples, inclusive me recordo, acho
534 que foi a Fernanda que ficou de se debruçar na questão para apresentar aqui no
535 plenário. Eu, realmente, não estava, assim, claro para mim que já viria uma
536 Resolução pronta, mas não impede de a gente dar esse encaminhamento.

537 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que me escrevia aqui na sequência é,
538 realmente, reforçando isso aí. Se existe um texto, acho que podemos projetá-lo e já
539 analisar. Geralmente, quem faz a proposta, encampa essa questão do documento
540 inicial. Eu não acompanhei a questão da mesa diretora. Se tem essa proposta,
541 realmente, nós podemos apreciar já e tocar ela.

542 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
543 Salvo melhor juízo, a gente não tem essa proposta exatamente, de ter a proposta
544 que a gente tinha apresentado no início, que eu acho que não difere muito da
545 situação que agora, não é? Mas, de todo modo, eu reitero isso que, enfim, que
546 levantou esse debate agora fui eu e isso não estava na pauta. Então, esse o ponto
547 relevante para a gente levar em consideração. Perguntar para a Fernanda se ela
548 tem, por acaso, o documento que a gente tinha apresentado?



549 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
550 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Oi, Presidenta. Então, vou resgatar esse
551 documento e a gente já apresenta aqui, então, essa Resolução e vai para votação,
552 sem problema nenhum. Eu agradeço as ponderações do Sávio, da Karonline, de
553 fato, Sávio, que a gente tem, embora Decreto fale de segmentos, a lei que é superior
554 ao Decreto ela, no artigo 7º, ela fala de uma forma em geral, não é? Ela não traz o
555 recebimentos, ela fala que o "CNPCT será composto por 23 membros, 11
556 representante do poder Executivo federal e 12 do Conselho de classe profissionais
557 e organizações da sociedade civil, tais como..." Então, traz apenas, em caráter
558 exemplificativo, quais seriam os segmentos e, por isso, nós tivemos essa
559 construção anteriormente sobre a possibilidade de, considerando todos esses
560 percalços que tivemos ao longo do tempo e, principalmente, por um deserto de duas
561 vezes, de termos esse segmento do artigo 7º de forma mais genérica. Vou aqui
562 resgatar para que a gente possa analisar ou até se quiser, ir seguindo a pauta para
563 não ficar prejudicado, enquanto eu resgato aqui, Sofia.

564 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – É,
565 o próximo item da pauta seria o informe designação da Coordenação em relação ao
566 Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

567 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Isso. Nós juntamos na pasta com
568 encaminhamento feito pelo Mecanismo, conforme o regimento interno do
569 Mecanismo, que é a Portaria nº 20/2016. Foi designado o perito Rogério, que está
570 entre nós e, como substituta, a perita Ana Valeska. Foi apresentado à mesa diretora,
571 a mesa diretora houve uma discussão da questão de passar para o plenário ou não.
572 Nós vamos poder resgatar no regimento, no Decreto e no próprio procedimento
573 adotado no biênio anterior e a gente, realmente, encaminhou a indicação do
574 Mecanismo para ser designado por Portaria da Presidência do CNPCT. Talvez esse
575 encaminhamento foi dado para que a Presidência publique a Portaria, que designa,
576 que fecha o ciclo de institucionalizar, formalizar os Coordenadores do CNPCT nesse
577 ano. Pergunto ao Rogério, se tem alguma consideração a fazer?



578 **Sr. Rogério Duarte Guedes (Coordenação do MNPCT)** – Olá, Presidenta. Bom
579 dia... Do Comitê... Um acréscimo...

580 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta, alguma consideração?

581 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** - não,
582 **para gente pode passar para o próximo item, que seria a indicação da**
583 **Comissão de seleção.**

584 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perfeito. Conforme também
585 conversamos na mesa diretora, nós temos a situação de 2 vagas no Mecanismo e
586 a expiração do último edital, das suas possibilidades ali de ser utilizada para
587 preencher essas vagas. Então, há necessidade de nós iniciarmos o processo para
588 a seleção, para repor essas duas vagas e, eventualmente, vagas supervenientes.
589 A gente fez, então, uma sugestão de que o plenário deliberação sobre isso, se vai
590 indicar uma Comissão de seleção, quais são as previsões, o cronograma prévio aí,
591 fica a sugestão da Coordenação de apoio de... Indicarmos essa Comissão no
592 modelo semelhante à Comissão de 2020, que conduziu o edital anterior, e essa
593 Comissão elabora, se for assim que o plenário entenda, a essa Comissão elabora
594 proposta de edital para que na próxima plenária, em setembro, o plenário
595 antecedente de contribuições aprove edital e tenhamos condições de publicar esse
596 edita após a plenária de setembro e conduzir essa seleção.

597 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
598 Sávio levantou a mão.

599 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A minha sugestão é que
600 realmente podemos buscar formalização desses integrantes do processo seletivo,
601 porque é um processo demorado. Nós temos uma fase de análise documental, nós
602 temos fase de entrevista, alguns colegas aqui já participaram dessa seleção, a
603 Cândia, veja que também o Ezequiel. Então, é um processo difícil. Nós
604 conseguimos aproveitar, no último edital aqui, uma vaga, ainda aproveitando a



605 seleção anterior, mas as outras duas, realmente, nós tivemos uma questão temporal
606 que não foi possível aproveitar. Então, a minha sugestão é já iniciarmos esse
607 processo para completar essas onze vagas do Mecanismo. Sugiro, também,
608 colegas que não participaram ainda, que possam integrar essa Comissão de
609 seleção, para uma rotatividade nessa Comissão de seleção.

610 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Só
611 para esclarecer uma coisa, a Comissão de seleção, como é a composição dela?

612 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu peço que a Coordenação.

613 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Da última, não é, João, nós
614 tivemos, viu, Sofia, foram três da sociedade civil e três do governo. Essa foi a última
615 Comissão de seleção.

616 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Coordenação de apoio pode compartilhar
617 o modelo ou a última versão? Nós temos preparado algum documento nesse
618 sentido para dar uma visão.

619 **Interlocutora não identificada** – Só um pouquinho, João. A gente está pegando
620 aqui.

621 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado. Pergunto, enquanto vai
622 abrindo documento, Presidenta, peço licença para sugerir se algum colega, se
623 algum membro, tem outra dúvida ou objeção? Esse modelo foi copiado da
624 Comissão anterior, que foi instituída anteriormente a última experiência. "Institui a
625 Comissão de seleção para os membros do Mecanismo, nos termos dessa
626 Resolução." Designo os seguintes membros para compor. Então, conforme Sávio
627 adiantou, três da sociedade civil e três do governo. "Compete à Comissão de
628 seleção: coordenar e organizar o processo de seleção para os membros do
629 Mecanismo; analisar os documentos apresentados pelos candidatos para inscrição,
630 com base no edital de seleção; deliberar sobre os períodos de inscrição, de como
631 proceder a divulgação das inscrições deferidas; perceber os recursos interpostos



632 dos candidatos; analisar os documentos comprobatórios da atuação de experiência
633 do candidato nas áreas previstas no edital de seleção, bem como do notório
634 conhecimento conferindo-se pontuação; realizar as entrevistas dos candidatos
635 inscritos é encaminhar o resultado da seleção ao plenário do CNPCT, visando a sua
636 homologação. Artigo 4º: a Presidência da Comissão de seleção será definido
637 mediante sorteio, no primeiro dia de seus trabalhos. Parágrafo único: compete ao
638 Presidente coordenar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão. Parágrafo 5º: fica
639 Coordenação de apoio ao Comitê responsável por prestar o apoio técnico-
640 administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, de que
641 trata essa Resolução." Tem mais alguma coisa a seguir? E "Entra em vigor na data
642 da publicação."

643 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
644 Você já tem a indicação de membros, para você ver as pessoas que comporiam por
645 parte do governo essa Comissão?

646 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Da parte de governo, nós temos alguma
647 indicação prévia?

648 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Bom, nós temos já o Ministério
649 da saúde. Uma outra vaga ficaria no Ministério da mulher, família e direitos humanos
650 e mais uma vaga dos colegas que nós estamos debatendo para ver quem comporia
651 essa última vaga do governo.

652 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
653 Seria possível uma Comissão que fosse composta por quatro membros, então, 2 do
654 governo e 2 da sociedade civil, ao invés de 3?

655 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Nós temos que buscar com os
656 colegas do governo, porque, nessa reunião, acho que vamos ter várias indicações
657 de grupo de trabalho, tem outras composições também. Nós teremos também
658 indicações de atividades relacionadas a visitas institucionais. Então, nós vamos ter



659 que checar com os colegas do governo se alguém teria disponibilidade a mais para
660 entrar para o grupo.

661 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sobre isso também, Presidenta, eu
662 gostaria de ouvir, solicitar à Cândida se poder compartilhar e outros colegas que
663 participaram da última Comissão, à equipe de apoio que também, que participou, a
664 Luana... A Cândida está sem microfone, infelizmente. A Luana e a Natália, sobre
665 essa questão de uma Comissão menor, como que o volume de trabalho, como é
666 que foi essa experiência, para poder avaliar isso também. A Cândida colocou aqui
667 que acha viável.

668 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Parece que a Cândida colocou
669 uma Comissão menor, fazer uma Comissão menor, não com 3, seriam 3... 2 ou 4.
670 Eu fiquei na dúvida. A proposta seriam 4, não é?

671 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – É,
672 seria uma paridade. Não, seria uma paridade de 2 da sociedade civil e 2 do governo

673 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Porque antes eram 6 membros, 3
674 e 3. Então, seria diminuir a Comissão, é isso?

675 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
676 Mais uma outra pergunta: essa Comissão ela necessariamente tem de ser com
677 paridade? Ela tem de ser membros do governo, na mesma medida em que
678 membros da sociedade civil, é isso?

679 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É uma pergunta que eu devolvo para o
680 plenário, Presidenta.

681 **Interlocutora não identificada** – A regra é a paridade, não é, gente? Eu não estou
682 conseguindo achar a minha mãozinha, para minha mãozinha sumiu. Mas eu acho
683 que o Sávio ponderou bem, considerando a série de outros espaços que a gente
684 vai precisar se dividir, o acho que reduzir a Comissão é uma medida sábia



685 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Nós temos da parte do governo, então,
686 o Ministério da saúde, que se prontificou. Nessa composição de quatro,
687 precisaríamos levantar mais um representante de governo. O Sávio ponderou um
688 para os membros de governo, que seria interessante manter essa outra vaga dentro
689 do Ministério. Nós teríamos SNPI, SNPG, com a própria representação MMDH pelo
690 Sávio. Algum dos colegas...

691 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu participei da anterior junto
692 com o Caio, com a Cândida, a vitória participava pela OAB, então a minha sugestão
693 aqui, dentro do governo e do MMFDH, é que a representação continue na SNPI e
694 que possa ser o colega Rodrigo os suplentes, que já tem uma experiência também
695 e pode agregar ou, caso a Karonline também tenha essa intenção de acompanhar
696 o trabalho, mas a minha sugestão é que a SNPI, suplente o Rodrigo. Mas nós
697 podemos ajustar a esse último nome, se ficar ajustado que serão 4 representantes
698 nessa composição de seleção, para gente até fica mais fácil. Ministério da saúde e
699 o colega da SNPI.

700 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É, o Rodrigo colocou que a SNPI está de
701 acordo com a indicação.

702 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Agradeço, viu, Rodrigo? Sempre
703 muito disponível. Agradeço.

704 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, nós teríamos... E da parte de
705 sociedade civil? Tem a dupla? Tem alguma ideia já?

706 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –A
707 gente está aqui discutindo entre a gente quem seriam os representantes, acho que
708 talvez a gente possa também deixa isso para depois do intervalo. Não sei se seria
709 possível, porque daí assim a gente já pode fechar e vocês também já podem
710 confirmar com os membros do governo, se seria isso mesmo, se eles estariam
711 mesmo dispostos a compor.



712 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Nós temos até o fim da reunião
713 de amanhã para formalizar isso, para fechar as atas. Então..., mas já antecipamos
714 a aqui. Ministério da saúde, representação, e a SNPI também, a representação
715 nessa Comissão de seleção.

716 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
717 Boa, então, eu sugiro que a gente, enfim, que a gente por perto e isso para... Espera
718 só minuto. Só entender aqui.

719 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Eu já peço para a Coordenação de
720 apoio ir fazendo o ajuste do... Não, aqui não. Eu pensei... Primeiro lá na Resolução
721 mesmo ano, colocar lá quatro e já colocar, de governo, MS, SNPI, MMFDH. E a
722 gente já vai caminhando isso daqui para decisão e depois a gente só faça ajustes
723 na Resolução que vai ser publicada. 2 de governo e coloca dois pontos, MS, SNPI,
724 MMFDH. Rodrigo levantou a mão?

725 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente - Secretaria Nacional de**
726 **Políticas da Promoção da Igualdade Racial)** – Bom dia, só para estar alinhado, o
727 objetivo dessa Comissão, além da execução da seleção, é elaborar o edital até
728 setembro, é isso?

729 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É, o que eu proponho é que essa
730 Comissão, junto com o apoio da Coordenação, aqui de apoio, faça, elabore esse
731 edital, ou seja, defina uma minuta de edital para ser submetida a plenário, à medida
732 que o plenário, na próxima reunião, a Comissão passa a conduzir a seleção de
733 avaliação, a entrevista e etc.

734 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
735 tenho uma questão aqui, só mais prática mesmo, sendo essa Comissão composta
736 de forma paritária, quando algum tipo de controvérsia entre a sociedade civil e
737 governo, quem, então, definiria... A prevalência então seria de quem da decisão, se



738 seria paritária? Você como foi na outra, mas se tiver esse tipo de questão, como
739 seria resolvido isso?

740 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Sofia, pela experiência que eu
741 passei acompanhando outros por fora, isso não aconteceu ainda. Sempre a gente
742 busca um consenso dentro da Comissão, tem sugestões, então isso não aconteceu.
743 É o acho que podemos continuar da mesma forma, buscando consenso e o melhor
744 desenvolvimento dos trabalhos ali, mas, geralmente, é por votação. Não chegou a
745 ter esse empate. Eu não lembro. A Cândida, não sei se lembra de alguma questão
746 que teve de ter algum desempate? Você lembra?

747 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ela colocou no Chat, Sávio, falando que
748 não. Inclusive, Presidenta, a sua colocação é interessante. Eu lembrei aqui que a
749 CONJUR, consultoria jurídica, tem feito esse tipo de observação, porque também
750 existe um Decreto que regulamenta regras básicas para formar colegiados,
751 Comissões, um grupo de trabalho e há indicação nesse Decreto de que seja
752 colocado essa forma de deliberação, quórum de votação e etc., e eventual
753 desempate. Na Comissão da seleção do edital, por exemplo, foi colocada forma de
754 desempate. Como? Através de consenso, ou seja, a deliberação é através de
755 consenso e o desempate é o consenso, para respeitar esse caráter paritário da
756 Comissão. Então... Entendeu?

757 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A outra opção é ter a previsão
758 de quem ficar com a Presidência, ter o voto de minerva, porque tem uma, enfim,
759 uma distribuição da Presidência por...

760 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sorteio.

761 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Sorteio, exatamente.

762 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
763 estava pensando aqui que, como Comitê é composto em maioria pela sociedade
764 civil, inclusive para a gente ter uma... Conseguir algumas coisas em relação ao



765 governo, se essa Comissão também não obedeceria a mesma lógica, mas vocês
766 estão falando que na outra não foi assim.

767 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Na verdade, sempre foi assim.
768 Todos os grupos que são criados temporários, Comissões, são todas paritárias.

769 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
770 Rodrigo está com a mão levantada.

771 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente - Secretaria Nacional de**
772 **Políticas da Promoção da Igualdade Racial)** – Só lembrando que, na verdade,
773 esse edital é para a contratação de um servidor público, cargo comissionado. Então,
774 existem regulamentos que devem estar sempre bem embasados, para que a
775 CONJUR aprove. Só para ressaltar esse caráter mais formal da contratação. A
776 gente está contratando servidores públicos. Então, toda normativa tem de seguir
777 esse regramento.

778 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – E ainda cabe outro destaque,
779 viu, Rodrigo, muito bem lembrado, com mandato, com mandato, com período de
780 mandato, não é? Porque a natureza do cargo hoje, o DAS, seria livre nomeação e
781 livre exoneração, já no caso do Mecanismo entra no caso de confiança, mais cargo
782 em Comissão, mas com esse período fixo de exercício.

783 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Em
784 relação à sociedade civil, a gente já tem dois membros que comporia ou essa
785 Comissão, que seria agenda nacional pelo desencarceramento e o Conselho de
786 serviço social.

787 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Legal. Coloca para a gente na... Projeto,
788 então, Resolução, por gentileza. A gente pode dar essa última lida e decidir aqui.
789 Pode ser, Presidenta?



790 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
791 Pode.

792 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Que a gente já termina essa parte. Por
793 favor, equipe de apoio.

794 **Sra. Natália Viana Montechi Silva –** Nós estamos compartilhando.

795 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Ok, caso o plenário não tem nenhuma
796 objeção, eu proponho deixar assim. Nós faremos um ajuste aqui de colocar
797 representante, titular e o suplente, que vai ocupar Comissão de cada uma das
798 entidades aqui representadas, para gente enviar para a publicação e formalizar,
799 então, a Comissão. Pergunto se tem alguma outra consideração com relação aos
800 demais dispositivos dessa Resolução?

801 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
802 **Social) –** Eu tenho.

803 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Por favor.

804 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
805 **Social) –** Eu gostaria de perguntar em relação à questão que você falou agora de
806 titular e suplente, não é a gente que decide quem é o titular e o suplente? Eu não
807 entendi.

808 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Eu devolvo para o plenário porque, como
809 que a gente faz...

810 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
811 **Social) –** Eu acho que é a gente que decide.

812 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Como a gente faz...

813 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
814 **Social) –** A sociedade civil, entendeu?



815 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mauricleia, na minha perspectiva, o que
816 eu estava pensando aqui como a gente segue padrão, por exemplo, foi indicado a
817 agenda nacional para compor a Comissão. Então, a agenda nacional pelo
818 desencarceramento vai compor a Comissão de seleção através do seu
819 representante titular e do seu suplente, que vai substituir o seu titular na ausência
820 dele, o suplente vai substituir, assim como também fazemos com Conselho, Serviço
821 Social e tal. Você pensou algo diferente disso?

822 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
823 **Social)** – Eu pensei. Eu acho que a sociedade civil está indicando dois
824 representantes, não é? Então, acho que a gente define quem é o titular e quem é o
825 suplente e o governo define que é o titular e quem é o suplente dele. É isso. É muito
826 simples.

827 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Aqui eu estou falando do suplente dos
828 representantes da entidade indicada, eu não estou falando de suplente de uma
829 entidade que vai substituir a outra. É isso que nós estamos na mesma página?

830 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Para ajudar aqui no
831 esclarecimento, viu, João, o que se coloca é a entidade. Tem dois representantes
832 da sociedade civil e dois representantes do governo. Quem vai representar, quem
833 vai participar ali do processo em si, é um ajuste interno de vocês. Vocês podem ficar
834 à vontade. Eu falei aqui do colega do suplente do Rodrigo, da SNPI, porque o titular
835 participou da outra vez. Então, pode ser que o Rodrigo atue mais nesse processo
836 de seleção.

837 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
838 acho que o suplente seria, na verdade, o suplente da própria organização enviou a
839 cada organização tem o seu e quando o não representa, o outro está, mas não é o
840 suplente da... O titular e o suplente da sociedade civil. Cada organização tem os
841 seus.



842 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Para efeito prático, para a
843 entidade decide: "Ah, é o suplente que vai." Ok, ele vai, ele representa.

844 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
845 Você está de acordo, Mauricleia. Você entendeu esse ponto?

846 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço
847 Social)** – Sim, entendi. Eu suplente da entidade, ok.

848 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Presidenta, quer se pronunciar e
849 fazer a deliberação sobre isso, alguma decisão?

850 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
851 Não, eu acho que a gente, enfim, chegou em um como acordo de como vai ser
852 composta a Comissão e, só para entender aqui, o trâmite seria, então, na próxima
853 reunião. O que você disse mesmo, João? Você pode recuperar o que seria
854 deliberada na próxima reunião, já o próprio edital?

855 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Isso, legal. Então, o que eu proponho,
856 Presidente? Ficou definido aqui e a gente vai, após a reunião, preparar, resgatar
857 minuto do último edital, compartilhar com esses membros, mentalmente fazer uma
858 reunião, chegar a uma minuta, compartilhar com antecedência com os membros,
859 para que na próxima reunião a gente chegue para aprovar esse edital.

860 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
861 Será que a gente já não combinado datas para fazer essas coisas?

862 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Você tem sugestão? Por que eu não
863 pensei agora nisso, não. A gente tem o compromisso de fazer a tempo, tão logo
864 acabe essa reunião. Na próxima semana a gente já vai destacar isso, mas eu não
865 pensei em datas prévias.

866 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
867 Porque a próxima reunião é 22, 23 de setembro, é isso?



868 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O calendário está aqui na passa também.
869 Vamos conferir aqui. É, 22 e 23. Nós temos uma reunião no dia 31 do 8, 31 de
870 agosto, da mesa diretora. Isso.

871 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
872 Está bom. Então, acho que a gente teria, enfim, quanto tempo você disse que vocês
873 conseguiram fazer isso?

874 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A gente consegue disponibilizado até
875 sexta-feira, no máximo, dia 29, a gente consegue consolidar os dados aqui, adaptá-
876 los para disponibilizar, que é o dia 29. Seria aí um tempo para a mesa avaliar e
877 depois a mesa reunia para ajustar, entendo eu, pode ser necessário essa reunião
878 para ajustar ideias e tal. Isso será possível apresentar tranquilamente essa minuta
879 na mesa, na reunião da mesa no dia 31 de agosto. A gente poderia condenar, enfim,
880 e de a parte da reunião da mesa, a gente já disponibiliza para os membros, com
881 vinte dias de antecedência para os membros, antes da reunião plenária, por
882 exemplo.

883 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
884 Está bom. O Rodrigo levantou a mão.

885 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente - Secretaria Nacional de**
886 **Políticas da Promoção da Igualdade Racial)** – Só um ponto na elaboração desse
887 edital para que o plenário acompanhe. A área de apoio vai verificar, não é, João, se
888 alguma dessas duas vagas, que vão ser propostas, alguma delas a gente teria de
889 seguir o rito das cotas raciais, dentro do que se espera dos 20% do total de vagas
890 disponíveis. Então, a gente vai verificar na composição atual do CNPCT, com a
891 saída dos dois colegas, como diz João, se alguma dessas vagas remanescentes
892 seria direcionada a candidatos autodeclarados negros, ok?

893 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Atualmente, atualmente, se não me falha
894 a memória, nós temos um candidato no último edital para a vaga racial e uma



895 candidata último edital para a vaga de deficientes, não é? Pessoa com deficiência.
896 Então, na Comissão precisaria é realmente avaliar isso daí, para ver as questões
897 de proporções e garante a vaga, perante o número de Peritos.

898 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
899 Bom, então, ficaria até sexta-feira, dia 29, vocês disponibilizariam o edital passado?
900 É isso? Eu não...

901 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** É, até sexta-feira. Então, vamos lá, a
902 minha sugestão aqui. Até sexta-feira, dia 29, nós vamos disponibilizar as minutas
903 para os membros da Comissão e a gente pode combinar com os membros da
904 Comissão... de 29. Qual prazo eles querem para avaliar essa minuta para
905 reunirmos? Por exemplo, vamos colocar duas semanas depois do dia 29 aqui.
906 Podemos colocar a que até o dia 12, 10, 11 de agosto, podemos fazer uma primeira
907 reunião de ajuste. Depois disso, a gente a linha o que tiver de alinhar e apresenta
908 na mesa diretora a minuta. A partir do diálogo da mesa, até o dia 2 de setembro, a
909 gente envia para todos do plenário, ou seja, terão 20 dias para ler o edital e dar
910 contribuições antes da reunião plenária.

911 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
912 Está bom. Bom, eu não vejo problema nessa questão. Então, eu não sei, eu acho
913 que a gente pode seguir assim com essas datas e a gente ir se comunicando e que
914 não fiquem uma questão que, enfim, de fato a gente tenha acesso a documento um
915 tempo antes, para que a gente possa dar às nossas contribuições é que, para
916 reunião de setembro, então, isso possa ser definido e fechado para que isso não se
917 alongue ainda mais.

918 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Sim, Presidenta.

919 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
920 Alguém quer mais falar algum ponto sobre isso? Porque se ninguém quiser mais



921 falar algum ponto sobre isso, a Fernanda mandou a Resolução do ponto de pauta
922 que a gente estava discutindo, em relação a vaga remanescente da que do Comitê.

923 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta, pela ordem, fica, então,
924 aprovada por unanimidade a Resolução e designa a Comissão de seleção para o
925 edital do Mecanismo?

926 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
927 Acredito que sim. Vocês podem disponibilizar essa Resolução no drive agora já?

928 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sem. Alguma objeção? Porque aí a
929 Presidenta pode declarar que fica aprovada essa Resolução.

930 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
931 Não, acho que ninguém tem alguma objeção. Alguém tem alguma objeção? Alguém
932 quer levantar algum ponto?

933 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok.

934 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
935 Não, então, a gente aprova, sim, a instituição da Comissão de seleção.

936 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perfeito. Então, perdão pela interrupção,
937 Presidenta, por favor.

938 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
939 Então, acho que a gente pode... A Fernanda mandou no grupo do WhatsApp a
940 Resolução, no grupo da mesa diretora, acho que a Natália pode projetar ela, assim
941 como colocar ela disponível. Não sei se ela mandou o link no Chat, também no
942 drive.

943 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Sim, nós vamos colocar no drive. Eu já vou
944 organizar para o projetar agora.



945 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
946 Obrigada.

947 **Sra. Natália Viana Montechi Silva –** Conseguem ver?

948 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
949 Está bem pequena.

950 **Sra. Natália Viana Montechi Silva –** Melhorou? Quer que aumenta mais?

951 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
952 Acho que agora está bom.

953 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Vou fazer a leitura aqui, está bom? Pode
954 ser assim?

955 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
956 Pode.

957 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** "Considerando que o artigo 2º, caput, §
958 1º, da Resolução nº 4 do Comitê nacional, do CNPCT, dispõe que a formalização
959 das decisões do Comitê, inclusive as concernentes as questões organizacionais e
960 do seu funcionamento, será por meio de Resolução; considerando que após a
961 conclusão dos quartos e quintos processos de chamamento público para a
962 composição do CNPCT." Restou uma vaga correspondente ao segmento 3, pode
963 abaixar por favor, Natália? "Seguimento 3: instituição de ensino ou pesquisa,
964 entidade representativa dos trabalhadores, estudantes ou empresários, conforme
965 artigo terceiro, inciso I e II da Resolução nº 31, de 20 de maio de 2021, que indicou
966 diretrizes do processo seletivo. Considerando que nos referidos processos
967 seletivos, por outro lado, existem entidades devidamente habilitadas voltadas a
968 classificadas de forma sucessiva no segmento 2, correspondentes a categoria dos
969 representantes da sociedade civil; considerando que o artigo 7º da lei 2.847, de 2
970 de agosto de 1910 de 14, que institui o sistema nacional de prevenção e combate à



971 tortura, não definiu o número de representante de cada segmento da sociedade civil
972 e, ainda, denominou as entidades representativas de trabalhadores, de ensino e de
973 pesquisa como integrantes da categoria de organizações da sociedade civil." Por
974 favor, abaixa um pouquinho. "Considerando que os atos e processos
975 administrativos devem ser executados e interpretados sob a égide do princípio da
976 juridicidade e, portanto, em conformidade com a lei e os princípios administrativos,
977 gerais e específicos; considerando que o quarto e o quinto processos do
978 chamamento para composição do CNPCT possui natureza de procedimento
979 administrativo, com ato administrativo interligado de forma cronológica e sequencial,
980 para o alcance do objetivo específico de selecionar membros da sociedade civil;
981 considerando que o artigo 37 da constituição federal e o artigo 2º, caput, § 2º da lei
982 nº 9.784 de 1999, impõe todos os processos administrativos a obrigatoriedade e
983 obediência aos princípios da legalidade, motivação, razão habilidade,
984 proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, o
985 interesse público, eficiência e, ainda, os critérios de atendimento a fins de interesse
986 geral e de interpretação de normas administrativas da forma que melhor garanta o
987 atendimento do fim público, a que se dirige; considerando que a lei nº 13.019 de
988 2014, que trata do chamamento público e das organizações da sociedade civil,
989 veicula como obrigatório os princípios da concreticidade e da concorrência e, ainda,
990 que todas as entidades que participaram do certame, obedecer os aludidos
991 princípios em grau de igualdade, de participação e de competição, isonomia,
992 transparência e ampla participação, tendo sido selecionados a classificados em
993 ordem sucessiva após processo regular e democrático, aquelas compreendidas
994 como mais adequadas para integrar o CNPCT; considerando que os referidos
995 princípios específicos e, em especial, os da isonomia, impessoalidade, igualdade
996 de participação de competição, seriam inequivocamente violados em caso de
997 abertura de novo processo seletivo para vagas remanescentes, por proporcionar
998 uma inegável e desproporcional dilação de prazo indireto, entre outras vantagens,
999 para entidades já antes passíveis se candidatarem e que não reuniram as condições
1000 para tanto em tempo adequado; considerando o princípio da instrumentalidade das



1001 formas, do máximo aproveitamento do ato administrativo e do interesse público,
1002 também extraíveis do artigo 28, da lei nº 13.019 de 2014, que determina
1003 expressamente a possibilidade de se convocar a sociedade civil mais bem
1004 classificados, em casos de vagas não ocupadas por outras entidades que
1005 preencheram o critério de convocação; considerando que a lei nº 13.019 de 2014,
1006 que trata do chamamento público e das organizações de sociedade civil, determina
1007 como critério obrigatório de julgamento o princípio da vinculação chamamento
1008 públicos ao objetivo de alcançar o interesse público; considerando que o eventual
1009 não preenchimento das vagas remanescentes ou a postergação de seu
1010 preenchimento por realização de novo procedimento seletivo, além de violar os
1011 princípios gerais específicos supracitados, comprometeria o funcionamento regular
1012 do CNPCT, em razão da incompleta formação e participação da sociedade civil e,
1013 por conseguinte, adiamento indefinido e incerto do retorno das atividades do
1014 Comitê, representando inequívoco prejuízo ao interesse público de prevenção e
1015 combate à tortura, assegurado em lei e em tratados internacionais, resolve: Artigo
1016 1º. As vagas que estavam desertas após a conclusão dos quarto e quinto processos
1017 de chamamento público para a composição do Comitê nacional de prevenção e
1018 combate à tortura. Em razão da ausência de candidatos no segmento 3, serão
1019 preenchidos pelos candidatos concorrentes no segmento dois. Para a designação
1020 das candidaturas suplentes que ocuparão as vagas remanescentes, deve ser
1021 respeitada a ordem de classificação decorrente da votação realizada, bem como
1022 observadas regras definidas para a reserva de vagas e desempate. Essa Resolução
1023 entra em vigor na data da sua publicação." Presidenta?

1024 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – O**
1025 **Sávio levantou a mão.**

1026 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Obrigado. Nós estamos
1027 colocando aqui uma recomendação. Eu entendo que, realmente, é uma
1028 preocupação principal da sociedade civil. Nós temos que compor esse quórum, seja
1029 pelo regular preenchimento dos eixos, porque o eixo que está faltando são os



1030 Conselhos de classe. Então, como foi dito anteriormente, nós temos de passar
1031 qualquer alteração pela consultoria jurídica, para dar um respaldo para Sra. Ministra
1032 de que aquele procedimento está atendendo aos princípios. Eu compreendo que a
1033 colega Fernanda colocou, a Fernanda da ANADEP, agora nós temos duas
1034 Fernandas, não é? Antes tínhamos só Fernanda da ANADEP, mas agora nós temos
1035 uma outra Fernanda também. Mas, atualmente, nós temos esse Decreto, temos a
1036 lei que não faz essa distinção e vem o Decreto colocando, detalhando aquela
1037 previsão legal. Então, nós temos um Decreto presidencial hoje com esses eixos e
1038 esse Decreto, cabe destacar, que é desde a origem do CNPCT. As alterações que
1039 ocorreram no Decreto, salvo engano, os colegas da parte administrativa podem
1040 checar, mas salvo engano essa previsão de eixos, ela vem desde a origem do
1041 CNPCT. Então, as atualizações do Decreto não mexeram nessa parte. Então, essa
1042 recomendação, creio que a sociedade civil, sim, deve encaminhar, porque é um
1043 entendimento da sociedade civil para auxiliar quando a consultoria jurídica for
1044 apreciar essa ponderação feita pela parte jurídica e, principalmente, pela colega da
1045 ANADEP, a Fernanda.

1046 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1047 Karonline levantou a mão.

1048 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1049 **Proteção Global) –** Obrigada. Na linha do que Sávio traz, eu acho que essa
1050 Resolução precisa de dois ajustes, transformá-la em recomendação e não tem
1051 Resolução e, no artigo primeiro, a acrescentar: "Recomenda-se por Ministério da
1052 Mulher, Família e direitos humanos, que avalie as vagas que restaram desertas."
1053 Não é? Permanece o mesmo texto. A minha sugestão é que, ao final, finalize
1054 mencionando o edital, o último editado. Então, serão preenchidas com as
1055 candidatas concorrentes ao segmento 2, nos termos do edital, que eu não me
1056 recordo o número. João, qual que é?

1057 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** O último eu 6/2022.



1058 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1059 **Proteção Global)** – Então, 6/2022. Nós faríamos aqui menção a ele. São essas
1060 duas gestões que eu gostaria de colocar.

1061 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1062 Tem alguém que está como levantada? Não consigo ver, mas tem uma mão
1063 levantada.

1064 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Fernanda, Fernando Oliveira.

1065 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Bom, só
1066 para eu entender. O procedimento agora é encaminhar para a ministra é a ministra
1067 encaminhar para a CONJUR, para subsidiar a decisão dela? E quais seriam os
1068 prazos para isso acontecer, se existem prazos formais ou se são prazos, vamos
1069 dizer assim, como a gente diz no processo penal, impróprios.

1070 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Fernanda, se puder... O João
1071 talvez tenha alguma informação a mais, mas o procedimento... A responsabilidade
1072 pelo procedimento é do Ministério, o Ministério que abre esse edital. Tem uma
1073 Comissão de seleção também que faz isso, mas seria de imediato. Nós finalizamos
1074 agora esse último aqui com os dois colegas entrando, da EDUCAFRO, inclusive
1075 dando boas-vindas ao Vitória Hugo e a Eliege e também a suplente da ANADEP, a
1076 Rivânia. Então, essa foi a finalização anterior. De imediato, teríamos de abrir um
1077 novo edital para buscar o preenchimento...

1078 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
1079 estou falando da Resolução/recomendação.

1080 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A recomendação, para
1081 recomendação passaria para essa análise da consultoria jurídica para entrar,
1082 inclusive, nesse novo edital. Seria... Iríamos instruir o processo com essa
1083 recomendação da sociedade civil, ponderando essa questão, buscando uma



1084 alternativa para o preenchimento, não aquele que está no Decreto, uma alternativa
1085 para ser considerada nessa análise jurídica sobre a viabilidade.

1086 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1087 Entendi. É para entendeu procedimento mesmo, a Secretaria encaminha para a
1088 CONJUR e a CONJUR encaminha para a Ministra ou a Secretaria encaminha para
1089 a Ministra e a Ministra encaminha para a CONJUR? Eu quero saber em que
1090 momento a Ministra vai ter conhecimento dessa nossa recomendação.

1091 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Essa para a Coordenação
1092 administrativa detalhar o processo, o procedimento.

1093 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** O
1094 fluxo, entendeu? Eu não me expressei direito, o fluxo, agora lembra a palavra.

1095 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** A gente encaminha para o gabinete da
1096 Secretaria, O gabinete da Secretaria encaminha para ao CONJUR, CONJUR
1097 devolve, se tiver ajustes é encaminhado para nós, para a Coordenação, a gente faz
1098 o ajuste, devolve para o gabinete da Secretaria e, como é um ato que vai ser
1099 assinado pela Ministra, enquanto Presidente do CNPCT, ou para sua deliberação
1100 relativa ao edital, sobe para o gabinete da Ministra fazer a sua apreciação.

1101 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1102 Então, só sobe para o gabinete da Ministra depois do parecer da CONJUR?

1103 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Sim.

1104 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1105 Entendi.

1106 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1107 João, você poderia me esclarecer uma coisa aqui, rapidamente? Só que eu não
1108 estou conseguindo olhar aqui as pessoas que têm na reunião, ser a maioria é da
1109 sociedade civil ou a maioria do governo? Só para entender aqui.



- 1110 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como assim?
- 1111 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
1112 maioria dos membros que estão aqui na reunião são da sociedade civil ou são do
1113 governo, daqueles que compõem o Comitê? Só porque eu não estou conseguindo
1114 abrir aqui no meu.
- 1115 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Entendi. Você quer fazer uma chamada,
1116 Presidenta, para ver quem está no presente? Porque a gente fez a chamada do
1117 quórum. A Natália pode compartilhar quem estava na abertura de quórum, quantos
1118 de cada um.
- 1119 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1120 Você poderia compartilhar, Natália, por favor?
- 1121 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Na abertura do quórum, nós tínhamos nove
1122 da sociedade civil e nove do governo. Estavam empatados. Depois Joélia, da
1123 SENASP, entrou... Na verdade, da sociedade civil está faltando a SOMOS, mas foi
1124 dada posse à EDUCAFRO, foi isso que alterou. Então, está equivalente, paritário.
- 1125 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Só que isso pode ter mudado de lá para
1126 cá, entendeu, Presidenta? Então, se quiser fazer uma chamada.
- 1127 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1128 Vocês podem fazer uma chamada, então, por favor?
- 1129 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Sim, sim. Então, eu vou puxar... Começar
1130 pelos membros de governo.
- 1131 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A chamada já seria para votação,
1132 é isso?
- 1133 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1134 Não, eu quero entender quem está na reunião agora.



- 1135 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Vamos lá. Ministério da mulher, da família e
1136 dos direitos humanos, pelo governo, Sávio?
- 1137 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Presente.
- 1138 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – SNPG? Karol?
- 1139 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1140 **Proteção Global)** – Presente.
- 1141 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – SNPI? Rodrigo.
- 1142 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente - Secretaria Nacional de**
1143 **Políticas da Promoção da Igualdade Racial)** – Presente.
- 1144 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – SEGOV, era o Igor. Não sei se ele ainda está.
1145 DEPEN, que era o Torquato.
- 1146 **Sr. Cristiano Tavares Torquato (Titular - Ministério da Justiça e Segurança**
1147 **Pública, representação do DEPEN)** – Presente.
- 1148 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Cidadania, Cláudia?
- 1149 **Sra. Cláudia Gonçalves Leite (Suplente - Ministério da Cidadania)** – Presente.
- 1150 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – MEC, Sérgio?
- 1151 **Sr. Sérgio de Oliveira (Titular - Ministério da Educação)** – Presente.
- 1152 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Defesa, Jorge Mendes?
- 1153 **Sr. Jorge Mendes (Titular - Ministério da Defesa)** – Presente
- 1154 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – MRE.
- 1155 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
1156 **Exteriores)** – Presente. Matheus moreira.



1157 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – A SENASP, Joélia? Que era também pelo
1158 Ministério da justiça.

1159 **Sra. Joélia Santos do Nascimento (Titular - Ministério da Justiça e Segurança**
1160 **Pública - SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública)** – Presente.

1161 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Então, temos dez de governo. Esqueci de
1162 alguém? Ministério da saúde, que não estava presente. Acho que não entrou. Vou
1163 passar, então, para os representantes da sociedade civil. Conselho federal de
1164 serviço social, Mauricleia.

1165 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
1166 **Social)** – Presente.

1167 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Agenda nacional pelo desencarceramento.

1168 **Interlocutora não identificada** – Presente.

1169 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – GAJOP, Romero.

1170 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1171 **Organizações Populares, GAJOP)** – Presente aqui.

1172 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – ITTC, Sofia.

1173 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1174 Estão aqui.

1175 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – ANADEP, Fernanda.

1176 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1177 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Presente.

1178 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Maria Felipa, Fernanda também.

1179 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Presente.



1180 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Amigos e familiares de pessoas privadas de
1181 liberdade.

1182 **Sra. Miriam Stephanie dos Santos (Suplente - Associação de Amigos e**
1183 **Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade)** – Presente.

1184 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Rede de Proteção e resistência ao genocídio.

1185 **Sr. Augusto Luiz de Aragão Pessin (Suplente - Rede de Proteção e Resistência**
1186 **Contra o Genocídio)** – Presente.

1187 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Universidade federal do Rio Grande do norte.
1188 A Cândida. Era a Cândida. Será que a Cândida caiu?

1189 **Sra. Luana de Lima Dias Oliveira** – A Cândida está sem microfone.

1190 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Ah, a Cândida está sem microfone. A Luana
1191 lembrou aqui. Será que ela está no Chat?

1192 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Não vejo ela aqui, não, dentre os
1193 presentes. Quantos têm aí da chamada?

1194 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Aqui, 10 de governo e 9 de sociedade civil,
1195 mas falta a EDUCAFRO. A EDUCAFRO acho que foi dada posse...

1196 **Sr. Eliege Domingos (EDUCAFRO)** – Presente.

1197 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Temos 10 e 10. Só o SOMOS que não veio,
1198 que é o Caio.

1199 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta?

1200 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Oi.

1201 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A Cândida, também registro que a
1202 Cândida, aqui agora, não se manifestou. Então...



- 1203 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – São 10 de governo e 9 de sociedade civil
- 1204 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1205 Está bom. Só para entender então...
- 1206 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A Cândida entrou aqui agora.
- 1207 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1208 Então, a gente estaria bem 11...
- 1209 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – 10 e 10 com a Cândida.
- 1210 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – 10
1211 e 10 com a Cândida. Achei que era... Entendi. Bom, então, eu acho que a gente
1212 pode encaminhar, enquanto recomendação, essa Resolução, que a princípio era
1213 Resolução, mas como recomendação.
- 1214 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que vale acrescentar o que a Karoline e
1215 indicou, para ficar mais específico que se refere ao edital X.
- 1216 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1217 **Proteção Global)** – Isso eu acabei de postar no Chat o texto que propus.
- 1218 **Interlocutora não identificada** – Ah, está bom. Não vi, me desculpa.
- 1219 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Bom, se for nesse sentido da
1220 recomendação, para que se avalie essa viabilidade jurídica, considerando a
1221 ponderação da colega Karonline, eu acho que nós podemos aprovar por aclamação,
1222 o governo e sociedade civil. Se for nesse sentido, eu acho que seria pertinente por
1223 aclamação.
- 1224 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sugiro um ajuste aqui, em razão da
1225 ausência de candidato do segmento 3, pelas concorrentes no segmento 1. No
1226 segmento 3, está bom?



1227 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – A**
1228 Fernanda levantou a mão aqui.

1229 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Então, a ausência aqui, a ausência de
1230 candidatos no segmento 1, que é o segmento que está vago, seguimento 1, e as
1231 concorrentes que seriam aproveitadas no segmento 3. Nesse edital 6, tem como
1232 aproveitar o segmento 3.

1233 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1234 Perfeito, João. A Fernanda está com a mão levantada.

1235 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1236 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Bom, a gente mandou a proposta de
1237 Resolução, então, para recomendação, certo? Até para que pudéssemos ficar
1238 alinhados quanto a proposta dos membros do governo, no sentido de que seja feito
1239 uma recomendação e não uma Resolução. Agora, a recomendação, para variar, me
1240 parece um pouco redundante, uma vez que, tratando-se de recomendação, até para
1241 o procedimento que se eles narraram quanto à necessidade de passar antes pela
1242 CONJUR, a avaliação vai ser feita, não é? Então, tratando-se de recomendação,
1243 parece que a Ministra pode acatar ou não de acordo com parecer que for proferido.
1244 Então, parece mais correto, talvez, colocar no artigo primeiro: "Recomenda o
1245 preenchimento das vagas." A avaliação, de toda forma, já vai ser feita. Recomendar
1246 a avaliação me parece um pouco inoportuno, não sei, ou realmente redundante já
1247 que essa avaliação, de toda forma, parece, pelo procedimento que senhores
1248 narraram, que já vai ser obrigatoriamente realizada.

1249 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Porque ficou faltando, se me
1250 permite, viu, Fernanda, ficou faltando a parte inicial que a colega sugeriu, que é
1251 "Recomendar ao MMFDH para que avalie o preenchimento de vagas que restaram."
1252 Então, ficou faltando essa parte inicial aqui no artigo primeiro. Essa assinatura seria
1253 feita de imediato pela vice-presidência em exercício, da colega Sofia Fromer.



1254 **Interlocutora não identificada** – Eu levantei a mão também só para trazer assim...
1255 Porque a Fernando trouxe o aspecto da redundância, mas sob o aspecto do governo
1256 não se tem uma posição jurídica definida para que a recomendação seja direta para
1257 a adoção das propostas, por isso que a recomendação é para que se avalie e a
1258 gente vai aplicar o trâmite necessário sob esse aspecto, está bom, Fernanda?

1259 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Acrescento que, ao meu ver, será uma
1260 Resolução e o conteúdo que terá essa recomendação, será uma Resolução e não...
1261 Não um ato de natureza... Não é uma recomendação, enquanto ato administrativo.
1262 O ato é uma Resolução que vai recomendar.

1263 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1264 Perdi, João.

1265 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O ato vai ser uma Resolução, não vai ser
1266 uma chamada de recomendação.

1267 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – O
1268 ato da Ministra ou esse ato nosso? Foi aí que eu me perdi.

1269 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Esse ato nosso.

1270 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1271 Uma Resolução que recomenda?

1272 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O plenário.

1273 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1274 Entendi. O ato, tecnicamente, deve ser uma Resolução que recomenda? Agora
1275 entendi.

1276 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O conteúdo vai ser resolve, mas
1277 tecnicamente o ato é uma Resolução.



1278 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1279 Entendi, entendi.

1280 **Sra. Natália Viana Montechi Silva –** Tem mais gente com a mão levantada.

1281 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Só um minutinho, Presidenta e demais
1282 colegas. Quem está compartilhando para mim, para nós? Por favor, coloca para nós
1283 essa redação que está no Chat para atualizar como é que vai ficar, ou como é que...
1284 A partir de onde estamos caminhando.

1285 **Sra. Natália Viana Montechi Silva –** João, a gente está tentando fazer, mas ou o
1286 Word não está deixando copiar e colar. Então, a gente vai ter de dar um jeito de
1287 baixar abrindo outro arquivo de Word.

1288 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Não, não. Então, digita. Você está com
1289 o cursor? Digita aí. Enquanto os colegas vão falando é só você digitar, o artigo
1290 primeiro.

1291 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1292 Hebert está com a mão levantada. Você quer falar Herbert?

1293 **Sr. Hebert Barros (Diretor do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos**
1294 **Humanos) –** Bom dia, Presidenta, bom dia a todos. Agradeço ter me passado a
1295 palavra. Não sou membro do colegiado, mas sou Diretor do departamento de
1296 proteção e defesa dos direitos humanos, onde está vinculada à Secretaria executiva
1297 do colegiado. Queria só, João, rememorar a Resolução nº 4 do colegiado, que trata
1298 dos tipos de atos que o colegiado emana. Na verdade, a Resolução é um tipo
1299 específico e a recomendação é outro tipo. O caso que estamos tratando aqui
1300 entendo que a recomendação, não é bom ato normativo, é uma recomendação de
1301 um estudo que a Ministra fará para tomar uma decisão. Portanto, não é uma
1302 Resolução. Ainda que se use o verbo resolve, não se trata de uma Resolução, mais
1303 de uma recomendação. Pode-se, inclusive, substitui o termo resolve por delibera:
1304 "Artigo 1º. Recomendar ao Ministério" E assim seguidos. Obrigado, Presidenta.



1305 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – A**
1306 Fernanda está com a mão levantada. Você abaixou?

1307 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1308 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Oi, eu baixei para levantar, porque
1309 [Ininteligível]1:44:37 aqui.

1310 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1311 Pode falar.

1312 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1313 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Obrigada. Na verdade, assim, que se a
1314 gente for se atentar à Resolução nº 4, na verdade a natureza seria a mesma de
1315 Resolução, porque recomendação diz respeito a elaboração de estudos e
1316 pesquisas, não é? A avaliação não se trata bem de estudos e pesquisas, no termo
1317 que foi colocado aqui no parágrafo segundo, não é? Então, se a gente for ser muito
1318 formalista, na verdade seria uma Resolução. Então, eu sugiro, novamente, que a
1319 gente coloque: "Então, recomende ao Ministério o preenchimento das vagas."
1320 Porque o estudo que vai ser feito, não vai ser feito pelo Ministério, vai ser pelo
1321 CONJUR. Não é um estudo, na verdade, é um parecer, uma avaliação jurídica.
1322 Então, a recomendação no é para que o CONJUR avalie, é para que o Ministério
1323 preencha as vagas, obviamente a partir do das questões internas que vão autorizar
1324 um, eventualmente, esse preenchimento das vagas e, pelo fluxo que foi narrado
1325 aqui, obviamente isso necessariamente um na passar pela CONJUR, é a CONJUR
1326 que vai fazer esse estudo, não é? Lembrando que a própria Resolução nº 4 permite
1327 que o próprio Comitê solicite a pareceres de órgãos específicos, não é? Então, se
1328 o caso fosse aqui solicitação de estudos e pesquisas, o próprio Comitê poderia
1329 solicitar a CONJUR ou de qualquer outro órgão. Isso é uma prerrogativa do plenário.

1330 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1331 Sávio levantou a mão.



1332 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Sim, nós estamos falando, na
1333 verdade, no mesmo sentido. Para reforçar o que o colega Hebert colocou. Herbert,
1334 hoje, não compõe o Comitê, mas ele acompanha também desde o início da
1335 formação. Nosso sugerimos essa recomendação para que se avalie, realmente, se
1336 faça um estudo sobre essa viabilidade de adequação do edital com que nós temos
1337 hoje de enorme. Se colocarmos for Resolução, realmente o governo não pode
1338 antecipar esse método na nossa posição. Então, por isso que nós sugerimos que
1339 aprovemos por unanimidade essa recomendação, para que se faça estudo,
1340 realmente, sobre essa viabilidade.

1341 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1342 Então, a o que a Fernanda apontou aqui é relevante, no sentido de que a
1343 recomendação é para que se cumpram as vagas, o procedimento interno, que se
1344 faz para o cumprimento das vagas, tem outra questão do fluxo, não é? Porque aqui
1345 a gente não está pedindo um estudo, porque a CONJUR não vai fazer um estudo
1346 sobre isso, é um parecer jurídico, que é diferente, não é? Então, o que a gente está
1347 pedindo uma recomendação para uma Resolução.

1348 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Vou trocar a palavra estudo por
1349 análise, está bom? É uma análise sobre a adequação. Seria a mesma coisa. Essa
1350 análise será feita, só que com reforço dessas ponderações que foram apresentadas
1351 pela colega da ANADEP.

1352 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
1353 Karonline levantou a mão.

1354 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1355 **Proteção Global)** – Só para reforçar, que eu compreendo o que a Fernanda está
1356 colocando sob o aspecto do tratamento da recomendação do Ministério, mas existe
1357 a posição do governo para votação desta Resolução, recomendação, aqui no
1358 colegiado. Se o texto for diretamente recomendar, já estamos compreendendo a
1359 viabilidade desta opção e, para o governo, ele não tem isso maduro, não tem



1360 parecer técnico, parecer jurídico para se manifestar dessa forma. Então, nós
1361 teríamos de nos manifestarmos contrários a essa proposta. Se aparece o texto
1362 avaliação do Ministério, ok, a gente aprova a Resolução porque está colocando...
1363 Vamos submeter essa análise no âmbito do Ministério. A questão é como eu disse,
1364 não é um preciosismo essa palavra, existe um porquê de ela estar aí.

1365 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – A**
1366 **Fernanda está com a mão levantada.**

1367 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1368 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Desculpa, eu esqueci de abaixar, Sofia.

1369 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1370 **Sávio, você está como a mão levantada ou esqueceu de abaixar também?**

1371 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Não, esqueci de abaixar também.

1372 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1373 **Vocês acabaram aqui? Isso é como vai ficar ou ainda está faltando no**
1374 **preenchimento aqui? Não sei quem está escrevendo, se a Natália.**

1375 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** É o que está proposto que no Chat. Têm
1376 **objeção a esse primeiro artigo? Governo sociedade civil?**

1377 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1378 **Primeiro artigo do resolve, é isso que você está falando?**

1379 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** "Resolve: Art. 1º. Recomendar ao
1380 **Ministério para que avalie o preenchimento das vagas que restaram desertas após**
1381 **a conclusão dos processos de chamamento público para a composição do CNPCT**
1382 **em razão da ausência de candidatos do segmento 1, pelas candidatas correntes do**
1383 **segmento 3, nos termos do edital nº 6/2022."**



1384 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – João, tem de fazer adaptações
1385 no texto. O artigo 3º: "Essa Resolução", "Essa recomendação." Tem outras
1386 adaptações aqui no texto.

1387 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Por favor, Sávio, me ajuda aqui. O que a
1388 gente altera, para gente fechar uma minuta?

1389 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Essa recomendação, não
1390 precisaria, na verdade, esse terceiro aí, não é?

1391 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – O
1392 Romero do...

1393 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – O vigor é relacionado a atos
1394 normativos, não é? Então, seria uma...

1395 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1396 Romero está com a mão levantada.

1397 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1398 **Organizações Populares, GAJOP)** – Não, eu queria só problematizar um pouco
1399 com relação ao artigo primeiro do que resolve, o que direciona, na palavra, avalie.
1400 Eu compreendo a justificativas que foram apresentadas, porém não compreendo
1401 que o Comitê nacional de prevenção e combate à tortura, pela natureza do que se
1402 propõe, é um órgão. Eu compreendo também que, por ato administrativo, quem faz
1403 o chamamento público e quem faz o direcionamento de fluxo administrativo, é o
1404 Ministério, porém nesse momento, na hora em que o Ministério... Na hora que o
1405 Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, passando por essas questões
1406 de Resolução e de recomendação, já recomenda, com isso fala também da
1407 autonomia do Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura e daquilo que
1408 são as suas prerrogativas. Não cabe a ele entregar no âmbito da avaliação do
1409 Ministério para preenchimento de vagas ou não, o que acontece é, para a decisão
1410 desse colegiado, a partir das suas prerrogativas, é recomendar o preenchimento



1411 das vagas. O que cabe ao Ministério dentro dos fluxos que ele possa adotar, seja a
1412 avaliação que ele quiser dizer que é a partir disso, para aceitar ou não a
1413 recomendação do que é o direcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e
1414 Combate a Tortura. Eu acho que a gente precisa pensar a partir disso, embora não
1415 seja preciosismo a palavra, mas ela tem uma intencionalidade sim e tira, inclusive,
1416 a autonomia do que é esse documento do próprio Comitê nacional enquanto órgão.

1417 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Romero, em termos práticos, qual seria
1418 sua sugestão?

1419 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1420 **Organizações Populares, GAJOP)** – Retirar "avalia". "Recomendar ao Ministério
1421 da mulher, da família e dos direitos humanos para o preenchimento, o quanto ao
1422 preenchimento, das vagas que restam desertas após a conclusão."

1423 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Em relação a essa sugestão, que os
1424 demais colegas, o que o governo entende?

1425 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1426 **Defensoras e Defensores Públicos)** – E a fazer um acréscimo aqui, João. Salvo
1427 engano, já tinha um parecer da CONJUR sobre essa possibilidade do plenário do
1428 CNPCT deliberar sobre esse mérito, não é? Salvo engano, o último parecer da
1429 CONJUR, que teve nesse aspecto, foi exatamente no sentido de que o plenário do
1430 CNPCT poderia deliberar sobre questões dessa natureza, referentes a esse edital
1431 de chamamento público. Não estou conseguindo achar aqui o parecer da CONJUR,
1432 mas, de repente, até vocês têm esse documento mais fácil do que eu.

1433 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Mas, Fernanda, de qualquer
1434 forma, sim, o CNPCT tem a previsão de recomendação Resolução. Se quiser
1435 apresentar alguma Resolução, sim, seria uma deliberação também no sentido de
1436 uma Resolução, mas o governo não pode antecipar o mérito de uma estrutura, que
1437 existe aqui, interna para essa análise. Então, como o colega, o Romero colocou



1438 aqui, essa sugestão aqui, eu acho que não prejudica tirar a questão da avaliação.
1439 É claro, a Karoline que fez a sugestão aqui, poderia também manifestar sobre isso,
1440 mas não vejo prejuízo.

1441 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1442 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Perfeito. Então, ótimo, se ficar direto
1443 recomendar, acho que também não tem prejuízo, não.

1444 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Karol, com alguma observação?
1445 O texto, a sugestão foi sua, SNPG.

1446 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1447 **Proteção Global)** – A proposta é ficar como está agora? "Recomendar ao Ministério
1448 por preenchimento de vagas"? É isso?

1449 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Isso, seria isso.

1450 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – O
1451 Romero está mão levantada.

1452 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1453 **Organizações Populares, GAJOP)** – Perdão, foi porque eu não tirei.

1454 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
1455 Fernanda também não tirou.

1456 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O artigo 2º aqui, se faz necessário?
1457 Abaixa pouco, por gentileza, quem está projetando. Quem que é? É a Natália? E a
1458 Natália, não é? Olha aí: "Para designação das candidaturas suplentes que ocuparão
1459 as vagas remanescentes..." Seria tipo o cadastro de reserva. "Deve ser respeitada
1460 a ordem de classificação decorrente da votação realizada, bem como observar as
1461 regras definidas para reserva de vagas e desempate." Essa parte final fica
1462 prejudicada. **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Inclusive, eu tenho



1463 dúvida também sobre o artigo terceiro, se tem de ter um artigo de vigor, de vigência,
1464 enfim, no caso de recomendação. Eu tenho uma dúvida.

1465 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1466 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Tecnicamente, eu acho que não tem.

1467 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim. A gente pode tirar isso daqui?

1468 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1469 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Mas eu acho que o segundo mantém, João,
1470 até para a questão de deixar mais demarcado, mais clara proposta, para não ter
1471 dúvida na hora de elaboração do parecer por parte do CONJUR ou de entendimento
1472 de qualquer outra pessoa, não é?

1473 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok.

1474 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1475 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Ainda que isso seja inscrito no edital. Não,
1476 não, que não há bunda não prejudica, como diria os nossos professores velhinhos.

1477 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, Fernanda. O Presidenta?

1478 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1479 Então, ficaria uma recomendação para a Ministra, nos termos daquilo que já estava
1480 nos documentos, que antes era uma Resolução. Só recuperam pouco, João, os
1481 prazos para a definição a partir, enfim... Não sei se ela vai, a partir da manifestação
1482 do CONJUR etc.

1483 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Você quer saber como a gente vai
1484 conduzir a partir de agora?

1485 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1486 Você respondeu para a Fernanda sobre fluxo de prazos, só queria que vocês
1487 recuperassem agora como que é o fluxo de prazos agora. A gente manda



1488 recomendação para a Ministra, ela nada para CONJUR, mas qual é o caso de
1489 resposta da recomendação?

1490 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A gente vai colocar a minuta nos autos e
1491 encaminhar, no máximo 48h, dois dias, no máximo terça-feira gente consegue
1492 encaminhar. Vai para o gabinete, do gabinete iria para a CONJUR. A CONJUR...

1493 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Gabinete da SNPG, da
1494 Secretaria Nacional e Proteção Global. Só para esclarecer, não vai para a Ministra
1495 nesse momento, está bom?

1496 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A CONJUR tem até 15 dias para dar o
1497 parecer. Retorna, se tiver algum ajuste, encaminha para nós novamente para
1498 ajustar algum texto, alguma coisa que tem de ajustar, para gente devolve para o
1499 gabinete da Secretaria, que envia e submete ao gabinete ministerial.

1500 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Só
1501 uma pergunta aqui, se fosse uma Resolução de fato, que o plenário recomenda
1502 Resolução e a gente coloca para votação no plenário, ainda assim poderia ter a
1503 possibilidade da avaliação da CONJUR?

1504 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim. Para o Ministério proceder na
1505 prática, como o ato é de competência do Ministério, entendo eu que, para o
1506 Ministério proceder dessa forma, necessariamente ele vai precisar ter um parecer
1507 da CONJUR para avaliar essa opção. O que eu entendo que está sendo
1508 acompanhado aqui é uma em iniciativa que o Ministério vai tomar, iniciativa de
1509 solicitar a esse parecer para avaliar essa opção, considerando tudo que foi
1510 fundamentado aqui, que vai ser levado a CONJUR para considerar, nesse parecer
1511 que vai ser emitido, salvo melhor juízo. Pergunta aos membros de governo se é isso
1512 mesmo que... Encaminhado.

1513 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1514 Bom, eu acho que é isso que fique encaminhado, a recomendação para Ministra.



- 1515 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Ok.**
- 1516 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1517 Pode pronunciar, perguntar se tem objeção? Se dá para aprovar por unanimidade?
- 1518 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1519 Alguém tem alguma objeção? A gente pode aprovar a recomendação para a
1520 Ministra?
- 1521 **Interlocutora não identificada – Sim.**
- 1522 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1523 Então, fica aprovada, pelo plenário, a recomendação para a Ministra. Agora, acho
1524 que a gente teria um intervalo, não é?
- 1525 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Sim, está previsto um intervalo agora**
1526 11h.
- 1527 **Interlocutora não identificada – O intervalo é de quantos minutos?**
- 1528 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – 15**
1529 minutos.
- 1530 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – 15 minutos. 11h15 regressamos,**
1531 Presidenta?
- 1532 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1533 Sim.
- 1534 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Ok.**
- 1535 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – Até**
1536 daqui a pouco
- 1537 **Interlocutora não identificada – Até daqui a pouco, gente.**



1538 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Prezados e prezadas, um minuto para a
1539 volta dos nossos intervalos, pelo o meu computador aqui. Presidenta, podemos
1540 voltar?

1541 **Interlocutor não identificado** – Bom dia, João, só pedir para você registrar minha
1542 presença, por favor.

1543 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Agora que eu te vi... Entrou, está entre
1544 nós. Bom dia. Presidenta, então, conforme a pauta, foi invertida essa questão da
1545 Resolução e passou para o próximo.

1546 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1547 Sim. Bom eu acho que... Aqui no artigo primeiro, você tem um problema aqui com
1548 a palavra, não é? "As reuniões ordinárias e extraordinárias poderão ser realizadas
1549 por videoconferência, em formato híbrido, virtual ou presencial." Essa palavra aqui
1550 já não deixa muito claro, esse poderão não está dizendo que elas serão, não é? E
1551 deixa, aqui na minha análise, eu acho que as outras pessoas podem se manifestar
1552 também, mas deixa uma brecha para o fato de que pode ser realizada ou por
1553 videoconferência ou de algum jeito, mas não aponta aquilo que a gente tinha
1554 pactuado, que elas serão, em sua essência, presenciais e elas poderão, para que
1555 eles que não estarão presencialmente, ocorrer no formato híbrido. Acho que são
1556 primeira apontamento aqui no artigo primeiro. Se alguém já que as a fazer alguma
1557 manifestação em relação a isso. Sávio levantou a mão.

1558 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Bom, nós vamos fazer a leitura
1559 total e já destacando algumas questões. A ideia foi aqui, Sofia, e deixar aberto a
1560 opção: "As reuniões serão presenciais, como regra." Isso está, inclusive, no nosso
1561 regimento interno, só que às vezes algum colega que não se sentir à vontade e
1562 fazer o deslocamento ainda, com alguma preocupação com relação a algumas
1563 questões relacionadas à saúde, ele poderá acompanhar e isso de forma virtual.
1564 Então, nesse caso, será uma Reunião Virtual. Se precisarmos, por alguma situação,
1565 alguma emergência, uma reunião extraordinária para tratar de uma questão se não



1566 tivermos tempo de processar os deslocamentos, podemos fazer uma por
1567 videoconferência, isso também abre a margem para realizarmos essa reunião por
1568 videoconferência, uma reunião de urgência, de emergência, não é? Então, isso dar
1569 os mecanismos para que a Coordenação execute de acordo com a necessidade.

1570 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**

1571 Bom, eu compreendo, você está falando em... A Fernanda está com a mão
1572 levantada, mas é porque não é isso que está escrito aqui, porque se a gente for ler,
1573 está escrito: "As reuniões extraordinárias e extraordinárias poderão ser realizadas
1574 por videoconferência, por ato híbrido, virtual a presencial." Deveria estar escrito,
1575 então: "As reuniões ordinárias serão realizadas de forma presencial e, para aqueles
1576 que não puderem comparecer, de modo híbrido o virtual."

1577 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Excelente. Só para completar,

1578 para não deixar que..., nós temos essa previsão dentro do nosso regimento interno.
1579 O ideal é após... Essa foi uma publicação para permitir que realizássemos essa
1580 reunião atual, mas o ideal é o pleno pegar e tratar disso, editando o nosso regimento
1581 interno. É o quórum qualificado, são 3/5, nós precisamos fazer a previsão específica
1582 em pauta e, sim, trazer um texto para dentro do regimento interno, que a Resolução
1583 nº 1.

1584 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** A

1585 Fernanda está com a mão levantada.

1586 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**

1587 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Sávio, primeiro, o que foi acordado na

1588 reunião anterior e, como você bem mesmo lembrou, a regra é a reunião presencial
1589 e a exceção é a reunião por videoconferência, não importa o motivo da exceção.

1590 Então, esse artigo primeiro não está traduzindo isso. Essa Resolução vai vigorar até
1591 que a gente tem a possibilidade de alterar o regimento interno. Então, nós vamos
1592 precisar alterar esse artigo primeiro hoje, para cumprir o acordado na reunião



1593 anterior, tanto para que essa reunião continue, como para que a próxima seja
1594 presencial, porque isso foi o acordado na reunião anterior.

1595 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Vamos sugerir já algum texto.
1596 Eu acho que é interessante sugerir alguma proposta já, que entra nessa edição,
1597 porque, lembrando, essa Resolução é ad referendum, contando que, inclusive, na
1598 fundamentação dela.

1599 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1600 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Sim, eu vou colar o texto aqui no Chat. Se
1601 quiser continuar lendo, para não ficar perdendo... Ficar parando no tempo.

1602 **Interlocutora não identificada** – Eu queria fazer uma intervenção, porque, assim,
1603 para gente precisa analisar essa Resolução junto com o regimento interno. Entendo
1604 que vocês estão colocando essa questão da regra de ser presencial, isso está posto
1605 no regimento. Por isso que a Resolução não traz de novo essa regra, que as
1606 ordinárias serão presenciais, ela traz a possibilidade. Isso aqui é um ato
1607 complementar ao regimento, por isso, inclusive, a CONJUR compreendeu que isso
1608 seria bateria regimental e, corretamente, devemos alterar futuramente o regimento.
1609 Não entendo que tenha de prever que novamente que as reuniões serão
1610 presenciais.

1611 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Mas
1612 eu não entendo porque não prever que as reuniões serão presenciais, sendo que o
1613 regimento interno prever que as reuniões são presenciais. Eu não entendo o porquê
1614 que, então, não reiterar isso, porque, na verdade, em síntese, o que estava
1615 acontecendo é que as resoluções que tinham a ver com a pandemia e que
1616 autorizaram que as reuniões fossem presenciais, elas não têm mais fundamento de
1617 existir, porque a gente já não está mais em um estado de, enfim, de exceção, de
1618 saúde pública, não me lembro exatamente termo. Mas eu não entendo porque que
1619 está escrito desse outro jeito e não há como prever o regimento. De toda forma, a



1620 Cândida e o Romero estão com a mão levantada. A Cândida, eu acho, levantou
1621 primeiro.

1622 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Oi, gente. Vocês me ouvem? Que bom. Estava
1623 procurando um fone ali. Gente, eu acho que essa discussão se resolve muito
1624 rapidamente se a gente suprimir a palavra videoconferência do artigo 1º, porque, na
1625 verdade, o artigo 1º está dando a possibilidade, além da reunião híbrida, de ser
1626 realizada por videoconferência e essa é uma opção que já não é mais possível, que
1627 eu entendo que é o que foi debatido na reunião anterior, no sentido de que,
1628 ordinariamente, as reuniões são presenciais, está aí no regimento, enfim, já tem
1629 uma norma que fala de fato, não necessariamente precisaria repetir tudo mais, mas
1630 a questão não é essa, a questão é que esse artigo primeiro ele prever a
1631 possibilidade de reuniões por videoconferência e isso não deve mais acontecer. O
1632 que foi acordado, até onde eu sei, é o que é o correto, considerando o regimento e
1633 todo o ordenamento é que as reuniões poderão se híbridas, ou seja, com a
1634 participação virtual de pessoas, caso elas não possam, enfim, que tenham as
1635 restrições, ou seja, dar a possibilidade de ser uma reunião em que as pessoas
1636 possam também participar virtualmente, mas como as reuniões são presenciais a
1637 gente não pode colocar que poderá ser realizada por videoconferência. Acho que
1638 se suprimir essa possibilidade de realizar por videoconferência, que a gente
1639 consegue, talvez, o consenso.

1640 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1641 **Organizações Populares, GAJOP)** – Oi, pessoal. Olha, é uma questão... Eu acho
1642 que a gente está pensando a mesma coisa, porém o texto não diz aquilo que a
1643 gente está pensando, está bom? Então, a questão não é que a gente não está
1644 compreendendo esse processo. No regimento aponta a obrigatoriedade de reuniões
1645 presenciais, porém aquilo que a gente quer dizer, o que a gente está querendo com
1646 essa Resolução? É apontar a possibilidade das pessoas que estão impossibilitadas
1647 de estarem de forma presencial, ter a opção de participar de forma virtual, mas para
1648 dizer que é possível acontecer de forma virtual, que a gente vai ter de apontar o



1649 óbvio que as reuniões obrigatoriamente serão presenciais ou, desculpa a palavra,
1650 talvez não seja obrigatoriamente, por via de regra, são presenciais e fazer o
1651 complemento. Eu acho que a Sofia fez uma proposta de texto que eu acho que ela
1652 contempla isso sim. Nós estamos entendendo que [Ininteligível]2:21:55 é o órgão e
1653 não precisa da afirmação, mas para completar a narrativa da possibilidade de abrir
1654 para aqueles que não puderem, em algum momento, de estarem de forma
1655 presencial, é preciso dizer que, por via de regra, ela é presencial, não tem como a
1656 gente alterar isso, porque senão abre precedente, inclusive, de uma nova
1657 Resolução que aponta outros meios de participação para além da via de regra.

1658 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu não sei. Tem alguém inscrito?

1659 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1660 Tem uma sequência. A Fernanda Oliveira, depois a Fernanda da ANADEP e a
1661 Karoline.

1662 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Sou eu
1663 então, Presidenta, agora?

1664 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1665 Pode ser, depois a outra Fernanda.

1666 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Bom,
1667 apenas concordar com que já foi dito, no sentido de que realmente, como Resolução
1668 visa atender o formato híbrido, esse videoconferência ou a gente exclui, porque ele
1669 dá a entender que poderia ser realizada apenas por videoconferência, excluindo-se
1670 a possibilidade de ser presencial. Então, como a gente já tinha colocado na reunião
1671 anterior, penso que só excluir esse videoconferência, como a Cândida já
1672 mencionou, já resolveria a questão, ou se... O formato, se esse videoconferência
1673 estiver aí para lembrar, assinalar um formato de reunião, que ficasse entre
1674 parêntese depois do virtual, mas mesmo assim acho que seria desnecessária, não
1675 é? Porque hoje tudo que é virtual é realizado por videoconferência. Então, me



1676 parece que é uma palavra que está aí apenas excedendo e criando uma confusão
1677 e que não é o interesse de ninguém. Obrigada.

1678 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Na
1679 sequência, a Fernanda abaixou a mão. Então, é a Karonline.

1680 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Apenas registrar aqui, antes da
1681 Karonline, que a Fernanda Oliveira colocou uma sugestão de texto Novo no Chat e
1682 que, pela sugestão da Fernanda, da ANADEP, Fernandes, seria um outro texto,
1683 seria apenas retirar esse trecho de videoconferência, de poder não ser realizado
1684 por videoconferência. Por favor, Karoline.

1685 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1686 **Proteção Global)** – A realidade das videoconferências está posta. Eu entendo aqui
1687 o receio de vocês, é para que não se sobreponha a videoconferência em relação a
1688 presencial, ok. O regimento interno fala que as reuniões serão presenciais. A ideia
1689 é que tenha a possibilidade das videoconferências. Então, retirar videoconferência
1690 é prejuízo para colegiado, podem haver situações que se queira ter reuniões por
1691 videoconferência e eu ponho até a situação do próprio código civil, que foi alterado
1692 para que as Assembleia das organizações possam ser efetuadas por
1693 videoconferência também. Então, nós estaríamos indo na contramão em relação a
1694 isso. Entendo aquilo que, o que a Fernanda colocou aqui no Chat, talvez atenda,
1695 porque é isso, em caráter excepcional pode ocorrer, sim, reunião informado de
1696 videoconferência. Os artigos abaixo contemplam, por recomendação da mesa
1697 diretora, que isso vai poder acontecer, não é a regra. Então, assim, minha
1698 sugestão é que não tire videoconferência. A redação tem... Olho aqui a redação da
1699 Fernanda e vejo que acho que pode ser nesse formato proposto por ela.

1700 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu me pergunto se a redação, que a
1701 Fernanda Oliveira propôs, não seria a mesma que está lá no regimento interno. Me
1702 pergunto se a ideia for, excepcionalmente, fazer por videoconferência, isso já está
1703 prevista no regimento, agora se a ideia for permitir, na minha opinião, que o



1704 ordinariamente se torne híbrida, não é excepcionalmente, aí me parece que é a
1705 Resolução aqui que a gente está propondo.

1706 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1707 Então, mas a gente não está propondo uma mudança no regimento interno, o que
1708 a gente está fazendo referente a pandemia as reuniões começaram a ser virtuais e
1709 não fazia mais sentido elas serem virtuais, o que foi discutido na outra reunião.
1710 Então, o que a gente está fazendo aqui agora é uma nova Resolução para que elas
1711 aconteçam... Entendo, inclusive, que foi uma pontuação muito mais trazida pelo
1712 governo do que pela sociedade civil, que ela acontecesse de forma híbrida, mas
1713 que não é no sentido de mudar, enfim. Eu concordo com que a Fernanda colocou
1714 aqui e acho que, o que eu tinha dito no início, se assemelha muito, que as reuniões,
1715 na verdade, são presenciais, o caráter dela a presencial, extraordinariamente elas
1716 podem ser de outras formas. Então, se a gente colocasse aqui, por exemplo, se
1717 uniões ordinárias, extraordinárias são presenciais e elas podem, excepcionalmente,
1718 correrem em formato híbrido e virtual. A videoconferência eu acho que é diferente,
1719 importante pontuar. Videoconferência é diferente de formato híbrido e virtual.
1720 Videoconferência é o que a gente está fazendo aqui agora, o formato híbrido é
1721 diferente. Então, eu acho que isso que é importante, pois a gente abre também e,
1722 nesse sentido eu concordo com o que a Cândida diz também, de suprimir a palavra
1723 videoconferência, por que isso? Porque a gente não... A ideia não é que se tenha
1724 videoconferência, a ideia é que as reuniões sejam ou presenciais, com todos os
1725 membros, ou que elas sejam híbridas. Tem inscrito?

1726 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1727 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Eu me inscrevi de novo, mas pode falar,
1728 Sávio.

1729 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Eu estou também, mas não sei
1730 se tem mais alguém, que estava na frente.



1731 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Eu
1732 acho que tem vocês dois só agora.

1733 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Então, está bom. Realmente nossas
1734 reuniões são presenciais, como foram, sempre foram, mas a pandemia
1735 inegavelmente trouxe um legado, as pessoas aprenderam a se comunicar pelo meio
1736 virtual. Isso é um ganho que nós não podemos desconsiderar. Uma mobilização
1737 rápida por algum fato urgente, como já aconteceram alguns casos dentro do sistema
1738 prisional, nós conseguimos uma mobilização rápida por videoconferência. Então, a
1739 ideia é, sim, manter essa previsão, inclusive até destaque para os colegas que a
1740 maioria dos colegiados vou ficar de forma virtual o CNPCT, CNDH, conseguiram
1741 alguma exceção de manutenção de como encontra o principal, o presencial. E isso
1742 mantém no CNPCT, mas ao mesmo tempo nós não podemos largar esse legado.

1743 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1744 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Boa, eu queria, ouvindo a ponderação do
1745 João, de fato está sumindo o híbrido que, muito bem colocado, foi trazido pelo
1746 governo. No formato da redação da Fernanda, dá para ali depois de ordinárias,
1747 extraordinárias são presenciais, possibilitando aqueles Conselheiros que desejarem
1748 participar de forma virtual, independentemente de decisão do plenário, porque é
1749 isso, é possibilitar que ele que queira participar de forma virtual, assim o possa.

1750 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** A
1751 Mauricleia está inscrita.

1752 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
1753 **Social) –** A Fernanda colocou aqui uma redação. Primeiro que eu acho que a gente
1754 tem de reforçar o artigo 1º, colocar aqui no artigo 1º, que é o 18 do regimento, a
1755 questão das reuniões que elas devem ser de forma tanto ordinárias e
1756 extraordinárias, como presenciais. Eu acho que é importante, a gente acabou de
1757 fazer Resolução para o CFESS, onde a gente coloca essa questão, que as reuniões
1758 são presenciais. Agora, excepcionalmente, pode ocorrer reuniões híbridas. Isso não



1759 está descartando que não tenha reuniões híbridas também, com a participação dos
1760 membros por videoconferência. É claro que você tem de montar uma estrutura, para
1761 dizer uma estrutura a presencial, vai até as pessoas no presencial e vai ter de
1762 montar uma estrutura para que essa reunião seja híbrida, para que os outros
1763 consigam participar. Então, acho que é importante ter nessa nova Resolução, que
1764 não é mudança do regimento, deixando bem claro, reforçar questão das reuniões
1765 que vão ser presenciais e, só em casos excepcionais. É isso.

1766 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1767 Cândida, você está como o levantado esquecer de abaixar?

1768 **Sra. Cândida de Souza (UFRN) –** Esqueci de abaixar.

1769 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Tem dois sugestões de texto aqui bem:
1770 da Karonline e da Fernanda Oliveira.

1771 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** A
1772 da Karonline está no Chat?

1773 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Está no Chat, Artigo 1º. Eu estou com
1774 uma dúvida com relação a esse parágrafo único, caso fique no mantida a proporção
1775 da Fernanda, é a minha dúvida é quem decide qual é a situação excepcional?

1776 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1777 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Eu acho que não precisa de decisão de
1778 situação excepcional, não. A pessoa não pode presencial, não pode.

1779 **Interlocutora não identificada –** Eu acho que a questão do João, Fernanda, é o
1780 que a Karonline falou sobre opção, a opção de cada um de, eventualmente, não
1781 poder participar e de deixar claro no artigo, como a Karonline falou, de maneira que
1782 não houvesse uma imposição. Eu achei a proposta da Karonline até boa, no sentido
1783 de deixar excepcionalmente que as reuniões poderão ser híbridas de acordo com a
1784 opção dos membros... Em formato de videoconferência, não é? Eu acho que foi



1785 essa sugestão da Karonline. Me perdoe, Karonline se eu estiver equivocada, mas
1786 eu acho que ela sugeriu isso, a partir da opção de cada um e o João está sugerindo
1787 também de deixar só claro que a partir da opção de cada um. E parece se isso.

1788 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
1789 acho melhor de tirar o excepcionalmente.

1790 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Talvez isso, Fernanda.

1791 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Não
1792 estão conseguindo ler tudo que a Karonline escreveu. Estava aquele negócio ver
1793 mais. Desculpa.

1794 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Se tirar esse excepcionalmente também,
1795 aí coloca a regra de que eles podem participar mediante opção.

1796 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
1797 Mauricleia está como levantada.

1798 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1799 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Vou sugerir aqui a redação.

1800 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
1801 **Social)** – Talvez se terá, então, a questão do parágrafo único, deixar só no caput:
1802 "Nos termos do regimento interno do CNPCT, as reuniões de ordinárias e
1803 extraordinárias são presenciais, possibilitando os Conselheiros a participação de
1804 forma remota, independentemente da decisão do plenário."

1805 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1806 Isso. Está bom. Eu permaneço dividir em caput e parágrafo, mas é uma mania,
1807 porque eu acho que fica muito grandes os caputs, me dar uma agonia.

1808 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, temos aqui uma... Seria essa
1809 proposta da Fernanda sem o excepcionalmente?



1810 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Me parece que não. Na verdade,
1811 nós estamos restringindo se fizermos assim. Nós vamos ficar sem opção do
1812 exclusivamente virtual, que é, ao meu ver, minha leitura, um Mecanismo
1813 fundamental para o acionamento rápido do colegiado, mas como exceção. A regra
1814 era todo mundo... Acho que colegiado já está buscando um tempo, nós temos que
1815 retornar ao presencial, nossos diálogos presenciais, mas nós temos de ter um
1816 Mecanismo de mobilização rápida frente a um fato importante e uma decisão do
1817 CNPCT. Então, é excepcionalmente uma reunião por videoconferência, nós temos
1818 de ter uma previsão de forma excepcional, não regra, é exceção.

1819 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1820 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Eu tinha entendido, Sávio, que o João tinha
1821 dito que esse extraordinário por videoconferência já estava previsto no regimento.
1822 Então, entendi errado. Desculpa.

1823 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – O regimento só tem a previsão,
1824 o regimento foi feito antes da pandemia. Então, só tinha previsão presencial.

1825 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1826 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Isso. Eu achei que... Eu tinha entendido
1827 que ele falou que o regimento já previa essa situação excepcional, entendeu?

1828 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu sei. Perdão, João, se tiver,
1829 desculpa, eu desconheço, está bom? Essa questão da possibilidade de
1830 encontrarmos apenas virtualmente, como está acontecendo hoje.

1831 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O que está previsto no regimento, no
1832 parágrafo único do artigo 18, é o seguinte: "Quando as circunstâncias excepcionais
1833 assim o justificarem, for a decisão do plenário, o CNPCT poderá realizar reuniões
1834 em locais distintos do previsto no caput." Qual o local está previsto no caput? É a
1835 cidade de Brasília.



1836 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Mas isso seria para a mobilização
1837 do pleno como um todo, uma reunião, por exemplo, em Porto Alegre. Essa é a minha
1838 leitura que a previsão é nesse sentido, não por uma Reunião Virtual como está
1839 acontecendo hoje, por videoconferência.

1840 **Interlocutora não identificada** – Eu levantei a minha mão de novo, porque, assim,
1841 a sua preocupação está certa, mas vencido o parágrafo, o Artigo 1º, a gente iria
1842 para o segundo que traz a excepcionalidade e a gente faria uma alteração dele
1843 trazendo a modalidade da videoconferência. Então, ficaria povos "A mesa diretora,
1844 a depender das condições para a realização das reuniões ordinárias ou
1845 extraordinárias, que no artigo primeiro se diz que elas são presenciais, poderá
1846 recomendar à Presidência a modalidade por videoconferência mediante
1847 justificativas." Aí contempla aqui a questão da excepcionalidade.

1848 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Ok. É importante termos uma
1849 previsão, sim, dessa mobilização.

1850 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Temos outras pessoas inscritas?
1851 Fernanda, ANADEP, Romero, Karoline e Caio. Pessoal, me parece, então, que a
1852 redação aqui... Deixa eu fazer uma proposta aqui, tentar consolidar para nós aqui.
1853 Eu vou pegar essa redação, essa última da Fernanda, estou tirando aquele
1854 excepcionalmente. Então, "Nos termos do regimento interno do CNPCT, as
1855 reuniões ordinárias e extraordinárias serão presenciais. As reuniões poderão se
1856 híbridas." Ou, melhor dizendo, sugiro que a gente coloque: "Os membros do CNPCT
1857 poderão participar em formato de videoconferência."

1858 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1859 **Organizações Populares, GAJOP) –**

1860 João, eu acho que a excepcionalidade ela... Vai fazer com que a gente trate o que
1861 é excepcionalidade, que a gente vai ter de definir isso mais para frente, porque
1862 senão, inclusive, tentando pensar o que diz o artigo e depois o parágrafo, não sei



1863 se vocês juntaram no caput, no único, no artigo... Deixa eu ver qual é o último
1864 formato que ficou aqui. Eu acho que é o seu, não é? "Nos termos do regimento
1865 interno do CNPCT, as reuniões ordinárias são presenciais." Parágrafo único: "As
1866 reuniões poderão se híbridas." O próprio parágrafo único apresenta uma
1867 condicionalidade contrária ao que está posto no primeiro. Então, a gente tem de...
1868 O parágrafo único ele vai nos dar uma chamada de atenção na possibilidade de um
1869 pouco que está no artigo primeiro, no caput, não é? Aí, sim, entra a
1870 excepcionalidade. E sobre a excepcionalidade, eu acho que a Karonline levantou,
1871 que a gente vai ter de ser um pouco a partir do artigo 4º e vai discutir sobre essa
1872 excepcionalidade e a gente vai apontar o que essa excepcionalidade. Eu acho que
1873 uma outra coisa é...

1874 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Romero?**

1875 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1876 **Organizações Populares, GAJOP) – Oi, João, licença.**

1877 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Deixa eu fazer uma parte da sua fala?**

1878 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1879 **Organizações Populares, GAJOP) – Não, licença, deixa eu concluir. Uma outra**
1880 **coisa que a gente precisa... É, nesta... Dessa Resolução, nós vamos nos reportar**
1881 **ao regimento o tempo todo, mas não significa que nesse momento do jogo... No**
1882 **regimento. O que está é uma construção de uma Resolução, então, a gente vota**
1883 **ele e limita a nossa Resolução àquilo que está previsto no regimento, para que a**
1884 **gente não confunda e fale: "Não, então, se no regimento tem, não complementa." A**
1885 **gente tem, inclusive, está de acordo com a regulamentação que está posto no**
1886 **regimento.**

1887 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Perfeito.**



1888 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – O áudio do Romero falhou um
1889 pouco para mim, mas eu acho que consegui compreender a ideia principal, mas
1890 falhou a que para mim, não sei se falhou para os outros colegas também.

1891 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu só ia lhe pedir, Romero, para ver a
1892 sugestão da Karol aqui no Chat também, para traduzir a sua proposta, sua visão e
1893 sua a análise, em alguma proposta, então, concreta do que você está pensando.

1894 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – O
1895 Caio está inscrito. Caiu?

1896 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1897 Foi, eu acho que tinham pessoas inscritas antes de mim.

1898 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1899 Aqui não tem no Chat, está o Romero é você.

1900 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
1901 Está bem. Bom dia, pessoal. Me parece que a gente não está entendendo muito
1902 bem qual é o sentido dessa Resolução. Eu possa ter pegado o bonde andando,
1903 acho que não é o caso, eu não receber isso aqui também no meu e-mail. Vejam
1904 bem, eu concordo com Sávio, inclusive bom dia, Sávio, que em alguns momentos
1905 a gente vai ter uma necessidade muito urgente de fazer uma reunião que ocorra
1906 totalmente de forma remota, que ocorra exclusivamente por videoconferência, como
1907 essa que estamos realizando, mas esse documento que a gente estava debatendo
1908 agora, ao meu ver, ele cria uma possibilidade para que os membros possam
1909 participar de forma remota, de uma reunião que a presencial na sua essência. As
1910 reuniões colegiadas são presenciais. Então, quando a gente utilizar o termo reunião
1911 híbrida, pressupõe que uma reunião presencial está ocorrendo. Então, de acordo
1912 com regimento, agora que passado o estado de emergência, que justificou a
1913 Resolução anterior, a Resolução sobre reuniões exclusivamente virtuais, a partir de
1914 agora as reuniões são presenciais, por quê? Porque em alguma sala de algum



1915 prédio em Brasília está o senhor João Lança, está a Presidente do colegiado, estão
1916 os servidores do Ministério, essas pessoas estão a presencialmente. Essa
1917 possibilidade de estar presencialmente nesse local, é dada a todos os membros do
1918 colegiado. Excepcionalmente, se eu não puder viajar, ou se eu estiver doente, ou
1919 se algum dos membros do colegiado tem uma condição de saúde e não pode viajar,
1920 a gente está dando uma faculdade para que essa pessoa possa participar,
1921 considerando ainda que a Coordenação vai ter de dar os meios necessários para
1922 que isso ocorre. Uma reunião híbrida não se faz com notebook, se faz com uma
1923 sala preparada para isso, tem toda uma questão de estrutura também. Então, a
1924 Resolução tem de ser mais explícita sobre isso. Nós estamos criando a
1925 possibilidade de as pessoas participarem de forma remota, isso a uma coisa. Os
1926 casos de excepcionalidade onde haverá uma reunião exclusivamente por
1927 videoconferência, que é o que Sávio coloca, ok, para a gente pode prever isso, mais
1928 essa outra ação. Se isso acontecer, como Sávio justifica de ter a necessidade de
1929 ter uma reunião muito... Uma reunião marcada com pouca antecedência, isso deve
1930 seguir os ritos do regimento sobre reunião extraordinária e não sobre reunião
1931 ordinária. Então, eu acho que o dispositivo, como está escrito aqui na tela, e mesmo
1932 sugestão do Chat, não tem a qualidade necessária para a gente dizer o que
1933 realmente a gente quer. Outra questão que eu observo aqui também é que tem um
1934 dispositivo nessa minuta que fala sobre um prazo de cinco dias para a Coordenação
1935 convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, por meio de correspondência
1936 eletrônica. Isso aqui fere o nosso regimento. O nosso regimento tem outro prazo
1937 para isso. Então, do que que fala esse artigo terceiro? Ele fala nos casos em que a
1938 reunião é exclusivamente virtual, os casos em que a reunião é híbrida, porque esse
1939 é o ponto, não existem os casos em que a reunião é híbrida, toda reunião a
1940 presencial e pode ser híbrida se alguém decide não ir. Se todos decidirem ir, a
1941 reunião não é híbrida, mas a Coordenação tem de ter os meios de tornar reunião
1942 híbrida sempre a postos, sempre disponíveis dentro da estrutura que existe no
1943 Ministério, para realizar reuniões desse tipo. Então, o que faz uma reunião ser
1944 híbrida, é a escolha de um ou mais membros de não estar presencialmente, de



1945 carne e osso, em Brasília. Agora, essa decisão é de cada um dos membros, de não
1946 estar presencialmente em Brasília e vão usar a Faculdade que essa Resolução
1947 coloca de se fazer presente através de um meio eletrônico. Isso faz a reunião se
1948 híbrida, porque algumas pessoas estão lá em Brasília, outras não estão. Agora,
1949 essa é uma decisão do membro, isso não é uma decisão da mesa, isso não é uma
1950 decisão da Presidência, para a gente está criando aqui uma prerrogativa do membro
1951 do colegiado. Então, algumas coisas têm de ser urgentemente revistas. Primeiro,
1952 os termos que a gente está usando para escrever isso; segundo, quem escolhe se
1953 é híbrida ou não; e terceiro, essa questão desse prazo que foi inventado, esse prazo
1954 de 5 dias foi posto na outra Resolução, na Resolução que fazia as reuniões serem
1955 totalmente virtuais. Não justifica esse prazo estar aqui, porque para uma reunião
1956 híbrida, que é uma reunião presencial também, o prazo deve ser de 15 dias, norte
1957 do 17 do regimento, não este prazo aqui. Então, são algumas questões que eu
1958 coloco para vocês. Eu acho que desta forma aqui não me satisfaz muito assim, eu
1959 acho que tem de ser mais claro que o que a gente está querendo é uma prerrogativa
1960 do membro de não ir por alguma impossibilidade: "não tenho tempo, estou doente."
1961 Não vai estar presente, de carne e osso, em Brasília, mas a participar da reunião
1962 através de videoconferência, mas a reunião acontece presencialmente em Brasília.
1963 A partir de agora todas as datas de reuniões, as pessoas da Coordenação de apoio,
1964 a Presidência, todas as pessoas que fazem a reunião devem estar presencialmente
1965 em Brasília no local designado. Só para finalizar, é importante, especialmente para
1966 os colegas do governo lembrarem, esse formato de Reunião Virtual, que nós já
1967 estamos há bastante tempo, inegavelmente ele diminui as possibilidades da
1968 sociedade civil de articulação. Então, isso é algo de me doar nossa possibilidade de
1969 participação social. Então, seu colegiado e ele é um meio de estimular o aumento
1970 da participação social, a gente faz isso através de reuniões presenciais, nos quais
1971 a gente pode conversar no intervalo, um cafezinho, vocês sabem que é assim que
1972 funciona. Então, eu não concordo, exatamente, com a forma que está colocada aqui
1973 e entendo que sugestões que foram feitas no Chat também não me satisfazem.



1974 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – A**
1975 Fernanda está inscrita.

1976 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Só uma parte na fala do Caio, Presidente,
1977 para aproveitar a fala dele. Gostaria de ouvir a sua opinião rapidinho, Caio, sobre o
1978 trecho que Karol colocou no artigo primeiro, se contemplaria como ponto de partida
1979 para sua fala, porque traz aqui que possibilitando os Conselheiros à participação de
1980 forma remota.

1981 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1982 Sim, João, é o... Estou procurando a mensagem dela aqui. Tem o artigo 2º, é isso?

1983 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Eu vou repetir o artigo primeiro que ela
1984 colocou aqui, olha, a Fernanda colocou.

1985 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1986 Então: "Nos termos do Regimento as reuniões ordinárias e extraordinárias são
1987 presenciais, facultando-se a cada Conselheiro a opção por participar de forma
1988 remota, independentemente da decisão do plenário." Isso faz muito mais sentido.
1989 Isso me contempla mais, não sei para vocês.

1990 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Obrigado, Caio. Só para aproveitar a sua
1991 fala.

1992 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
1993 Isso, isso. Agora, para gente pode inclusive refinar mais. Para mim, se pressupõe
1994 disso, se a Faculdade de cada membro, eu substituiria a palavra Conselheiro. Se a
1995 Faculdade é de cada membro, a reunião está acontecendo de modo presencial,
1996 sempre, todas as reuniões, que acontecem de modo presencial na sede do
1997 Ministério. Para mim está... Se pressupõe isso da leitura do artigo primeiro, que a
1998 Fernanda colocou. Mas isso aqui, essa redação faz mais sentido, mas igual tem de
1999 suprimir aquele prazo de cinco dias, porque isso não é inovação e a gente não pode
2000 fazer isso nessa Resolução.



2001 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – A**
2002 Fernanda está inscrita. A Fernanda está inscrita depois do Caio.

2003 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
2004 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Obrigada, Sofia. Então, acho que, para
2005 mim, também ficou boa essa redação, colocando especificamente que é uma
2006 Faculdade de cada Conselheiro, sendo um pouco redundante, mas colocando
2007 opção para deixar claro que é uma opção, e tirando prazo de cinco dias, como Caio
2008 falou. Eu acho que teríamos uma unanimidade. Obrigada.

2009 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2010 Quem estava inscrito depois da Fernanda? Tem mais alguém com a mão
2011 levantada?

2012 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Romero está com a mão levantada ainda,
2013 Presidenta.

2014 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2015 Romero, então, porque aqui não está carregando. Romero?

2016 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
2017 **Organizações Populares, GAJOP) –** Oi, pois não?

2018 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2019 Você estava com a mão levantada?

2020 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
2021 **Organizações Populares, GAJOP) –** Perdão, foi porque eu não abaixei
2022 novamente.

2023 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2024 Então, vocês estariam de acordo com essa última proposta aqui para o artigo 1º,
2025 que foi colocada, acho que o Caio falou para, na verdade, mudar a palavra
2026 Conselheiros para membros e membras?



2027 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Presidente, eu fiz a inscrição
2028 aqui, tem mais uma observação. Eu vou pedir para equipe compartilhar aqui no Chat
2029 o parecer da consultoria jurídica, até para alinhar um pouco as informações que
2030 foram prestadas. Vou pedir para compartilhar aqui no Chat para os colegas, sobre
2031 esse assunto, sobre a questão das reuniões.

2032 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sabe, até por uma questão de ordem, de
2033 apoio a Presidenta, nós vamos compartilhar e você quer colocar alguma atenção
2034 para ser considerada? Ou é só para compartilhar?

2035 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – É porque a CONJUR fala sobre
2036 a questão de prazo também, de colocar prazo, e onde que entra essa questão desse
2037 prazo que entrou? Em uma extraordinária. Eu acho que, às vezes, até 5 dias acaba
2038 dificultando. Às vezes nós precisamos de uma mobilização mais rápida virtual frente
2039 a alguma ocorrência nos locais de privação de liberdade. Aí aquele prazo, inclusive,
2040 foi tirado dias úteis para tentar facilitar uma mobilização mais rápida, está bom?
2041 Então, é apenas essa ponderação que eu faço para os colegas.

2042 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Mas
2043 me parece que são coisas diferentes, talvez, sabe por quê? Aqui no artigo terceiro
2044 está escrito outra coisa: "Caberá à Presidência do CNPCT ou vice-presidência, em
2045 sua ausência ou impedimentos, a convocação de reuniões ordinárias e
2046 extraordinárias por meio de correspondência eletrônica, com antecedência mínima
2047 de 5 dias." Mas, assim, se a gente compactua ou no artigo primeiro que as reuniões
2048 são presenciais, esse prazo, e, excepcionalmente, elas são de outra forma, esse
2049 prazo de cinco dias me parece muito pequeno para que isso seja arrumado,
2050 inclusive compra de passagem, diárias e etc. A Cândida está com a mão levantada.

2051 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Para a ordinária realmente não
2052 funcionaria, mas para extraordinária sim



2053 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2054 Então...

2055 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Para a virtual, para Roma reunião
2056 virtual de mobilização rápida, essa foi a previsão.

2057 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** É,
2058 mas não é isso que está escrito no artigo 3º.

2059 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Presidenta, pela ordem, que tal a gente
2060 validar o artigo 1º e discutir por artigos, conforme a Fernanda, ANADEP, sugeriu
2061 aqui no chat?

2062 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Eu
2063 acho que pode ser, mas primeiro eu acho que a gente pode ouvir a Cândida.

2064 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Perfeito, Presidenta.

2065 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Que
2066 já tinha levantado a mão.

2067 **Sra. Cândida de Souza (UFRN) –**não, não, pode ser... Podem continuar. A gente
2068 pode votar o primeiro.

2069 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2070 Então, a gente pode fechar o artigo primeiro sem descrito desta forma: "Nos termos
2071 do regimento interno do CNPCT, as reuniões ordinárias e extraordinárias são
2072 presenciais, facultando-se a cada membro ou membra a opção por participar de
2073 forma remota, independentemente da decisão do plenário." Podemos fechar assim
2074 o artigo primeiro?

2075 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Sim.

2076 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Podemos, desde que tenha uma
2077 previsão de videoconferência de forma excepcional. Então, nós estamos chegando



2078 aqui essa previsão, em algum local a gente tem de colocar de forma excepcional. A
2079 regra é todo mundo vem para Brasília, mas de forma excepcional nós temos de ter
2080 uma previsão, como está acontecendo hoje, uma Reunião Virtual. É só essa minha
2081 observação.

2082 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Presidenta, vai conceder a palavra
2083 ou... Eu quero sugerir então.

2084 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Eu tenho um acordo com a redação e acho que
2085 o que ele coloca é outra questão como já foi colocada aqui, gente.

2086 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Mas
2087 não acho que, então, a gente está de acordo com artigo primeiro, que fica dessa
2088 forma como eu acabei de ler, não é?

2089 **Interlocutor não identificado** – Sim, Presidente. Sim, sim.

2090 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2091 Então, está bom, vamos seguir para o artigo 2º. Se o João quiser fazer a leitura,
2092 para a gente pode verificar se todo mundo está de acordo com o que está escrito
2093 no artigo 2º ou fazer as necessárias mudanças. Você quer fazer a leitura, João, ou
2094 você quer que o leia?

2095 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Possa fazer. "Art. 2º A mesa diretora, a
2096 depender das condições para a realização das reuniões ordinárias ou
2097 extraordinárias, poderá recomendar à Presidência a modalidade adequada
2098 mediante justificativas.

2099 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2100 Caio levantou a mão.

2101 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
2102 Eu volto a fala do Sávio. Concordo contigo, Sávio, existem essas situações, agora
2103 nessa redação do artigo 2º, eu suprimiria reunião ordinária, porque as reuniões



2104 ordinárias, como eu disse, agora a partir da emissão desses documentos, a gente
2105 teria a possibilidade desse formato híbrido. Então, os Conselheiros-membros têm
2106 essa Faculdade. Nos resta, então, saber quando vamos precisar de uma
2107 mobilização muito urgente para realizar uma reunião que ocorra exclusivamente por
2108 videoconferência. Me parece que é o caso de uma reunião extraordinária, ok? Neste
2109 caso, eu acho que deve ter algum dispositivo que fale sobre reuniões extraordinárias
2110 serem realizadas exclusivamente por videoconferência. Eu concordo que deve ser
2111 uma organização da mesa diretora, mediante justificativa, como está aqui no texto.
2112 Agora, o regimento do colegiado ele diz que os casos de reunião extraordinária e,
2113 por favor, me corrija se eu estiver errado, eles são os casos exclusivos em que a
2114 Presidência convoca a reunião extraordinária para cumprir e fazer cumprir as
2115 resoluções, recomendações do plenário, que a hipótese do artigo 14, inciso VIII, do
2116 regimento. Não estou com a lei aberta aqui, mas a gente pode, inclusive, dar uma
2117 olhada em quais são as hipóteses de reunião extraordinária, para que a gente possa
2118 fazer o texto com maior qualidade, mas se a colocação do Sávio, com a qual,
2119 novamente eu digo, concordo, vão existir situações em que a gente precisa ter uma
2120 mobilização muito rápida, para de se reunir são os casos de reunião extraordinária.
2121 Então, a minha convocação vai nesse sentido. Nessa redação que a Karonline
2122 enviou aqui do artigo 2º, eu retiraria reuniões ordinárias. As reuniões ordinárias são
2123 marcadas com antecedência. A pauta enviada quinze dias antes, existe uma
2124 mobilização da Coordenação de apoio para viabilizar a presença física dos
2125 membros em Brasília. Então, não vejo o porquê, não faz sentido existir reunião
2126 ordinária completamente por videoconferência, Reuniões Extraordinárias sim, a
2127 depender da situação. Então, eu retiraria na redação do artigo 2º a reunião ordinária,
2128 ficaria só reunião extraordinária.

2129 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – A**
2130 **Fernanda levantou a mão, a Karonline também. A que me apareceu a Fernanda**
2131 **primeiro.**



2132 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
2133 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Acho que a Karonline levantou antes de
2134 mim, Sofia.

2135 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2136 Então, vai a Karonline e depois você.

2137 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
2138 **Proteção Global)** – Obrigada, Fernanda. Então, eu só queria frisar que eu acho
2139 que a gente chegou a um consenso da regra geral, que o artigo primeiro, e agora
2140 gente traria aí a exceção, tanto da ordinária como da extraordinária, em que pese a
2141 posição do Caio, podem a de situações em que a gente precisa fazer uma reunião
2142 ordinária por videoconferência. Quais são essas? Não sei. A ideia que de fato é
2143 deixar a exceção para que, mediante avaliação da mesa diretora e com uma
2144 justificativa, possa se viabilizar com videoconferência. A que a gente não está
2145 falando do mérito, é da forma mesmo, vamos prever os instrumentos necessários
2146 para que a gente não passe pela última situação do regimento está endurecido e de
2147 não termos opções de viabilizar as reuniões, seja no formato que se precise.

2148 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2149 Fernanda agora.

2150 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
2151 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Obrigada, Presidenta. Eu concordo com
2152 Caio no sentido de que a tratativas de medidas urgentes pela mesa diretora, já tem
2153 previsão no artigo 7º do regimento, que são, inclusive, Ad referendum do plenário.
2154 Então, me parece que colocar a mesa diretora para recomendar à Presidência e a
2155 própria Presidência deliberar sobre a modalidade na própria reunião, é uma
2156 alteração direta do regimento que tem todo um procedimento, uma votação, um
2157 quórum diferenciado. Então, primeiro, para medidas urgentes, me parece que já há
2158 um fluxo da própria mesa diretora tomar decisões, ainda que sejam submetidas a
2159 referendo do plenário, mas já há essa possibilidade da mesa diretora tomar



2160 decisões em casos urgentes de denúncias, enfim, inclusive, de notas, de oficiar as
2161 autoridades é tomar deliberações, nos casos de denúncias graves, como seria de
2162 inspeção onde alguma questão de tortura. Então, me parece que de fato, como Caio
2163 falou, simplesmente seria elencar a essa hipótese excepcional e ainda se estendê-
2164 las para as reuniões ordinárias, seria quase que invalidar o artigo primeiro, que fala
2165 que realmente seriam contraditórios, digamos assim, o artigo 1º e o artigo 2º, a não
2166 ser que o artigo 2º fosse um parágrafo de que se especificasse realmente para
2167 reuniões extraordinárias que já tem todo trâmite também previsto no regimento.
2168 Obrigada.

2169 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – O**
2170 **Sávio já tinha levantado a mão já tinha falado ou você levantou de novo?**

2171 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) – Não, nós. Eu esqueci de abaixar.**
2172 **Obrigado, viu.**

2173 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2174 **Bom, mas, então, concordariam com a redação só diz suprimir a palavra ordinárias**
2175 **do artigo 2º? Então, ficaria: "A mesa diretora, a depender das condições para a**
2176 **realização das reuniões extraordinárias, poderá recomendar à Presidência a**
2177 **modalidade adequada, mediante justificativa."**

2178 **Interlocutor não identificado – Ok.**

2179 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2180 **Então, podemos seguir para o artigo terceiro? Você quer ler, João, artigo terceiro?**
2181 **Por favor.**

2182 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) – Só um minutinho, eu estou copiando aqui**
2183 **conforme foi realização das reuniões extraordinárias... Seria isso aí?**

2184 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2185 **Você colocou mais para baixo, não estou conseguindo ler a parte de cima, mas**



2186 seria só suprimir as ordinárias. Então, seria só para se extraordinários, não é? "A
2187 mesa diretora, a depender das condições para a realização das reuniões
2188 extraordinárias, poderá recomendar à Presidência a modalidade adequada,
2189 mediante justificativa."

2190 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ou Então, a depender das condições
2191 poderá recomendar reuniões extraordinárias. Ok.

2192 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2193 Agora o artigo...

2194 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – "Caberá à Presidência do CNPCT ou a
2195 vice-presidência, em suas ausências ou impedimentos, a convocação da seu dois
2196 ordinárias e extraordinárias, por meio de correspondência eletrônica, com
2197 antecedência mínima de cinco dias da data da sua realização."

2198 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2199 Tem a questão que o Caio levantou em relação ao prazo. Pode falar, Caio.

2200 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
2201 Esse artigo agora ele se torna dispensável, o que pode haver é um parágrafo, eles
2202 se tornam um parágrafo do dispositivo anterior, só colocando um prazo nos casos
2203 de Reunião Extraordinária serem agendadas exclusivamente por meio virtual,
2204 exclusivamente por videoconferência. Não acho que sejam um absurdo que possa
2205 existir uma reunião extraordinária com prazo menor. As reuniões extraordinárias
2206 quando são marcadas, são marcadas para uma finalidade específica, elas não são
2207 marcadas com uma pauta em aberto. Então, levando isso em consideração, eu
2208 recomendaria que o artigo 2º tivesse um parágrafo dizendo qual é o prazo de que
2209 quem convoca, nesse prazo menor, as reuniões extraordinárias quando ocorrerem
2210 nessa modalidade especial, que exclusivamente por videoconferência.



2211 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2212 Alguém tem alguma outra sugestão? Você quer dar uma sugestão de redação
2213 desse parágrafo do artigo segundo, Caio? Com a gente elabora que em conjunto?

2214 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2215 Posso. Está um pouco difícil para eu visualizar. Eu até ia pedir para o João que a
2216 gente parasse...

2217 **36ª Reunião Plenária Ordinária Dia 1-20220721_090248-Gravação de Reunião**
2218 **2.mp4:**

2219 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) Sr.**
2220 **João André Alves Lança (MMFDH) –** Olhar essa resolução que está sendo
2221 reformada e que a gente colocasse na tela, no word, o texto que está sendo feito
2222 para que a gente não tenha que só consultar os retalhos aqui no Chat. Então, se o
2223 João poder colocar, pôr o texto no word, projetar na tela...

2224 **Interlocutora não Identificada –** De acordo, porque aí vai mudando aqui no ao
2225 vivo.

2226 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Parou de compartilhar aqui.

2227 **Interlocutora não Identificada –** O que pareceu uma outra coisa aqui para mim
2228 também que o recording has stopped 0:00:55.2. Parou de gravar ou não? Apareceu
2229 no Chat disso.

2230 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Parou, mas voltou. Ele dá... Chega em
2231 um momento que ele encerra uma gravação e inicia de novo.

2232 **Interlocutora não Identificada –** Entendi.

2233 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Cadê o texto aí que está projetado?
2234 Word... Isso aí. Até então, aí foi o artigo 1º que eu acho que já está na forma como
2235 a gente tinha colocado aqui. Nós temos do regimento interno CNPTC as reuniões



2236 ordinárias e extraordinárias são presenciais, facultando-se a cada membro ou
2237 membra a opção por participar, de forma remota, independente da decisão do
2238 plenário. Artigo 2º. A mesa diretora...

2239 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2240 Eu tenho uma sugestão. Eu acho que esse artigo, ele deve ter em parágrafo que
2241 explicita, que é competência... Compete ao ministério através da coordenação,
2242 disponibilizar esses meios necessários, por exemplo, na sala de reuniões que a
2243 gente o utilizava, aquela sala não serve. Aquela sala é uma sala de reunião híbrida.

2244 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Eu sugiro que a gente com esse
2245 dispositivo então, no final para a gente não voltar a mexer no artigo 2 que... No
2246 artigo 1º que já passou por consenso. Aí, no artigo 2, a gente coloca depois aqui: "a
2247 mesa diretora... A comissão deverá e tal." Artigo 2. A mesa diretora, a depender das
2248 condições para a realização das reuniões extraordinárias, poderá recomendar à
2249 presidência a modalidade adequada mediante justificativa. E aí, então, o artigo 3º
2250 que estávamos conversando sobre. Acho que a Presidenta pediu ao Caio para o
2251 sugerir aqui uma redação de ajuste.

2252 **Interlocutora não identificada –** Seria suprimir esse artigo 3º e transformar a ele
2253 em parágrafo do artigo 2º, segundo a sugestão do Caio.

2254 **Interlocutor não identificado –** É isso, Caio?

2255 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2256 Sim, eu estou pensando aqui, estou lendo. Eu imagino que seria suficiente que que
2257 o parágrafo ou, enfim, quem tiver mais técnica legislativa, que surgira, mas se o
2258 caput é a mesa diretora depender das condições, pode recomendar à presidência
2259 uma modalidade adequada mediante justificativa. Eu acho que a complementação
2260 é: "Nos casos de a Reunião Extraordinária ser realizada, exclusivamente, por vídeo
2261 conferência, caberá à presidência convocar os membros, por meio de
2262 correspondência eletrônica, com a antecedência mínima de 5 dias.



- 2263 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, Parágrafo Único ali.
- 2264 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
2265 Caberá à presidência ou à vice-presidência...
- 2266 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Pode tirar, Débora, pode aproveitar essa
2267 própria redação aí a priori... Ou não, pode começar um novo texto aí. Parece que
2268 vai mudar... Bem, Parágrafo Único. Caberá... Como é que, Caio?
- 2269 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
2270 À presidência ou à vice-presidência, como está ali.
- 2271 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Aí pode copiar aí se quiser, Débora. Nos
2272 casos...
- 2273 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
2274 Informes ali. Em suas ausências aos impedimentos...
- 2275 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É, tem que completar essa informação
2276 aí depois de vice-presidência. Isso. Beleza. À vice-presidência em seus
2277 impedimentos... Aí depois...
- 2278 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
2279 Isso, impedimentos, a convocação da reunião extraordinária... Isso. A ser realizada,
2280 exclusivamente, por meio... Exclusivamente por vídeo conferência...
- 2281 **Interlocutora não Identificada** – Eu tenho uma ponderação aqui, desculpa te
2282 interromper. Que o artigo 2º, ele não tinha ficado diretamente à com a palavra vídeo
2283 conferência? "poderá recomendar à presidência a modalidade por meio de vídeo
2284 conferência." Porque, ao meu ver, não faz sentido ficar em aberto aqui, porque o
2285 artigo 1º ele já tratou da presencial e da remota. Então, o artigo 2º seria,
2286 necessariamente, para falar da hipótese de vídeo conferência e isso vai implicar na
2287 redação do parágrafo único, dispensando essa parte aí que o Caio estava falando
2288 agora.



2289 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2290 Não, eu compreendo. A questão seria que o artigo 2º, em vez de modalidade
2291 adequada dissesse, modalidade por vídeo conferência.

2292 **Interlocutora não Identificada –** Isso, a sugestão que eu tinha feito era nesse
2293 sentido, no Chat.

2294 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2295 Isso. Eu sugiro que ele ficasse "A mesa diretora, a depender das condições para a
2296 realização das reuniões extraordinárias, em casos excepcionais, poderá
2297 recomendar a presidência a modalidade por vídeo conferência, mediante
2298 justificativa."

2299 **Interlocutora não Identificada –** Ok. Acho que a gente pode fazer assim desse
2300 jeito e aí, suprime no parágrafo único a vídeo conferência, porque vai tá repetido
2301 em cima.

2302 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Em casos excepcionais, poderá
2303 recomendar a presidência a

2304 **Interlocutora não Identificada –** No parágrafo único, eu sugiro que inicie falando:
2305 "Na hipótese do caput, caberá à presidência..."

2306 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Não precisa não, já está aí "Caberá à
2307 presidência"

2308 **Interlocutora não Identificada –** Já está escrito é só...

2309 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** E como é que ficaria depois?

2310 **Interlocutora não Identificada –** A convocação da Reunião Extraordinária, por
2311 meio de...

2312 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Pode manter isso.



2313 **Interlocutora não Identificada** – Só tiraria então, essa parte do "exclusivamente
2314 por vídeo conferência" Porque já está escrito em cima, não é? "Por meio de
2315 correspondência eletrônica com antecedência mínima de 5 dias da data da
2316 realização."

2317 **Interlocutora não Identificada** – Acho que "A ser realizada" Tira também.

2318 **Interlocutora não Identificada** – Sim. Bom, então, ficaria o seguinte. O artigo 2
2319 seria "A mesa diretora, a depender das condições parar a realização das reuniões
2320 extraordinárias, em casos excepcionais, poderá recomendar à presidência a
2321 modalidade por vídeo conferência, mediante justificativas." Parágrafo único: "Na
2322 hipótese do caput, caberá à presidência do CNPCT ou à vice-presidência, em suas
2323 ausências ou impedimentos, a convocação de reunião extraordinária por meio de
2324 correspondência eletrônica, com antecedência mínima de 5 dias da data de sua
2325 realização." Podemos manter assim e suprimir com artigo 3º? Estão todos de
2326 acordo?

2327 **Interlocutora não Identificada** – Sim.

2328 **Interlocutora não Identificada** – Então, vamos para o artigo 4º.

2329 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, ficou aí, Presidente, no artigo 4º
2330 anterior: "a coordenação de apoio ao CNPCT deverá auxiliar a abertura e
2331 encerramento das reuniões..."

2332 **Interlocutora não Identificada** – Eu acho que aqui caberia justamente o que o
2333 Caio, não é? Nesses... Nenhum desses incisos, colocar a questão de providenciar
2334 um ambiente que seja adequado para a realização da reunião híbrida.

2335 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Apurar os encaminhamentos,
2336 disponibilizar um ambiente adequado para a participação...

2337 **Interlocutora não Identificada** – E Derrida pode colocar conforme o artigo 1º,
2338 enfim. Conforme a...



2339 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A participação dos membros ou
2340 membras, por meio remoto...

2341 **Interlocutora não Identificada** – João, uma sugestão é que eu seja o seja viabilizar
2342 o ambiente adequado.

2343 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Viabilizar o ambiente adequado para
2344 participação do membro ou membra, por meio remoto, conforme previsto no artigo
2345 1º.

2346 **Interlocutora não Identificada** – Bom, então, a gente pode deixar o artigo 3º
2347 assim? Alguém tem alguma objeção? Acho que não, então, vamos passar para o
2348 que seria agora o artigo 4º. As reuniões terão duração de até 8h, podendo ser
2349 divididas em até duas sessões, preferencialmente em dias distintos, desde que
2350 subsequentes. Alguém tem alguma objeção ao que está disposto no artigo 4º?
2351 Então, vamos passar para o artigo 5º. As reuniões dos Grupos de Trabalho e
2352 Comissões Permanentes serão realizadas por no vídeo conferências. Alguém tem
2353 alguma objeção em relação a isso?

2354 **Sra. Fernanda Teixeira Frade Almeida (Suplente/Representante do Ministério**
2355 **da Educação)** – Só uma dúvida. Tem alguma previsão de que as reuniões são
2356 realizadas em dois dias sempre ou não?

2357 **Interlocutora não Identificada** – Tem, eu acho que tem.

2358 **Sra. Fernanda Teixeira Frade Almeida (Suplente/Representante do Ministério**
2359 **da Educação)** – Então, não entendi se esse artigo 4º anula essa previsão. "Terão
2360 duração de até 8h, podendo ser divididas em até duas sessões,
2361 preferencialmente..." Essa parte que eu não entendi.

2362 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Não tem previsão, Fernanda, no
2363 regimento de que tem que ser em dois dias.



2364 **Interlocutora não Identificada** – Eu sei que para esse... Eu me inscrevi aqui,
2365 redundante, mas a gente está falando em, pelo que eu entendi aí, é uma normativa
2366 para... Mais para as reuniões de... Híbridas, não é? Então, será que não seria
2367 interessante colocar "As reuniões remotas terão duração..." Não sei, eu fico
2368 pensando que as reuniões ficarem em aberto, eu acho que vai nessa linha aí. Mas
2369 que tipo de reunião são essas? São essas as híbridas? Só uma pergunta.

2370 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu acho que não tem ninguém inscrito
2371 não, pelo que eu estou vendo aqui, Presidente. Alguém?

2372 **Interlocutora não Identificada** – O Caio está inscrito.

2373 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O Caio?

2374 **Interlocutora não identificada** – É, mas eu não sei quem levantou a mão primeiro.
2375 Eu não vi.

2376 **Sr. Sérgio** – A colega Mauricleia... Eu não sei, Caio, você estava inscrito?

2377 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
2378 Sim, me inscrevi, mas fica à vontade, Sérgio.

2379 **Sr. Sérgio** – Não, por favor, desculpa. Eu não vi, por favor.

2380 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
2381 Eu só iria comentar a fala da colega. Esse prazo de 8h, ele foi criado depois de
2382 bastante debate. No momento em que nós estávamos com as uniões, como agora,
2383 apenas por vídeo conferência, porque as reuniões elas tiveram uma diminuição
2384 muito drástica do tempo de duração. As reuniões que aconteciam presencialmente
2385 em Brasília, elas tinham quatro turnos de duração. Elas duravam dois dias, manhã
2386 e tarde e a gente passou para uma situação onde a reunião durava uma na união
2387 e, após de bastante debate, a gente conseguiu este formato que está agora, onde
2388 as reuniões duram 8h, porque possuem dois turnos, duas manhãs de 4h cada.
2389 Então, voltando. O que a gente está chamando aqui de reunião híbrida, ela é uma



2390 reunião presencial, é uma reunião que está ocorrendo em Brasília de forma
2391 presencial, na qual, alguns membros por liberalidade participam de forma remota.
2392 Essa é a união vai durar o tempo que sempre durou. Essa reunião vai durar dois
2393 dias, o dia inteiro, em Brasília. As pessoas vão ter a possibilidade de participar de
2394 forma remota neste tempo. Então, não faz mais sentido essa previsão de 8h. Essa
2395 previsão de 8h, ela pode existir se a gente concordar nos casos de reunião realizada
2396 exclusivamente por vídeo conferência que, a partir de agora, são apenas as
2397 reuniões extraordinárias.

2398 **Interlocutora não Identificada** – Sávio, eu estava com a mão levantada.

2399 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Isso. Pois é, mas eu concordo.
2400 A ponderação a colega Mauricleia é pertinente sim, porque esse dispositivo, ele vem
2401 nessa previsão de reuniões virtuais, não é? E a reunião virtual, ela se mostrou muito
2402 mais objetiva. O Caio colocou que a presencial, realmente, tínhamos dois dias e aí,
2403 quando começamos a fazer a virtual, as reuniões começaram a desenrolar de forma
2404 mais rápida, então, isso estaria vinculado realmente a esse encontro de forma
2405 virtual.

2406 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A sugestão ali, com seria? As reuniões
2407 previstas...

2408 **Interlocutora não Identificada** – Eu acho que é colocar as reuniões de forma
2409 virtual, não é? Aí ela tem esse formato, só as virtuais, porque foi o que o caio
2410 explicou o aí.

2411 **Interlocutora não Identificada** – Talvez acrescentar já no parágrafo que previu a
2412 exceção do artigo 2º, salvo engano, o 3º. Agora eu não estou vendo o documento
2413 inteiro.

2414 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ou então, colocar: "As reuniões previstas
2415 no dispositivo tal."



2416 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
2417 Não, eu iria sugerir o que a Fernanda acabou de dizer. Esse texto que está como
2418 artigo 4º, ele deveria ser o § 2º do artigo 2º. O Parágrafo Único vira o § 1º que, dessa
2419 forma, ele vai estar sendo aplicado apenas aos casos previstos no artigo 2º.

2420 **Interlocutora não Identificada –** Acho que faça sentido.

2421 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Coloca aí para a gente, Débora, por favor.
2422 Esse aí vira § 1º e, depois, lá § 2º. Isso?

2423 **Interlocutora não Identificada –** Sim. Agora, aqui no artigo 5º que vai virar, acho
2424 que 4, não é? "As reuniões dos grupos de trabalhos e comissões, elas serão
2425 realizadas..." Eu acho que pode ser... A regra pode ser por vídeo conferência, mas
2426 também não impede, talvez que, em algum momento, elas sejam realizadas
2427 presencialmente ou há um modo para isso?

2428 **Interlocutor não identificado –** Salvo exceções, poderia colocar " motivadas,
2429 justificadas" Usar o mesmo argumento lá de cima, por exemplo, a seleção do
2430 mecanismo nós fizemos ela todo de forma virtual e isso sempre aconteceu dessa
2431 forma, mas dá para colocar essa exceção foi citada aí ela Sofia. Alguma coisa que
2432 justifique uma reunião presencial para tratar algum assunto que tenha algum sigilo.

2433 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Então, como é que ficaria aí a redação,
2434 Sofia? Presidenta.

2435 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** As
2436 reuniões dos grupos de trabalho e comissões permanentes serão realizadas por
2437 vídeo conferência... Espera aí...

2438 **Interlocutora não Identificada –** Excepcionalmente...

2439 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2440 Excepcionalmente, sob justificativa, podem ser realizadas, enfim, presencialmente.



2441 **Interlocutor não identificado** – Pergunto se faz sentido... É tão relevante manter
2442 "permanentes"?

2443 **Interlocutora não Identificada** – Usa o mesmo termo que o regimento usa.
2444 Comissões, não é, João?

2445 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Me parece que as comissões temporárias
2446 também poderiam entrar nessa regra?

2447 **Interlocutora não Identificada** – Sim. Então, acho que pode suprimir "
2448 permanentes" E deixar só "Comissões". Enfim, só para... Porque o artigo 5º já vai
2449 revogar as resoluções e ninguém vai estar em desacordo, mas gostaria de saber
2450 se, com essas mudanças que a gente fez, vocês estão de acordo com a forma como
2451 está a resolução? Alguém queria mais algum comentário?

2452 **Interlocutor não identificado** – Só queria que incluir a questão recordando a
2453 resolução 33 agora, não é? Essa que foi publicada, então, como é ela era Ad
2454 Referendum vai revogar ela, não é? E aí, essas demais com já foram revogadas e
2455 que eram as anteriores...

2456 **Interlocutora não Identificada** – Deixa eu chamar a atenção aqui para uma coisa
2457 aqui eu acho que teria otimizado muito o nosso tempo se a gente tivesse recebido
2458 essa resolução antes, conforme foi solicitada, e ela não tivesse sido publicada a de
2459 referendo, não é? Porque a gente gastou aqui, mais ou menos, 1h e meia do nosso
2460 tempo para mudar a redação que seria algo que a gente já poderia ter feito, não é?
2461 E economizar tempo com as coisas que, de fato, são importantes mesmo para o
2462 comitê.

2463 **Interlocutor não identificado** – É, mas isso não era viável e só possível, por isso
2464 que existe o modo Ad Referendum e isso não seria analisado na reunião anterior,
2465 então, na reunião anterior foi ponderado isso, foi colocado que a ministra...

2466 **Interlocutora não Identificada** – Foi na reunião da mesa diretora.



2467 **Interlocutor não identificado** – Mas a mesa diretora, ela pode expedir documento.
2468 Isso é só o Presidente, por isso que a resolução...

2469 **Interlocutora não Identificada** – A gente traria, por exemplo, essas
2470 recomendações que essas mudanças que a gente trouxe para a reunião, não é? E
2471 a gente já teria trabalhado nisso antes, então, economizaria tempo.

2472 **Interlocutor não identificado** – Mas não teríamos a previsão para a realização
2473 dessa virtual hoje. Teríamos que alterar a data da ordinária, é isso que eu estou
2474 colocando, que nós precisávamos do ato para realizar essa e, aí sim, retornar o
2475 presencial. Esse ato, inclusive, foi publicado ontem. No último momento, nós
2476 conseguimos imprensa, graças à dedicação da equipe da coordenação geral que
2477 conseguiu fechar o ato de encaminhar para a publicação.

2478 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, o último aí fica nesta com o 6, não
2479 é? Tem alguém aí com a mão levantada, Presidenta? Parece que uma mão
2480 levantada aí ainda?

2481 **Interlocutora não Identificada** – Acho que é alguém que não abaixou a mão. O
2482 Caio está com a mão levantada. Você queria falar, Caio, ou você esqueceu de
2483 abaixar?

2484 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
2485 Não, eu só esqueci de...

2486 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta, uma palavra aí para
2487 anunciar?

2488 **Interlocutora não Identificada** – Bom. Então, tendo em vista que a gente, enfim,
2489 chegou a um consenso aqui sobre a resolução, eu acho que a gente dar por
2490 superada essa questão e pode passar para o próximo ponto. Alguém tem alguma
2491 coisa para falar por fim da resolução? Então, a gente pode passar para o próximo



2492 ponto. A publicação dessa resolução a ser feita quando, na verdade? Só uma
2493 dúvida.

2494 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Semana que vem a gente consegue
2495 encaminhar, até quarta-feira e aí, vai ser encaminhado para o gabinete da secretaria
2496 que faz... Já passou pela CONJUR, me parece, mas pode ter uma avaliação de
2497 passar pela CONJUR para consultar a algum outro ajuste e, depois, vai para o
2498 gabinete ministerial.

2499 **Interlocutora não Identificada** – Bom, então, a gente pode passar para o próximo
2500 ponto que é a aprovação da resolução da vice-presidência e da mesa diretora.

2501 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Projeta para a gente, por favor, a Natália
2502 ou Débora. A ideia é formalizar a posse da vice Presidente e a posse da... Então,
2503 tem um texto aí considerando que está contextualizando. Nos moldes da resolução
2504 anterior... Eu vou pedir licença aqui para ir direto ao ponto aqui. " resolve homologar
2505 a decisão do plenário sobre a eleição da Sofia... Representante do [ininteligível]
2506 0:25:45.0 para exercer a vice-presidência durante o primeiro ano do biênio 22/23...
2507 O biênio é 22/24, não é? Artigo 2º. Homologar a decisão do plenário do comitê sob
2508 composição da mesa diretora... Aí tem que colocar ali... Sob a composição da mesa
2509 diretora, nos seguintes termos: indicação da Associação Nacional de Defensoras e
2510 Defensores Públicos, ANADEP, e associação... Assessoria Popular Maria Felipe
2511 como representante da sociedade civil; e Secretaria Nacional de Proteção Global e
2512 Secretaria Nacional de Produção [ininteligível] 0:26:45.8 como representantes do
2513 governo... Ali embaixo, depois de SNPI 0:26:53.2... Como representantes do
2514 governo... Dos órgãos de governo, para o primeiro ano do biênio 22/24. Presidenta.

2515 **Interlocutora não Identificada** – Eu estou de acordo. Acho que é isso, uma mera
2516 questão burocrática, não é?



2517 **Interlocutor não identificado** – E isso se não tiver nada em cima, não é, João?
2518 Esses "Considerandos" Aí não existe, não é? Que eu acho que isso não existe, não
2519 é? Está fora?

2520 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como assim? Você quer que... Você
2521 sugere que seja retirado? Porque existe, está aqui.

2522 **Sr. Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu acho que já passou por
2523 aquela observação da CONJUR que os Considerandos não seriam adequados à
2524 toda a técnica legislativa, a colocação de Considerandos, não é? Então, o texto
2525 ainda há mais de uma resolução que é normativa da, tem que ser direto, não é? E
2526 isso já foi observado em algumas análises. É porque aqui é o fundamento geral...
2527 Normativo para resolução, eu acho que ele tem que entrar na parte inicial ali do
2528 texto. Apenas ajuste formal, porque o mérito é esse, é o que foi alterado aí agora.

2529 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, a sugestão do Sávio aqui,
2530 segundo inclusive, a indicação da CONJUR de retirar esses dois "Considerandos".
2531 Alguém tem objeção?

2532 **Sr. Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – É claro, se tiver algum
2533 dispositivo normativo aqui, ele tem que entrar na parte inicial a lei da resolução, mas
2534 retirar "Considerandos" E ir direto para a resolução. "Resolve" E é o método que foi
2535 utilizado aqui agora, aqui aprovado, não é?

2536 **Interlocutora não identificada** – É, ele está falando só do formato, João.

2537 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok.

2538 **Sr. Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Exato.

2539 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Pode gerar, a gente coloca ali com base
2540 no regimento interno, primeiro ali e já supre.



2541 **Interlocutora não Identificada** – Porque "Considerando" É uma técnica legislativa
2542 de tratado internacional, essas coisas. Na nossa legislação não existiria.

2543 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Não precisa colocar aí não, Débora. Ali,
2544 olha: "O exercício das atribuições previstas e tal. E com base na resolução... Com
2545 base no regimento interno." Acho que já é suficiente. Já está previsto aí, é só você
2546 a pagar "Inciso 5º" Já está escrito. Resolução 1 de 14 de agosto de 2014. E, com
2547 base... Só apagar... E, com base na resolução... Já está escrito também isso. Apaga
2548 esse "inciso 4", apaga "do caput" E apaga "da" Isso e coloca "Na" Ótimo.
2549 Presidenta?

2550 **Interlocutora não Identificada** – Está bom, de acordo.

2551 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Está aprovado por unanimidade,
2552 Presidenta?

2553 **Interlocutora não Identificada** – Está aprovado.

2554 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Aí, na sequência da pauta, nós
2555 teríamos aqui é uma revisão do Sumário Executivo de hoje.

2556 **Interlocutora não Identificada** – João, acho que ficou faltando uma coisa aqui. A
2557 gente tinha discutido na mesa diretora em relação aos grupos de trabalho.

2558 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Está na pauta de amanhã.

2559 **Interlocutora não Identificada** – Fernanda, você queria falar alguma coisa?
2560 Levantou a mão.

2561 **Sra. Fernanda Teixeira Frade Almeida (Suplente/Representante do Ministério**
2562 **da Educação)** – Queria, porque as pessoas estão cobrando aqui da gente, que os
2563 convidados permanentes não receberam link da reunião, eu não sei se isso muda
2564 de mandato para mandar com a DPU... APT 0:31:28.0 não é? Ele é que em relação
2565 aos comitês estaduais, de acordo com algumas pessoas, anteriormente, era



2566 encaminhado também. A gente sabe que não existe um cadastro atualizado... Super
2567 atualizado dos comitês estaduais, mas a gente gostaria de saber se existe algum
2568 óbice a encaminhar esse link para os que a gente sabe quem, de fato, existem, não
2569 é? E eles poderiam participar.

2570 **Sr. Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Isso, até aproveitando que a
2571 Fernanda colocou, é realmente a esse puxe daí que comunicações, ele vem desde
2572 o início do CNPCT e têm contratos que, realmente, nem existem mais, não é? Então,
2573 nós precisamos atualizar esses contratos e, claro, a Defensoria Pública e os demais,
2574 todos devem receber, que o, mas precisamos atualizar esses contatos para novos
2575 encaminhamentos. É isso mesmo.

2576 **Sra. Fernanda Teixeira Frade Almeida (Suplente/Representante do Ministério**
2577 **da Educação)** – Sim, aí a questão é, por exemplo, a Comitê de Prevenção à Tortura
2578 de Sergipe. A Presidente, temos contrato com ela, sabemos quem quer de fato, não
2579 é? Toda a o, composição do comitê de Sergipe, inclusive, ele está ativo e atuante.
2580 Podemos encaminhar o link para ele, para que a presidência pelo menos possa
2581 participar.

2582 **Sr. Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Fique à vontade, Fernanda,
2583 para fazer esse encaminhamento aí.

2584 **Sra. Fernanda Teixeira Frade Almeida (Suplente/Representante do Ministério**
2585 **da Educação)** – Porque a gente sabe que estamos tentando atualizar essa listinha.

2586 **Interlocutor não identificado** – Presidenta, eu sugiro que esse assunto demandar
2587 alguma discussão que a gente... Coloquei ele, ao se validar a pauta de amanhã.

2588 **Interlocutora não Identificada** – A gente não tem nenhuma discussão a ser feita,
2589 não é? Só para que possa ser incluídos os convidados permanentes e fazer essa
2590 atualização dos comitês para que eles sejam convidados para a reunião.



2591 **Sr. Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Isso. O que o João colocou
2592 é que precisamos, o pleno como um todo, destacar que seriam os convidados a
2593 importância para participarem da reunião do pleno.

2594 **Interlocutora não Identificada** – Eu achei que já tivesse essa lista de convidados.
2595 Bom, então, a gente pode... Eu não vejo óbice deixar isso para amanhã para a gente
2596 conseguir terminar no tempo da reunião.

2597 **Sr. Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Ou até, Presidente se não
2598 for... Isso é uma questão administrativa que os colegas podem encaminhar para a
2599 coordenação geral que vai analisar para ver o que a atualizado, desatualizado, para
2600 prepararmos para a próxima reunião também.

2601 **Interlocutora não Identificada** – Sim, além disso, se alguém da sociedade civil
2602 entender que tem alguém que seria importante nessa reunião e pensar nisso até
2603 amanhã, isso pode ser pontuado.

2604 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perfeito. Com relação ao último ponto da
2605 pauta, a revisão do Sumaré executivo, ele... Entendo que é dispensável, é
2606 importante. É dispensável, uma vez que, todos os encaminhamentos foram
2607 acompanhados aqui e a coordenação de apoio fez a devida... O devido registro.
2608 Fica a seu critério, Presidenta, se pauta, se fazemos aqui uma passagem de revisão
2609 desse Sumaré executivo ou se encerra a reunião não havendo, a seu critério aí,
2610 outras considerações.

2611 **Interlocutora não Identificada** – Acho que dá para ver rapidamente, não dá? A
2612 gente tem 20 minutos ainda.

2613 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim. Por favor, equipe de apoio.

2614 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Bom. Eu fiz aqui, pessoal... Primeiro eu
2615 coloquei a data e horário, 21 de julho de 2022, que era o dia, não é? De 9 a 3, que
2616 era o horário previsto. Local virtual. O telefone aqui da CGCT, aí lemos a abertura.



2617 Aí, registro de membros de quórum, ele se deu às 9h10. O horário do início do ponto
2618 da pauta, a 9h20. Condução: vice-presidente Sofia Fromer. Quórum para abertura
2619 era de 14... Logo, três pessoas entraram, então, tivemos 18 presentes. 8 da
2620 sociedade civil e 9 de governo.

2621 **Interlocutor não identificado** – Aí dá 17.

2622 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – É, aí dá 17. Vão alterar aqui. Eu alterei
2623 embaixo e não alterei em cima. Mais tarde, aí no meio da reunião é que entrou a
2624 SENASP e, depois também entrou o Caio. Depois que demos posse para a
2625 EDUCAFRO, aí eu não coloquei aqui no início. Aí vim aqui, registro de membros e
2626 quórum, que nós fizemos, eu coloquei o nome e o órgão, não é? Ministério da
2627 Mulher, SNPG, Carol. Aí fui colocando os nomes de cada um, tanto de governo
2628 como da sociedade civil. Aí depois, aí o item 1.2. Leitura e aprovação da pauta da
2629 36ª Reunião Ordinária, que é a de hoje. Ocorreu a inclusão de um ponto extra pauta
2630 para aprovar a resolução para dar posse à vice-presidente. O vi a inversão também
2631 do ponto de pauta quanto à resolução Ad Referendum Tracy reuniões plenárias em
2632 formato híbrido para, depois do intervalo das 11h, também fica no item 5. Com isso,
2633 o informe sobre o edital 6 passou para o item 3, o informe sobre a designação da
2634 coordenação mecanismo passou para o item 4.

2635 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – No ponto anterior ali, olha "Ocorreu a
2636 inclusão extra pauta para aprovar resolução para dar posse à vice-presidência
2637 para... E mesa diretora, para formalizar a posse da vice-presidência e da mesa
2638 diretora." Formalizar a indicação, não é? Porque a posse é o ato de declarar o
2639 empossado, não é? Isso, e da mesa diretora. Está ok.

2640 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Depois, tivemos a aprovação data da 35ª
2641 Reunião Ordinária que foi aprovada. Depois passamos para as pautas
2642 administrativas. 2.1. A posse da entidade eleita no edital 6. Foi dada a posse à
2643 Entidade Francisco de Assis Educação Cidadania e Inclusão... Oi? EDUCAFRO.
2644 Também foram dadas as boas-vindas aos representantes da EDUCAFRO, Victor



2645 Hugo Gonçalves Miranda, titular e, Elias Domingos da Silva, suplente. Item 3, que
2646 é a pauta administrativa sobre a vaga remanescente. Informe sobre o edital 6.
2647 Aprovada, por unanimidade, a recomendação ao Ministério da Mulher e Família e
2648 Direitos Humanos para o preenchimento das vagas que restarem desertas após a
2649 conclusão dos 4º e 5º processos de chamamento público para a composição do
2650 CNPCT, em razão da ausência de candidatos do segmento 1, pelas candidatas
2651 concorresse ao segmento 6 nos termos do edital 6 de 2022. Pauta administrativa
2652 do mecanismo. Informe da designação da coordenação. Foi homologada a
2653 coordenação geral do mecanismo indicada pelo...

2654 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Natália. Não foi homologado, foi indicada
2655 a condenação... Apresentou-se a coordenação geral do mecanismo indicada pelos
2656 peritos. A homologação se dará com a publicação da portaria da presidência do
2657 CNPCT com o ato final de formalizar essa coordenação. Indicada, é isso mesmo. A
2658 coordenação foi indicada pelos peritos e a portaria ministerial irá formalizar a
2659 presidência do CNPCT.

2660 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Depois tivemos...

2661 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Isso, pode seguir.

2662 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – A indicação da comissão de seleção. Foi
2663 apresentado o edital anterior da seleção do mecanismo como modelo para um novo
2664 edital...

2665 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Edital não. Foi apresentada...

2666 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Minuta, não é?

2667 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Resolução... Isso. Resolução da
2668 comissão... Coloca assim, a resolução da comissão de seleção, por favor.



2669 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Mas também foi dada a sugestão minha no Chat
2670 de usar o modelo do edital anterior para fazer o novo edital, considerando aí o
2671 acúmulo que já é feito nesse sentido.

2672 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Você quer que conste no sumário
2673 executivo essa sugestão, Cândida?

2674 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Sim, por favor.

2675 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Foi sugerida pela representante da
2676 UFRN... A representante da UFRN sugeriu... Ok?

2677 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Depois eu coloco aqui "Por unanimidade, os
2678 membros concordaram em reduzir a comissão eleitoral de 6 para 4 membros sendo,
2679 2 de governo..." Aí ficou o Ministério da Saúde e a SNPI, pelo Ministério da Mulher
2680 Família e Direitos Humanos e 2 da sociedade civil e aí, os da sociedade civil vocês
2681 ainda ficaram de decidir quem seriam.

2682 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Na verdade a gente já decidiu e informou
2683 também.

2684 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ficou decidido aí a minuta.

2685 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Agenda...

2686 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A agenda nacional... Isso, coloca aí,
2687 agenda nacional pelo desencarceramento.

2688 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – E o Conselho Federal de Seguro Social
2689 0:42:34.7

2690 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Isso.

2691 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Bom. Depois tivemos intervalo, aí voltamos
2692 com a resolução Ad Referendum sobre o formato híbrido de reuniões. Aí eu anotei



2693 que foram feitas alterações ao texto da resolução, alterada a redação do artigo 1º,
2694 retiradas as reuniões ordinárias do artigo 2º, acrescentados os § 1º e 2º, a esse
2695 artigo 2º, alteração no artigo 3º para incluir o inciso IV. Artigo 4º foi transformado em
2696 § 2º do artigo 2º e aí, os demais... E outras alterações no termo da minuta, não é?
2697 Que a gente consolidou. Ponto extra: resolução de posse à vice-presidência.
2698 Aprovada a resolução para dar posse.

2699 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Para formalizar a designação da vice-
2700 presidência e da mesa diretora do primeiro ano do atual biênio. Esse informe aí a
2701 respeito da cartilha da EGU 0:44:09.7 sobre as vedações... Período eleitoral foi feito
2702 lá no início, então, precisa virar...

2703 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Aí eu coloco lá em cima? Porque eu lembro
2704 que foi breve aí depois perguntaram: "Ah, mas precisa discutir? Vamos voltar?" Por
2705 isso que eu deixei aqui.

2706 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Entendo que pode colocar lá como
2707 informe, logo a anterior ao ponto 2. Informe da coordenação de apoio.

2708 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Lá em cima?

2709 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Não, pode voltar. Antes do ponto 2 aqui,
2710 olha. Isso. Pode colocar 1.4 aí, ou só colocar um item e colocar: "Neste momento,
2711 informe..." Isso. Está bom.

2712 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – E aqui, para deliberação, ser
2713 encaminhamentos ou a gente coloca... Porque a gente vai fazer todas essas
2714 alterações, não é? Publicar...

2715 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É porque esse é encaminhamento, a
2716 gente coloca abaixo de cada decisão, quando precisa de colocar, olha: "O
2717 encaminhamento é enviar ofício, o encaminhamento..." Parece que todos os



2718 encaminhamentos estão subentendidos a partir do que foi aprovado. Querem
2719 registrar algum encaminhamento específico?

2720 **Interlocutora não Identificada – Não.**

2721 **Sra. Natália Viana Montechi Silva –** Então, é só encerrar a reunião. Então, é isso,
2722 Presidente.

2723 **Interlocutora não Identificada –** Então, é isso, a gente encerra a reunião e iniciar
2724 amanhã às 9 da manhã. Obrigada pela presença e participação de todos e todos.

2725 **36ª Reunião Plenária Ordinária Dia 2-20220722 090456-Gravação de Reunião**
2726 **1.mp4:**

2727 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Eu vou da ordem do que eu vejo aqui
2728 nas pessoas presentes na sala. Vejo aqui Claudia Leite, do Ministério da Cidadania.

2729 **Sra. Cláudia Gonçalves Leite (Suplente - Ministério da Cidadania) –** Bom-dia,
2730 presente, João Lança.

2731 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Bom-dia. Vejo aqui Fernanda da
2732 ANADEP.

2733 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
2734 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Presente, obrigada.

2735 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Vejo aqui a Joélia Santos do SENASP
2736 MJ/SP.

2737 **Sra. Joélia Santos do Nascimento (Titular - Ministério da Justiça e Segurança**
2738 **Pública - SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública) –** Bom-dia,
2739 presente.



2740 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu vejo aqui a Márcia Lysllane,
2741 representante, se eu me engano da rede proteção contra genocídio. Vejo aqui Sávio
2742 a Andrade pelo MMFDH. Sofia, pelo ITTC. Rodrigo, CNPIR, Rodrigo Faria.

2743 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Suplente - Secretaria Nacional de**
2744 **Políticas da Promoção da Igualdade Racial)** – Estou que bom-dia, João.

2745 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Vejo Jorge Luis Mendes, pelo Ministério
2746 da Defesa. Vejo a Fernanda Oliveira pelo Maria Felipa, Assessoria Popular Maria
2747 Felipa. Outros colegas que eu ainda não decorei aqui pela peço que me ajudem. Eu
2748 vejo aqui, por exemplo, Miriam Stephanie, seu não me engano ela é da Associação
2749 de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, não é? Das pessoas
2750 em privação da liberdade.

2751 **Sra. Miriam Stephanie dos Santos (Suplente - Associação de Amigos e**
2752 **Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade)** – Bom-dia, João Lança. Isso,
2753 bom-dia.

2754 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado. Vejo aqui também Cristiano,
2755 DEPEN. Matheus Moreira do MRE, identifiquei também na sala. Vamos lá, deixa eu
2756 ver no Chat aqui Luís as manifestações.

2757 **Interlocutora não Identificada** – Já temos quórum, João. De

2758 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Caio, Cristiano, Fernanda, Sávio. Mais
2759 alguém que está presente e eu não anuncia?

2760 **Sr. Sérgio de Oliveira (Titular - Ministério da Educação)** – Sérgio, Ministério da
2761 Educação, João.

2762 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Sérgio do Ministério da
2763 Educação.



2764 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Bom-dia a todos e todas. Cândida, UFRN.
2765 Também não estou conseguindo escrever no Chat.

2766 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Bom-dia, UFRN presente. O Conselho
2767 Federal de Serviço Social está presente? Agenda Nacional pelo
2768 Desencarceramento está presente? Da Jops 0:02:48.5 está presente? Rede de
2769 Proteção e Resistência Contra o Genocídio está presente? EDUCAFRO está
2770 presente? SNPG está presente, do MMFDH? SEGOV está presente, da Presidência
2771 da República? Ministério da saúde está presente? Então, nós temos 1, 2, 3, 4, 5, 6,
2772 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14. Quórum formado com 14, que é o quórum mínimo. Nós
2773 temos aqui presente, 14... 14 presentes nesse momento. Temos 1, 2, 3, 4, 5, 6
2774 sociedade civil. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8... Deixa-me ver. 8 + 6, 14. Bateu. Nós horário de
2775 9h08, o quórum está formado. Presidente, com a palavra, para gente seguir com a
2776 pauta no segundo dia.

2777 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2778 Obrigada, João. Com quórum formado, acho que a gente pode fazer uma leitura
2779 aqui da pauta breve para a gente vê o que a gente vai trabalhar hoje. Então, a
2780 primeira coisa seria mesmo o registro do vendus 0:04:18.3 e do quórum. Na
2781 segunda pauta seria a proposta de missões conjuntas com a DPU, o CNPTC e o
2782 Mecanismo. Às 9h15 seria a pauta temática da proposta da instituição dos grupos
2783 de trabalho do GTI de audiência de custódia e de revista vexatória. Na sequência
2784 seria uma pauta temática das denúncias e do fluxo de encaminhamento, das
2785 denúncias e encaminhamento Ad Referendum da Mesa Diretora. As irregularidades
2786 do sistema socioeducativo de Pernambuco. Grupo de trabalho sobre as denúncias
2787 do sistema prisional do Amazonas. Relatório do CNJ sobre o sistema prisional do
2788 Ceará. Relatório de tortura por parte de policiais militares de Santa Catarina. Na
2789 sequência a gente teria intervalo e, depois, a pauta temática dos relatórios e
2790 mecanismo nacional, seriam os relatórios encaminhados Ad Referendum para a
2791 Mesa Diretora que é o relatório de inspeção na unidade de internação de Santa
2792 Maria, na unidade [ininteligível] Gama. O relatório de inspeção do Lar de São



2793 Francisco de Assis e o relatório de inspeção da Casa de Passagem do Instituto de
2794 Saúde Mental do Distrito Federal. E, por fim, a revisão do sumário executivo. Bom,
2795 a gente pode dar início então, aqui à proposta uma das missões em conjunto da
2796 DPU e do CNPCT e mecanismo.

2797 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Segundo dia aqui... Ok. Então, essa
2798 proposta da DPU. Presidenta, o que se tratou essa proposta? Nós...

2799 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Pessoal, eu acho que João Lança
2800 perdeu a conexão, não é? Parece que perdeu a conexão. Quem mais está na sala
2801 do apoio? Tem até para... Voltou, perfeito.

2802 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perdão, eu... Foi, inclusive, um erro meu
2803 aqui. Apertei o vermelhinho errado. Nós recebemos um ofício da DPU, propondo ao
2804 comitê, avaliar a pertinência de fazer missões conjuntas. Eu vou ler aqui para ser
2805 bem objetivo. Trata-se de expediente que informa sobre relatos graves de casos de
2806 violações de direitos humanos, apresentados para a na audiência pública do
2807 Habeas Corpus 165704 do DF, em relação à prática de torturas, superlotação,
2808 racionamento de água e comida, castigos coletivos e situações semelhantes nos
2809 estados do Amazonas, Distrito Federal, Ceará, São Paulo, Pernambuco e Rio
2810 Grande do Sul. Esse habeas-corporis, ele foi julgado procedente pela Segunda
2811 Turma do Supremo Tribunal Federal, para que seja substituída a prisão preventiva
2812 de pais e responsáveis por crianças ou pessoas com deficiências, pela prisão
2813 domiciliar. O então, nesse habeas-corporis foi realizado uma audiência pública e,
2814 nessa audiência pública, surgiram relatos de possível descumprimento da decisão,
2815 mas sobretudo, de preocupações com relação à superlotação, racionamento,
2816 práticas de violência e tortura nos ambientes prisionais desses estados: Amazonas,
2817 Distrito Federal, Ceará, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Nós
2818 conversamos isso na Mesa Diretora, a mesa diretora orientou que a gente
2819 encaminhasse a proposta à presidência, de solicitar à DPU mais informações para
2820 concretizar uma possível agenda e aí, nós fizemos uma agenda. A gente fez uma
2821 agenda com Dr. Gabriel Travassos, que é o secretário de articulação institucional



2822 da DPU. A Dr. A Caroline que é secretário para assuntos prisionais, estava
2823 impossibilitada, parece que afastada e aí, a gente reunião com ele e ele disse:
2824 "Olha, é uma sugestão mesmo de construção de construção de uma agenda em
2825 torno disso e, nós colocamos à disposição o caso seja de interesse do comitê e,
2826 também, colocamos à disposição a possibilidade de, havendo essas agendas em
2827 determinados estados para fazer essas missões conjuntas, nós podemos mobilizar
2828 também um... Aquela mobilização de assistência jurídica." Que eles chamam de
2829 mutirão. Então, podemos também coligar com isso aí a ação. Então, foi submetido
2830 a nós, o comitê, para deliberação. Presidenta.

2831 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2832 João, você falou que vocês fizeram uma agenda, mas essa agenda tem datas? O
2833 que consiste essa agenda, só para eu entender?

2834 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** A gente fez uma agenda, uma reunião
2835 com Gabriel Travassos, com o ex-secretário de articulação institucional do DPU,
2836 para entender qual era... Se eles tinham mais elementos, algum cronograma,
2837 alguma ideia concreta para essas possíveis visitas de inspeções nesses estados.
2838 Ele disse que não, que era uma proposta para nós construirmos em conjunto.

2839 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – E**
2840 nem os locais ele falou ou não falou também?

2841 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** O ofício cita Amazonas, preocupação
2842 com os estados do Amazonas, Distrito Federal, Ceará, São Paulo, Pernambuco e
2843 que o Grande do Sul. São 1, 2, 3... Seis estados.

2844 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Eu
2845 acho que a gente tem que, enfim, discutir com os outros membros também do
2846 comitê aqui. Eu acho interessante, mas também ao mesmo passo que a gente tem
2847 que discutir também com o próprio mecanismo, não é? Se o mecanismo entender
2848 qual é a agenda do mecanismo... Entender se o mecanismo poderia estar presente



2849 nessas... Enfim... Nessas inspeções, dessas unidades prisionais em conjunto, não
2850 é?

2851 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Lembrando, Presidenta, que esse ofício
2852 do DPU está na nossa pasta do drive aí, caso queiram consultar diretamente o
2853 ofício.

2854 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
2855 acho que seria... O Sávio está com a mão levantada.

2856 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu acho que o colega... Bom-dia
2857 novamente aos colegas que eu ainda não cumprimentei. Eu acho que nós temos
2858 aqui a coordenação do mecanismo que estamos acompanhando. Talvez o Guedes
2859 consiga trazer alguma informação, se essa agenda já está prevista para o
2860 mecanismo. Vejo Rogério aqui agora. Bom-dia, Rogério. Tem alguma informação
2861 sobre isso?

2862 **Sr. Rogério Guedes (Coordenação do MNPCT)** – Bom-dia, Presidenta Sofia e
2863 demais membros. Sávio, esse ofício também chegou para a gente não mecanismo,
2864 no início de dezembro passado que a gente ainda não tinha feito o planejamento
2865 2022, não é? Fizemos em janeiro deste ano quando respondemos declara inclusive,
2866 a própria... O DPU geral... Federal estava assumindo. A gente teve uma reunião
2867 com o DPU geral e outros membros da DPU tratando sobre esse tema, inclusive,
2868 dizendo que iria nos pautar isso o nosso planejamento, porque foi feito em janeiro.
2869 Aí, Presidenta e demais membras e membros, o mecanismo avaliou, naquele
2870 momento, considerando que esses estados já haviam sido realizadas inspeções e
2871 ainda existiam estados da federação do sem ter visitas regulares. A nossa avaliação
2872 foi priorizar 2022 com estados que a gente ainda não tinha realizado inspeções
2873 regulares e esses, a princípio, não foram contemplados realizados, embora a gente
2874 tivesse na missão conjunta do CNJ no Amazonas neste mês de maio, mas esses
2875 outros estados a gente entendeu, por já termos ido, a gente estaria então,
2876 priorizando em detrimento aos que a gente não foi. Então, 2022 com a gente não



2877 planejou e eles não estão considerados para esse segundo semestre. Aí a gente,
2878 inclusive... Perdão, a gente sinalizou para uma conversa... Estabelecer conversas
2879 com a DPU para um planejamento para 2023.

2880 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Se me permite, presidenta...

2881 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
2882 Fernanda está com a mão levantada.

2883 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Fernanda também?

2884 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Aí,
2885 depois na sequência é você, Sávio.

2886 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Pode falar,
2887 Sávio. Acho que ele começou a falar.

2888 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Serei breve aqui, é rápido. Assim,
2889 eu acho que o comitê, a visita é realmente tem que ser em parceria junto com o
2890 mecanismo é, não é? Até agora as que o comitê realizou, foi em conjunto com o
2891 mecanismo, então, se não está dentro da previsão do mecanismo para esse ano,
2892 eu acho que o comitê também poderia adequar essa agenda do mecanismo para
2893 2023, não é? Essa é minha sugestão, claro, ajudando isso com a Defensoria
2894 Pública.

2895 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
2896 Fernanda e, na sequência, Elaine.

2897 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Obrigada,
2898 Presidenta. Bom, minha sugestão, Rogério, eu não sei se ele é relação as inspeções
2899 que tiveram recente, não é? Você mencionou que teve uma inspeção em janeiro.
2900 Se nós tivermos os relatórios apresentados aqui no comitê, pelo que nós tínhamos
2901 o que práticas anteriores, normalmente em inspeções que... Em locais de muitos
2902 tachados de tortura, não é? Outras violações graves de direitos humanos, a gente



2903 tinha a essa prática de o mecanismo vir ao comitê apresentar o relatório final para
2904 que a gente pudesse deliberar sobre os encaminhamentos possíveis de imediato,
2905 de forma emergencial para sanar ali... Sanar não, não é? Porque, normalmente, a
2906 gente não consegue sanar, mas, pelo menos, buscar informações e tentar cobrar
2907 das autoridades locais as providências que foram tomadas e tentar ajudar aí na
2908 interrupção das violações. Então, não sei... Eu não me recordo realmente em
2909 relação ao Amazonas, especificamente, me recordo que em relação ao Pará, mas,
2910 em relação ao Amazonas, eu não me recordo essa apresentação. Havia uma
2911 espécie... Não era homologação do relatório de forma alguma, mas de, enfim, o
2912 comitê enfatizava ali acerca as recomendações do próprio mecanismo para poder
2913 dar efetivação ao final, não é? Que a gente chama lá do enforcement, enfim, para
2914 reforçar o cumprimento das recomendações do mecanismo. Então, não sei se seria
2915 uma alternativa, já que as violações narradas foram tão graves como as anteriores,
2916 para que a gente pudesse dar uma resposta ao pleito que foi apresentado. Penso,
2917 como o Sávio bem colocou, que seria um pouco complicado os membros do comitê
2918 irem fazer esse acompanhamento sem estarem acompanhados do mecanismo,
2919 uma vez que há todo um protocolo de inspeção que os próprios peritos do
2920 mecanismo estão mais habituados, então, a inspeção por si só, ela gera relatórios
2921 e uma série de outras medidas que são necessárias e, penso que a estrutura do
2922 comitê, por si só, não seria suficiente para a gente lograr o resultado eu acho que
2923 eles estão esperando, não é? Então, talvez essa alternativa de apresentação do
2924 relatório que vocês já possuem e, talvez, das informações que a DPU já deve ter
2925 agregado, fariam com que a gente tomasse providências de maneira mais assertiva.
2926 Obrigada.

2927 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Na
2928 sequência, a Elaine. Eu só ia fazer um parêntese aqui, eu acho que seria importante
2929 a próxima reunião, enfim, ou a gente ter acesso à própria agenda de vocês, que
2930 vocês fizeram para o segundo semestre, não é? Para a gente entender quais são
2931 as inspeções, quais são os locais que vocês, enfim, definiram como importantes, os
2932 estados que não foram inspecionadas, etc., então, seria interessante que a gente



2933 pudesse ter conhecimento disso também, até inclusive, para pensar no depois nós
2934 encaminhamentos. A Elaine e, depois, o Rogério e a Fernanda.

2935 **Sra. Elaine Bispo da Paixão (Suplente - Agenda Nacional pelo**
2936 **Desencarceramento)** – Bom-dia a todos. Bom-dia, Presidente de todos os
2937 membros. É preocupante, porque também aqui na Bahia, não é? Eu estou na
2938 Bahia... Todos estão me ouvindo? Na Bahia está acontecendo com várias
2939 situações, principalmente, nas unidades cogenções, não é? Anteontem, por
2940 exemplo, na quarta-feira, e alguns familiares procuraram a frente estadual pelo
2941 desencarceramento para a justamente denunciar as violações de tortura e, tipo
2942 alimentos que estão sendo entregues com morotó, com bichos, não é? E aí, os
2943 internos têm uma ligação social. Na semana passada, eles não tiveram esse
2944 acesso, porque aquele as visitas estão suspensas hoje que saiu nos Diário Oficial
2945 novamente o retorno na próxima semana, mas é preocupante, porque a tortura está
2946 acontecendo de uma outra forma, não é mais física, não é? A física deva agora é o
2947 tipo: "Vamos colocar na comida para morrer mesmo sinais" Sabe? E assim, eu estou
2948 em contato com mecanismo, com os peritos daqui, justamente levando essas
2949 denúncias, essas violações, porque é surreal, não é? É muito agravante que está
2950 acontecendo aqui. Ver quais são os meios que, até o próprio mecanismo, pode
2951 estar, já que não vai ter essa inspeção, para a Bahia eu não sei como é que está
2952 essa dinâmica do mecanismo e tal e, como a gente, enquanto comitê, não podemos
2953 fazer essas inspeções sem o mecanismo e como é que a gente, então, solicita
2954 alguns órgãos para que essas violações venham dar um freio, a palavra correta é o
2955 freio, não é? Porque são unidades de cogenções que acontecem violações,
2956 acontecem muitas mortes aqui na Bahia, espancamentos e assim e, se suspender
2957 as visitas, eles voltam à violação. Quando os familiares, eles denunciam nas
2958 ligações sociais, eles têm... Eles vão para o castigo, ficam lá um mês sem direito a
2959 essas ligações e é muito complicado. Aí, eu estou aqui acompanhando e
2960 acreditando que a gente vai encontrar uma solução para.



2961 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Daí
2962 estava o Rogério e a Fernanda.

2963 **Sr. Rogério Guedes (Coordenação do MNPCT)** – Não, só para já ir respondendo,
2964 então, os pontos que a Fernanda trouxe. Eu acho que foi... Nós começamos,
2965 Fernanda, janeiro foi o período do nosso planejamento e aí, por uma questão de
2966 orçamento, nós fizemos missões fora do DF. Avaliarmos, inclusive, porque tinha...
2967 Foi feito, não é? Foi uma grande do mecanismo, foram sete membras e membros
2968 no ano passado e esse ano, então, a gente fez uma formação interna. E, para ir a
2969 campo, optamos por fazer uma expressão que não tivesse necessidade de recurso
2970 para diárias e passagens, então, fizemos uma inspeção no DF ter, inclusive, a ponto
2971 de pauta a seguir, os relatórios e os locais impressionados aqui no DF. Não fomos
2972 no prisional do DF, por conta, alguns membros e membras sabem disso de uma
2973 portaria da vara de execuções é que do DF que impede... Viola prerrogativas do
2974 mecanismo e a gente está tratando sobre esse ponto ainda, então, não fomos no
2975 prisional do DF. Em relação à inspeção... E aí fizemos, depois dessa inspeção do
2976 DF, nós fomos convidados pelo CNJ para a missão que existiu, que eles fizeram
2977 uma correção com inspeções no sistema prisional do Amazonas, em maio. Então,
2978 o relatório é do CNJ onde a gente, a princípio, não foi convidado para contribuir,
2979 embora as perguntas que participará, a Ana Walesca 0:21:50.9 e a Cecília que,
2980 inclusive, está aqui na reunião participaram, então, tem um relatório mais sucinto a
2981 parte, mas o relatório substancial mesmo, ele é do CNJ. E sim, sempre que a gente
2982 finaliza um relatório de uma missão no estado, a gente encaminha para vocês como
2983 isso aconteceu no DF. As outras missões que foram realizadas, ainda nesse
2984 primeiro semestre, que foram Minas, em duas fases que nós tivemos em duas
2985 semanas diferença em Minas, porque regionalizamos a missão para o interior e,
2986 também, no Paraná, eles estão na fase final de conclusão. Então, ... Que serão, no
2987 momento oportuno, enviados para esse comitê para apreciação das informações.
2988 Sobre o calendário, presidenta, a gente compartilhou na reunião anterior, que eu
2989 não pude participar, mas outros colegas compartilharam o nosso planejamento, mas
2990 a gente não divulga os estados para aonde a gente vai por uma questão de sigilo,



2991 uma vez que as nossas opções, elas não são anunciadas, então, na medida que a
2992 gente abre aqui para esse coletivo, a gente está anunciando para aonde a gente
2993 está indo com uma certa antecedência. Então, só para fazer esse registro, que as
2994 missões são planejadas e ficam dentro, entre os próprios membros e membros do
2995 mecanismo.

2996 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2997 Fernanda e, depois, Herbert.

2998 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) –** A minha
2999 questão com essa proposta da DPU, primeiro, que eu entendo que quem faz as
3000 inspeções é o mecanismo, não é atribuição do comitê e a gente estaria invadindo a
3001 atribuição do mecanismo. A segunda coisa que eu tenho dúvidas sobre a efetividade
3002 e assertividade disso, porque já tem uma série de recomendações, inclusive, essa
3003 inspeção do CNJ que o mecanismo participou, que precisam ser tratadas, não é? A
3004 gente precisa ser mais assertiva nos encaminhamentos, não é? Então, se já
3005 inspecionou, se já sabe que está violado, se já tem uma decisão judicial e essa
3006 decisão judicial não está sendo cumprida, o qual seria, de fato, o próximo passo,
3007 não é? Eu possa que seria muito mais assertiva a gente assim, talvez, promover
3008 uma agenda com ministério público, para que o ministério público tomasse as ações
3009 necessárias em relação às violações que estão acontecendo e investigar se, de
3010 fato, denunciasse quem tiver que ser denunciado e informar, na própria ação, o que
3011 continua acontecendo, não é? Porque, efetivamente, as violações não cessam pela
3012 porque nenhum processo de responsabilização concreto é instaurado, não é? Elas
3013 não vão cessar sem esse processo de responsabilização. O mecanismo faz o
3014 trabalho deles, inspeciona, identifica, recomenda. A gente se reúne, busca
3015 acompanhar essas recomendações, tem tido esse esforço para a gente conseguir
3016 cumprir esse papel do comitê, mas existe uma outra parte da estrutura do estado
3017 responsável pela apuração de crime, porque isso é crime e que não está
3018 funcionando. Então, a gente precisa entender que com... E aí, eu sou muito radical
3019 em relação a isso, não dá para a gente ficar negociando com torturador, tentando



3020 convencer torturador a deixar de ser torturador e aí, eu não estou falando do agente
3021 penitenciário individualmente não, eu estou falando do governo do estado até o
3022 agente penitenciário, porque todo mundo sabe o que está acontecendo, não é? E
3023 porque a instituição responsável pelo processamento de crimes não está atuando.
3024 Essa é a pergunta que esse é o problema que nós temos concreto, não é? Porque
3025 nós não podemos processar. O comitê não pode fazer isso, o mecanismo pode
3026 fazer isso. E aí, como é que a gente vai fazer? Então, acho que hoje, se fosse para
3027 propor uma agenda, eu acho que seria uma agenda com o MPF e com os MPs
3028 estaduais ou com o CNMP para entender o que está acontecendo e tirar daí,
3029 decisões assertivas, orientações, recomendações, o que seja para que os
3030 ministérios públicos dos estados atuem, porque eles não estão atuando. Eles só
3031 atuam para mas encher cadeia, então, assim, eu tenho realmente dúvidas se uma
3032 missão de inspeção, além de não prestar dentro da atribuição da comissão do
3033 comitê, o resultado efetivo que ela traria para problemas já identificados, já
3034 relatados, já recomendados, já tudo.

3035 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Na
3036 sequência, está o Herbert e, depois, a Miriam.

3037 **Sr. Herbert** – Bom-dia, Presidenta. Bom-dia, pessoal. Presidenta, eu gostaria de
3038 trazer uma reflexão, uma sugestão de reflexão aí para o comitê, sem Prejuízo,
3039 obviamente, as falas que foram trazidas, mas, em especial, cada Fernanda que eu
3040 concordo muito que nossa grande questão está, de fato, na impunidade, no não
3041 processamento dos casos, não é? E em breve, inclusive, a coordenação deve
3042 apresentar o resultado de uma pesquisa realizada com o IPEA nesse sentido, mas
3043 eu entendo também que esse comitê tem uma função, ainda que não expressa na
3044 normativo, que é uma função de dar um tratamento político mais amplo, dar uma
3045 voz pela ampliar a voz aí talvez vindos sistema como um todo. E, considerando que
3046 a DPU é uma parceira muito importante do que para esse colegiado, integrante do
3047 sistema nacional. Talvez valha a pena, não de pronto, recusarmos a oferta, mas
3048 designar alguém do comitê que pudesse sentar juntamente com alguém do



3049 mecanismo e da DPU e tentar coincidir uma das agendas aí que o CNPCT já tem
3050 planejado para que possamos, de fato, fazer essa amplificação da voz do
3051 mecanismo é uma visita estadual. Obviamente que ela não tem... Não teria uma
3052 perspectiva de inspeção, propriamente dita, porque como Fernanda bem ressaltou,
3053 essa é uma atribuição do mecanismo, ainda que os defensores públicos também a
3054 tem, mas, nessa perspectiva de dar o destaque político às temáticas, de parece que
3055 seria bastante relevante. Então, deixa como sugestão, não sou membro para
3056 apresentar a proposta, mas deixo como sugestão a designação de algum integrante
3057 do comitê e, juntamente com algum integrante do mecanismo para que, novamente,
3058 sentasse com a DPU e tentasse fazer coincidir com uma agenda nessa perspectiva
3059 e uma visita ao local se poderia, sem dúvida, Fernanda, convidar o Ministério
3060 Público Estadual, Ministério Público Federal e, aí sim, dar a repercussão devida que
3061 o tema merece. Obrigado.

3062 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3063 Obrigada, Herbert. Agora seria a Miriam e, na sequência, a Fernanda.

3064 **Sra. Miriam Stephanie dos Santos (Suplente - Associação de Amigos e**
3065 **Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade) –** Bom-dia a todas e todos.
3066 Quando a mecanismo teve que ir na missão em Minas, eu acompanhei à inspeção
3067 na unidade feminina que tem em Belo Horizonte e em duas... Uma em Ribeirão das
3068 Neves, que é masculina e uma na... Que é a penitenciária LGBTQIA+ e os casos,
3069 os relatos de tortura que nós... Que eles nos passaram, são muito preocupantes,
3070 mas são muito preocupantes mesmo, principalmente na por metade feminina e na
3071 unidade LGBTQIA. Os relatos de tortura, a questão da comida, e qual a Elaine
3072 trouxe aí, a comida estragada, azeda. Inclusive, aqui em Minas, eles estão fazendo
3073 investigação, fazendo umas apreensões aí, mas por enquanto continua da mesma
3074 forma. E também o que preocupou muito a gente é a questão da medicação
3075 descontrolada. Quem precisa de medicação controlada, eles não fornecem, eles
3076 não dão e, que não precisa, eles obrigam a tomar, igual teve relato na unidade
3077 feminina. O que também preocupa de mais, o que deixou a gente bem preocupado



3078 é a questão a questão das auto mutilações, das tentativas de auto extermínio na
3079 metade feminina e na LGBTQIA. Na unidade masculina, um rapaz estava todo ferido
3080 pela porque os agentes prisionais e tentaram raspar... Tentaram não, rasparam as
3081 tatuagens deles. Ele não sabe dizer com que o objeto foi, porque eles tinham jogado
3082 spray de pimenta e ele estava completamente cego, então, essas denúncias de
3083 tortura está por todo o país, em todos os estados e, não é? Em todos os estados
3084 têm conhecimento da denúncia de tortura e, tanto a agenda, quanto as frentes,
3085 quanto a associação entre outros, faz as denúncias e não sei, parece que não se
3086 apuram, não joga para a frente e vão ficando... As torturas aumentam a cada dia
3087 mais, não somente as torturas físicas, mas também as psicológicas. Durante esse
3088 tempo de pandemia que as visitas sociais foram suspensas, o que mais se teve de
3089 denúncia foi de torturas, verdadeiras sessões de espancamento. Então, assim, é
3090 um caso bem preocupante, não é? A gente precisa ver onde fica isso, porque
3091 denuncia e não se faz nada, denuncia e continua da mesma forma. Então, assim, é
3092 muito preocupante a questão da mulher presa, não só da mulher, mas dos homens
3093 também. Mas das mulheres presas e das pessoas LGBTQIA, está
3094 preocupantíssimo. Igual aqui no presídio de LGBTQIA, no ano passado foram, se
3095 eu não me engano, 12 suicídios e 60 tentativas e, não é? Então, assim, está muito
3096 preocupante e essa situação, não só aqui em Minas, mas em todo os estados, ela
3097 precisa ser, igual a Elaine falou, colocar um freio, não é? Colocar um freio e ela
3098 precisa ser resolvida, porque na forma que está não dá mais para continuar.
3099 Obrigada.

3100 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3101 Fernanda agora.

3102 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) –** Obrigada,
3103 Presidenta, de novo. Bom, considerando o que o Rogério nos trouxe, de fato, lendo
3104 aqui o finalzinho do ofício da DPU, o que se percebe é que eles pediram a
3105 implementação... Deixa eu só conferir aqui certinho para não ser... A
3106 implementação... Monitoramento, na verdade, não é? Eles pediram missão conjunta



3107 de monitoramento voltadas à apuração de identificação de condições de
3108 segregação. Acontece que a nossa missão aqui pelo artigo 6º, é a implementação
3109 das recomendações do mecanismo e, com ele, se empenharem de algo sobre
3110 possíveis medidas de implementação. Eu vejo que o Rogério já trouxe aqui, que o
3111 mecanismo já está concluído, não é, Rogério? Por relatório ainda que fosse... Ainda
3112 que não na forma do protocolo ordinária de vocês, mas com as perguntas que
3113 conseguiram ir. Eu não sei se vocês passariam interessante... Interessante não,
3114 pertinente, não é? Dá urgência que foi colocada pela DPU e, até o Herbert bem
3115 colocou aqui, não é? A DPU é uma parceira do sistema, obviamente, de
3116 eventualmente a gente marcar uma extraordinária para saber dessas
3117 recomendações que o próprio mecanismo fez a partir do seu relatório e ele, a partir
3118 dessas, recomendações a adotar as providências cabíveis a de cobrança o dos
3119 órgãos locais como a Fernanda nos trouxe aqui de encaminhamentos possíveis. A
3120 minha preocupação até, Fernanda, é no sentido de saber a extensão das violações
3121 de quais foram cada uma das violações e quais as recomendações do que já foram
3122 realizadas de maneira que a gente possa atuar realmente nessa implementação,
3123 não é? Que é de qual nossa função aqui pelo nosso regimento, então, me parece
3124 que para a gente ter uma noção melhor da extensão das violações e do que já foi
3125 feito, do que já foi cobrado, qual o órgão já foi cobrado, é que a gente tenha acesso
3126 a essa... Ao que já foi feito pelo mecanismo. Então, com base no que foi pedido pela
3127 própria DPU que foi a implementação das medidas necessárias para que as
3128 violações cessassem. Então, Presidenta, esse é meu primeiro encaminhamento e
3129 que a gente vote acerca de uma reunião extraordinária para saber do relatório do
3130 mecanismo e adotar as providências de forma emergencial, de repente, já se
3131 valendo da resolução que votamos ontem, não é? Em caráter emergencial e
3132 eventuais audiências em reuniões em âmbito virtual. E a segunda preocupação que
3133 eu vou trazer aqui em relação à fala do Rogério, foi sobre falta de orçamento, não
3134 sei se já foi resolvida, Rogério. Acho que a 6, não é? A insuficiência do orçamento,
3135 na verdade, a palavra mais correta e das prerrogativas do mecanismo. Me chamou
3136 muito a atenção essa violação das prerrogativas, acho que é um precedente muito



3137 perigoso, não sei se vocês tiveram o apoio dos órgãos locais, do MPF. Ele recorda
3138 que isso aconteceu, salvo engano, no Pará na gestão passada do mecanismo e a
3139 época eles chamaram o MPF, salvo engano, até a polícia para fazer o uso das
3140 prerrogativas do mecanismo e me preocupou, realmente, que vocês não pudessem
3141 entrar em uma unidade prisional, porque isso é uma violação do sistema, não é? Se
3142 repetir, eventualmente, gera aí uma interrupção do serviço. Então, minha
3143 preocupação é contra... Em relação a esses dois pontos, porque de fato, na gestão
3144 passada a gente já tinha informações sobre a escassez de orçamento prejudicar as
3145 atividades do mecanismo e, se for o caso, nós vamos ter que fazer
3146 encaminhamentos também em relação a esses dois pontos para não prejudicar nem
3147 pensa pauta do Amazonas e nem as demais. Bom, então, fica feito o meu primeiro
3148 encaminhamento e aí, esperando essa é a complementação do Rogério para ver
3149 se teremos mais alguma coisa. Obrigada.

3150 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3151 Então, o Rogério está com a palavra.

3152 Sr. Rogério Duarte Guedes (Coordenação do MNPCT) – Obrigado, Presidenta.
3153 Então, um respondendo, Fernanda. Um reforço é que, mais uma vez, a missão não
3154 foi originada... Amazonas não foi originada pelo mecanismo, não é? Então, a gente
3155 estava muito mais como convidado do que com as nossas prerrogativas e
3156 metodologias de inspeção. Então, esse é o primeiro ponto e aí, entendo a
3157 importância e pertinência também dos achados que o CNJ colocará nesse relatório
3158 que a gente vai, de certa maneira, contribuir, mas o relatório substancial, a base é
3159 do CNJ. Então, talvez essa importância ou até essa interlocução, já que o CNJ
3160 também está acompanhando através do DNF. Então, talvez o cometer pensar nessa
3161 interlocução juntamente com o DNF do CNJ em relação à missão Amazonas. Sobre
3162 o orçamento, Presidenta e demais, o que aconteceu foi naquele período que a gente
3163 precisou aguardar a chegada do orçamento de 2022 e isso só foi possível no final
3164 de abril e maio, então, a gente ficou sem poder sair e fazer qualquer tipo de viagem
3165 para fora, mesmo com o planejamento já estipulado. As missões que eram para ter



3166 aconteceu em maio, acabarão acontecendo antes, mas depois se resolveu, porque
3167 o orçamento chegou, mas foi, de toda forma, um problema para a gente nessa
3168 reorganização e um arrocho de missões que serão em maio para a gente tentar
3169 contemplar o planejamento de 2022 como um todo e não atrapalhar os outros
3170 estados que a gente tinha planejado. Sobre a violação de prerrogativa, Fernanda,
3171 nenhum de nós que estamos aqui hoje viveu essa situação, porque se tratou de
3172 uma portaria de 2016 e da atual e, já era, juíza da vara de execuções aqui do DF,
3173 inclusive, teve uma situação que envolveu o SBT. O comitê, inclusive, participou
3174 das interrogações através da presidência do junto com o TJDFT para reverter a
3175 situação que foi não possível. E aí, no início deste ano, quando a gente então,
3176 colocou como planejamento possível de fazer a realização de missão na DF a partir
3177 de uma missão de uma formação interna entre a gente, a gente se deparou com
3178 essa situação e a gente falou: "E agora, a gente faz como para poder inspecionar o
3179 prisional?" E, como o comitê não está operante, nós procuramos ajuda e, quem nos
3180 ajudou, foi a DPU. Então, nós movemos uma ação... Na verdade, a DPU moveu
3181 uma ação a partir da nossa provocação que ela está nesse momento em curso. A
3182 gente já recebeu as informações de que ela já está conclusa para decisão do
3183 magistrado do tribunal federal aqui do DF. Então, assim, essa é a situação em
3184 relação ao DF. É claro que, a gente também, teve situações que envolveu violações
3185 de prerrogativas em Minas Gerais, acionamos o MPF através da PRDC em Minas
3186 Gerais contra então, assim, a gente tem trabalhado é atuado nesse sentido. Eu acho
3187 que um outro ponto em relação às missões, mas aí eu acho que deixa para falar do
3188 DF quando a gente falar dos relatórios do DF que a gente já fala também, inclusive,
3189 os encaminhamentos que a gente deu após a missão.

3190 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3191 Bom. Eu acho que não tem ninguém mais com a mão levantada. Que estava com
3192 a mão levantada esqueceu de abaixar. A gente começou essa discussão, na
3193 verdade, por conta do pedido da DPU de inspeções conjuntas e o que eu estou
3194 entendendo aqui é que não teria condições de fazer essas inspeções conjuntas
3195 esse aumento, mesmo porque o mecanismo que seria o responsável para fazer



3196 essas inspeções, as que o comitê poderia estar em conjunto, mas já inclusive
3197 fechou as agendas e não são esses estados que são contemplados. Acho que o
3198 que não impede que seja feita uma reunião, enfim, para que possa ser feito com
3199 planejamento para o próximo ano e para que a gente, enfim, pense de uma outra
3200 maneira, não é? E assim, acho que é importante pontuar, não é? Porque, o comitê
3201 de fato, ele ficou ausente por um bom tempo. A gente ficou sem o comitê, então,
3202 acho que a gente está se reestruturando nesse momento força então, seria
3203 importante, inclusive, na nossa reestruturação pensar nesse planejamento que
3204 fosse para o próximo ano. E a Fernanda trouxe aqui de 2 encaminhamentos que
3205 poderiam ser feitos a partir dessa discussão aqui, que um seria o agendamento de
3206 uma reunião extraordinária com o mecanismo para apresentar o relatório
3207 mencionado em relação às violações no Amazonas e pedir também a participação
3208 do CNJ e aí... Qual era um outro mesmo? A Fernanda pode falar do outro
3209 encaminhamento que ela tinha proposto.

3210 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) – Obrigada.**
3211 Na verdade, ia ser sobre o orçamento, mas o Rogério falou que já foi superada a
3212 questão orçamentária, então, não há nenhuma deficiência e, sobre as prerrogativas,
3213 ele mencionou também que estão sendo respeitadas agora, não é, Rogério? Então,
3214 eu acho que eu ia fazer o encaminhamento, mas como ele falou que já foram...
3215 Essas duas questões já foram resolvidas, acho que não precisa. Daí, o
3216 encaminhamento realmente fica para a reunião extraordinária para que se tenha
3217 conhecimento... Por um... Encaminhamentos, recomendações da expedição de um
3218 relatório... O mecanismo do CNJ e da própria DPU, que eu imagino que tenha e, a
3219 partir daí, a gente dorme às deliberações que são pertinentes em relação ao que já
3220 foi feito ou não foi feito, seja pela DPU, pelo mecanismo de pelo próprio CNJ. E aí,
3221 eu vi aqui no Chat que a Carolina Lemos também encaminhou... Também
3222 mencionou aqui, a Carolina Lemos do próprio mecanismo também mencionou um
3223 relatório sobre as inspeções em Minas que vão ao encontro das denúncias feitas
3224 com oralmente aqui anteriormente. Então, de repente nessa reunião extraordinária
3225 no mecanismo já poderia também reportar o relatório e as recomendações



3226 realizadas em relação à Minas Gerais para que a gente possa pensar nas
3227 implementações no âmbito do comitê.

3228 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3229 Tem alguém que levantou a mão... O Sávio levantou a mão.

3230 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Só fazer um destaque rápido
3231 aqui na minha fala anterior. Eu acho que com esse novo diálogo com a DPU, se
3232 tiver algum fato latente ou algum fato novo, nós podemos buscar uma revisão,
3233 inclusive uma ação extraordinária mesmo não prevista aí no mecanismo por causa
3234 dos motivos expostos pelo Guedes, nós podemos buscar uma ação extraordinária
3235 aí para atender essa demanda em algum daqueles estados lá, se tiver algum fato
3236 que justifique essa ação imediata do comitê e do mecanismo e aí, vai depender
3237 desse diálogo lá com a DPU.

3238 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3239 Bom, o que vocês acham então, dessa proposta da reunião extraordinária?

3240 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Presidenta, eu fiquei com uma dúvida.
3241 Essa reunião extraordinária, pelo que eu entendi, primeiro foi sugerida pela
3242 Fernanda com base no relatório do Estado do Amazonas, esse relatório mais
3243 recente. Esse relatório, pelo que eu entendi aqui, é um relatório do CNJ e a minha
3244 pergunta é: se tem previsão para esse relatório será lançado ou se não seria o caso
3245 de solicitar ao CNJ esse relatório para que tenhamos previsão de como marcar uma
3246 eventual reunião. E também, foi sugerido aqui pela depois mais para final agora, a
3247 questão de trazer o relatório de Minas, também me pergunto sobre se esse relatório
3248 estaria pronto, qual é a previsão de lançamento para a gente também dimensionar
3249 essa possível agenda extraordinária. E, voltando ao motivo que é um ofício da DPU,
3250 ele cita estados do Amazonas, Distrito Federal, Ceará, São Paulo, Pernambuco e
3251 Rio Grande do Sul, então, surgiu mais um estado, Minas Gerais, não é? Apenas
3252 essas dúvidas com relação a esse possível encaminhamento que está sendo falado.



3253 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Pois
3254 não, Rogério, para que possa ter essas respostas da data desse relatório, alguma
3255 coisa nesse sentido.

3256 **Sr. Rogério Duarte Guedes (Coordenação do MNPCT)** – Presidenta, sobre o
3257 CNJ, realmente a gente não tem a informação. Acho que teria que verificar com o
3258 pessoal do próprio DNF como que está essa produção. Em relação às colegas que
3259 foram, como já disse, elas já... A Cecília já até apresentou aqui o relato das colegas
3260 perita se já se tem, mas a totalidade do relatório a gente não tem esse dado. Do
3261 relatório também do mecanismo sobre Minas, por exemplo, que é uma missão que
3262 a gente se dividiu então, foram todas as membras em todos os locais, mas de minas
3263 a gente já pode responder que, nos próximos 15 dias, a gente deve ter finalizado e
3264 aí, já pronto para poder... O produto fechado para apresentar para esse comitê.

3265 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3266 Fernanda, está com a mão levantada?

3267 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Estou sim,
3268 Presidenta, obrigada. Então, em relação ao questionamento do João, eu acho...
3269 Penso, o João, que de repente a gente pode chamar o próprio CNJ para a reunião,
3270 não é? Como a gente já fez anteriormente com o pessoal da DEPEN, enfim, com
3271 os representantes de vários órgãos para deem explicações das violações que foram
3272 apresentadas é da própria DPU, para que especificam quais são as violações que
3273 se pretendem, cuja interrupção, se pretende eventualmente implementar eventual
3274 recomendação realizada. Lembrando do nosso objetivo enquanto comitê de
3275 implementar recomendações em regra do próprio mecanismo, mas enfim, a da
3276 DPU... Uma parceira do sistema, integrante do sistema, a gente pode pedir que ela
3277 mesma apresente essas recomendações, eventualmente, ações de já realizadas e
3278 que tipo de implementação o comitê estaria a cargo. O Rogério mencionou e, eu
3279 acho que no Chat, também não sei se foi a Carolina, que há o relatório do
3280 mecanismo, ainda que sucinto, sobre o Amazonas, não é? Ainda que tenha sido
3281 realizado em conjunto com o CNJ ou não, o mecanismo pelo que eu entendi, teve



3282 a sua participação e tem a sua percepção revisão do que foi encontrado ali em
3283 termos de violação, não é? Então, nesse aspecto aqui, foi solicitada a reunião
3284 extraordinária e já, também, trazendo aqui a própria questão de Minas Gerais que
3285 foi apontada como sendo também mais um cenário ali de violações graves em
3286 relação ao... Também o mecanismo já teria, o Rogério mencionou que está em
3287 andamento, mas já teria condições, daqui a 15 dias de apresentar para que a gente
3288 pudesse fazer a implementação.

3289 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Então, pela proposta da Fernanda
3290 seria aí uma possível extraordinária, convidando o CNJ, convidando o mecanismo...
3291 Isso?

3292 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – O
3293 Rogério está com a mão levantada, eu acho.

3294 **Sr. Rogério Duarte Guedes (Coordenação do MNPCT)** – Só um adendo,
3295 Presidenta, para que os membros e membros do comitê que já existe, sobretudo,
3296 dois relatórios sobre o Amazonas do mecanismo, não é? Um relatório de 2016 e um
3297 de 2019 após os massacres. Então, assim, ali já se apresentam recomendações e
3298 o olhar para elas, acho que é importante, porque muitas delas não foram
3299 cumpridas... Foram enviados documento, inclusive, da perita focal que é a Ana
3300 Walesca 0:50:36.6 do estado do Amazonas que não foram respondidas... Outros
3301 que foram. Então, assim, ela não está aqui na reunião para poder trazer essas
3302 informações, mas eu acho que olhar para esses dois relatórios e as recomendações
3303 que foram apontadas lá, eu acho que também dão substância para esse comitê.

3304 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3305 Bom, então, eu acho que seria interessante essa proposta... A Nana levantou a
3306 mão, pode falar.

3307 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – O Rogério
3308 trouxe uma questão que a gente discutiu na reunião da mesa diretora, não é? Que



3309 é exatamente as recomendações do mecanismo, os encaminhamentos dos ofícios
3310 para o cumprimento dessas recomendações e, considerando o nosso papel de
3311 cobrar da implementação dessas cinco redações aos estados, que seria importante
3312 a gente ter acessos ao que foi... Acesso assim, não integral, mas dizer assim: "Olha,
3313 encaminhamos o ofício para o MP dia tal e hora tal e nunca responderam." Para a
3314 gente ir para cima para cobrar, não é? Aí a gente tinha tirado isso na reunião da
3315 mesa diretora, de fazer essa solicitação tal mecanismo para que a gente cumpra
3316 com a missão que nós temos que cumprir o que é ficar... Ir para cima dos estados
3317 e das instituições competentes para que elas cumpram as recomendações do
3318 mecanismo.

3319 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
3320 acho que seria importante então, de fazer essa reunião extraordinária que aconteça,
3321 inclusive, se a gente pudesse os próprios relatórios do mecanismo de 2016 e 2019
3322 e agora essa última missão foi feita, não é? Ainda que tenha um relatório, que a
3323 gente ainda não viu um relatório CNJ, mas enfim, o uma vez convocando o CNJ,
3324 talvez esse relatório até se apresse a ficar pronto e, ainda assim, a gente tem as
3325 informações daquelas peritas que participaram da inspeção e que podem dizer para
3326 a gente, ainda que não seja, então, que se faça um relatório completo às violações
3327 de direitos encontradas no estado do Amazonas. Então, acho que seria pertinente
3328 que a gente tivesse essa reunião extraordinária.

3329 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, esse é o encaminhamento? Sendo
3330 esse encaminhamento, Presidenta, como você quer conduzir? Vai colocar em
3331 votação ou tem consenso?

3332 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
3333 acredito que tenha consenso, não é? Porque ninguém foi contrário à... Sávio
3334 levantou a mão.

3335 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A extraordinária, eu acho que ela
3336 está dependendo de algumas questões, inclusive, a possibilidade de o CNJ



3337 participar para apresentar um balanço prévio aí, porque como já foi dito, o Guedes
3338 a que apresentou que o mecanismo já esteve nesses locais, então, nós temos
3339 relatórios inclusive talvez, até para trazer para os novos integrantes aqui do
3340 colegiado. Então, para definir uma extraordinária, depende realmente de outros
3341 contratos anteriores e aí, a outra ressalva que eu faço, podemos sim, tendo essa
3342 prévia... Essa premissa do CNJ, enfim, a DPU também para participar, que façamos
3343 de forma virtual também. São essas as duas ponderações que eu coloco.

3344 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, Sávio, a suas ponderações elas
3345 podem ser traduzidas em uma outra proposta de ajuste nesse encaminhamento?
3346 Ou condicionante nesse encaminhamento?

3347 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Nós estamos definindo uma
3348 reunião extraordinária e aí, nós dependemos de outros fatores. Não depende
3349 apenas desse colegiado, então, eu acho que nós temos que ter a confirmação
3350 desses atores até para fechar essa reunião extraordinária. Então, não sei se ao
3351 longo agora alguém pode entrar em contato, não sei... Para ver se realmente o CNJ
3352 poderia trazer já essa apresentação, enfim, ou o colega da DPU trazer esses fatos
3353 motivantes aí desses estados para essa análise do pleno do. E aí, a segunda
3354 ponderação é que, se fizermos uma extraordinária, que façamos então, de forma
3355 virtual como a de hoje.

3356 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Miriam Stephanie continua com a mão
3357 erguida... Esqueceu? Depois, em seguida, temos a Fernanda Oliveira, com a mão
3358 erguida.

3359 **Sra. Miriam Stephanie dos Santos (Suplente - Associação de Amigos e**
3360 **Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade)** – Desculpa, João, eu esqueci
3361 de abaixar.

3362 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Tranquilo. Fernanda Oliveira levantou a
3363 mão?



3364 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Levantei.
3365 Sávio, acho que a gente pode definir pela realização da reunião extraordinária e
3366 ficar pendente apenas a data por causa da articulação com as outras instituições
3367 que precisam ser feitas, mas aqui a gente pode definir o que faremos, não é? Porque
3368 se não a gente só vai poder definir uma extraordinária na próxima reunião do comitê
3369 daqui há dois meses, aí já não tem nada de extraordinário, não é? Em relação a
3370 essa virtual eu já assumi, de princípio, que seria, porque no caso de uma reunião
3371 em extraordinária, não haveria nem sequer tempo hábil e tal, compra de passagem
3372 e toda a logística que precisa ser feita, a menos que que tivéssemos um fato
3373 extremamente grave que justificasse uma ação muito mobilizado, não é? não que
3374 não sejam graves as situações, mas sempre pode piorar, não é? Então, eu entendi
3375 dessa forma a proposta da Sofia.

3376 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – ANADEP, Fernanda.

3377 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
3378 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Obrigada, João. Rogério, só uma dúvida.
3379 Tudo bem que precisa do relatório do CNJ e é importante que a gente ter a inteireza
3380 das violações, mas as percepções do mecanismo pelo seu conhecimento, já vão
3381 trazer para a gente violações graves, porque o que eu penso é o seguinte: se tiver
3382 violação grave que tenha sido passado pela percepção do mecanismo, ainda que a
3383 gente não tenha uma completude de informações se, eventualmente, o CNJ e não
3384 conseguir trazer a tempo essa conclusão do relatório deles, me parece que ainda
3385 assim, dependendo do que vocês tenham apurado lá e das violações e, também,
3386 do que a DPU também provavelmente já tem de apurado e vá trazer, me parece
3387 que já seria suficiente para a gente, a partir das considerações que você já tenha é
3388 da própria DPU a gente possa lutar por providências emergenciais. Eu me
3389 preocupo, Sávio, até porque me recordo daquele relatório do Pará que foi trazido
3390 pelo mecanismo, me lembro até que fez a apresentação, que foi o Ribamar, e me
3391 recordo o quanto eram terríveis as denúncias, inclusive, sobre pessoas que teriam
3392 ficado em um local... Bebendo água da privada, então, eu menciono isso, porque



3393 realmente não sei o que foi que o mecanismo conseguir apurar. Ainda que não
3394 tenha a inteireza... Se vocês conseguiram perceber. Se tiver sido grave, que vocês
3395 conseguiram anotar, constar em relatório já por si só demande atuações
3396 emergenciais... Penso que, talvez, ainda que o CNJ porventura não conseguiu trazer
3397 o relatório dele, já seria importante a par do que vocês forem trazer, a gente adotar
3398 essas medidas emergenciais de implementação, considerando até, Rogério, que
3399 você trouxe já sobre serem violações sistemáticas que vem há seis anos, não é?
3400 Desde 2016. Então, não sei o que o Sávio pensa, mas de eventualmente o CNJ não
3401 conseguiu trazer o relatório, a gente, a depender do que o Rogério for trazer sobre
3402 a possibilidade de um prazo razoável para essa reunião extraordinária, a gente
3403 manter. E se o CNJ não conseguir vim, a gente fazer com base no que o próprio
3404 mecanismo vem nos proporcionar de informações, tendo em vista que, realmente,
3405 essa questão do Amazonas vencido ventilada, pela minha pouca memória, em
3406 algumas reuniões recorrentes. Até sendo do estado de Goiás, até pergunto, não é?
3407 Considerando as violações que, salvo engano, tinha até uma expressão também do
3408 estado de Goiás que, salvo engano, não chegou ao conhecimento, mas pode ficar
3409 de fora dessa reunião extraordinária, mas para que a gente programe também a
3410 eventual apresentação. Obrigada.

3411 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – Na**
3412 sequência aqui está o Romero.

3413 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
3414 **Organizações Populares, GAJOP) –** Oi, pessoal. Eu sigo na mesma linha da
3415 Fernando. Primeiro, é importante destacar que não cabe ao comitê nacional
3416 construir suas agendas a partir da perspectiva daquilo que pode vim dos outros
3417 atores, não é? Eu acho que é preciso que o comitê nacional, ele compreenda qual
3418 é a necessidade dessa extraordinária e está... Esse é o fato e está apresentado aqui
3419 essa necessidade, eu acho que a fala da Fernanda agora, ela traz um contexto de
3420 que um lapso de tempo e, sobre a qual, a gente conta com isso. Na ausência do
3421 comitê nacional, a demora dele ser dado posse e isso é um prejuízo muito grande.



3422 O fato do mecanismo nacional... Do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à
3423 Tortura não ter sido prioridade para o governo no sentido de assumir as suas
3424 prerrogativas, a partir daquilo que se propõe o comitê, então, nós temos um sério
3425 prejuízo a tudo isso que a gente está conversando agora. Eu acho que cabe agora
3426 uma responsabilidade muito grande dos membros desse mecanismo assumir
3427 celeridade aos processos e, sobretudo, nos casos de violações, não é? Não dá para
3428 normalizar a partir daquilo que: "Não, então, se já aconteceu, já tem um tempo
3429 então, a gente não tem um relatório em mãos." O que cabe a esse comitê assumir
3430 o seu lugar e sua institucionalidade, solicitar o CNJ, porque o inclusive, possa ser
3431 que a provocação desse comitê traga o alerta para o próprio CNJ da celeridade e
3432 da importância de que seja dada publicidade a isso e, por fim, ainda eu acho que a
3433 proposta da Fernanda, ela fechei isso dizendo: "Ainda que o CNJ, a partir dessa
3434 provocação do comitê nacional, que prioriza e deseja pautar todas as situações
3435 visualizada e violado o direito nessa visita, nessa inspeção o próprio mecanismo..."
3436 E aí eu acho que é bom ouvir o Rogério... O próprio mecanismo nacional, mesmo
3437 que não tenha sido uma ação específica que, compreendemos perfeitamente à
3438 metodologia e os fluxos naquilo que é ou de interesse nacional, porém, as
3439 percepções... É impossível que um mecanismo... Que um perito do mecanismo
3440 adentre e acompanha qualquer que seja a missão não tenha, no mínimo, as
3441 percepções e isso é fato e compreendemos, acreditamos em cada um e temos
3442 confiança no olhar o técnico de cada um dos peritos de mecanismo e das perguntas
3443 que acompanharam certamente. As impressões serão elementos suficientes para
3444 que se comitê traga encaminhamentos e pense em fluxos a partir do que vai ser
3445 apresentado, não é? Não podemos esperar. Eu acho que a frente, a partir do
3446 momento em que ela apresenta uma denúncia da situação da Bahia, nos alerta da
3447 necessidade de que precisamos priorizar e fazer com que violações de direitos,
3448 tratamento, violência e práticas de tortura não sejam algo que seja dito, apontado
3449 para o relatório dentro do espaço, sobretudo, do espaço como esse do Comitê
3450 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e a gente adentre em um fluxo de



3451 burocrático de tempo, de articulações, é preciso... Que possamos ganhar tempo a
3452 partir daquilo que já foi parado esse próprio espaço. Basicamente é isso.

3453 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3454 Bom, agora a gente teria o Sávio e, na sequência, a Maria Cecília.

3455 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Sim, eu fiz a inscrição. A minha
3456 sugestão é que nós temos uma reunião aí agendada e, a minha sugestão era
3457 convidar... Nós temos algumas opções nesse caso aqui, convidar os atores para
3458 participarem... Essa é uma faculdade também daqui e do CNPCT, convidados o
3459 CNJ e a DPU para a próxima reunião ordinária nossa e, talvez, até já com esse
3460 relatório do CNJ pronto para pegar e debater e ver o que realmente nós podemos
3461 trazer como... Porque que nós temos seis estados, não é? Então, até para a
3462 destacar a prioridade. As colegas também acabaram de apresentar aqui, nós temos
3463 questões da Bahia, Goiás, então, assim, tem um escopo de seis estados aqui e
3464 chamando esses atores, o CNJ e a DPU, nós podemos destacar o que seria
3465 importante, ainda para fazer esse ano. Essa é a minha primeira sugestão tem uma
3466 reunião ordinária. Programarmos agora, convidarmos os atores, fechamos os
3467 documentos e apreciar os na próxima reunião ordinária. Lembrando que a próxima
3468 reunião ordinária vai ser presencial, então, nós teremos dois dias de reunião integral
3469 ali para tratar desse assunto, não é? E aí, caso esse entendimento não... Os colegas
3470 não compartilhem desse entendimento, a minha sugestão é que marquemos a
3471 extraordinária para o mecanismo trazer esse balanço desses estados de novo, fazer
3472 um extrato dessas inspeções que já foram feitas, porque nós podemos preparar
3473 inclusive para o diálogo com os outros atores, não é? Para ver se tem algo ainda a
3474 ser feita, além daquela recomendação que já foi apresentada pelo mecanismo. São
3475 essas duas sugestões que apresento à presidência e os colegas.

3476 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Já
3477 vou passar a palavra para Marília Cecília e, na sequência, eu me inscrevi também
3478 para falar aqui... Não é? Manter a nossa ordem.



3479 **Sra. Maria Cecília** – Bom-dia. Respondendo um pouco as colocações da Fernanda,
3480 eu participei com a Ana Waleska 1:05:45.9 da missão Amazonas junto com o CNJ,
3481 não é? A gente teve uma preparação antes, uma reunião com alguns defensores
3482 públicos do Amazonas, eles estavam em Brasília, nós acabamos tendo uma reunião
3483 para nos inteirarmos mais da atualidade, porque do passado a gente já sabia e a
3484 gente tem sim, tem bastante material para ser discutido, independente, do CNJ, não
3485 é? Inclusive com fotos e, com entrevistas que nós fizemos. Nós fomos na capital, a
3486 gente não participou das missões no interior, por causa da logística mesmo e porque
3487 nós estávamos só em duas, não era viável ir uma equipe inteira até por questões
3488 financeiras. Então, a gente focou nos presídios da capital e, realmente, a questão
3489 da violação continua, não é? Todos aqueles relatórios antigos que tem das
3490 inspeções no Amazonas, a gente não teve mudança praticamente tem nenhuma,
3491 pelo contrário, acho que muita coisa até piorou, mas a gente teve alguns avanços
3492 nas interlocuções. Depois que nós votamos do Amazonas, pelo menos alguns
3493 ofícios começaram a ser respondidos, porque nós participamos, nessa última visita,
3494 de algumas reuniões com autoridades, fomos na Assembleia Legislativa para falar
3495 sobre a criação do mecanismo estadual e a gente conseguiu ser um pouquinho mais
3496 ouvido. Então, em cima dos ofícios que foram mandados agora, a gente começou
3497 a ter respostas sobre as denúncias de violações. Então, acho que dá... A Ana
3498 Waleska 1:07:36.1 está de férias, por isso que ela não está aqui hoje, mas a gente
3499 pode participar da reunião sim e estar mostrando... Não há um relatório modelo que
3500 a gente faz do mecanismo, porque a gente foi como convidado, mas a gente fez
3501 relatando tudo o que foi visto, inclusive, com fotos para estar mostrando para vocês,
3502 sem problemas.

3503 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3504 Antes do Rogério falar aqui, eu só queria falar em relação à proposta feita pelo
3505 Sávio. Eu discordo, eu acho que a gente deveria marcar uma reunião extraordinária
3506 como foi nos outros membros aqui com... Porque essas violações de direitos, elas
3507 estão acontecendo aqui agora enquanto a gente está conversando, não é? Então,
3508 a gente não pode esperar que, na reunião extraordinária daqui há dois meses,



3509 sendo que levando em consideração, inclusive, o prejuízo que a gente já ficou assim
3510 com o município há bastante tempo, não é? Então, não faria sentido que a gente
3511 deixasse para depois. O que não impede, mais uma vez de que, na reunião
3512 ordinária, estejam presentes presencialmente a gente possa convidar o CNJ e a
3513 DPU e inclusive para pensar nessas outras inspeções, enfim, inclusive essa
3514 proposta da DPU, etc., e que eles estejam presentes, mas eu acredito que a reunião
3515 deveria ser mantida de forma extraordinária para tratar exclusivamente, vocês me
3516 corrijam se eu estiver errada aqui, porque a gente falou de várias interseções, mas
3517 essa inspeção que foi conjunta com CNJ e que a gente poderia chamar o CNJ.
3518 Nesse sentido concordo, inclusive, com o Romero, eu acho que se a gente convoca
3519 o CNJ, isso pode até eles que eles sejam mais céleres na feitura do relatório é na
3520 conclusão do relatório, a gente está falando aqui da inspeção do Estado do
3521 Amazonas que foi conjunta. As outras inspeções que foram feitas no estado de
3522 Minas Gerais e eu não estou lembrando que o outro, não são inspeções que são
3523 conjuntas, não é? São inspeções do próprio mecanismo e isso a gente poderia tratar
3524 em afastado, então, acho que essa reunião extraordinária é, exclusivamente, para
3525 falar das violações contínuas no Estado do Amazonas desde... Antes de 2016, mas
3526 enfim, como marca o 2016 que foi o primeiro relatório ali é o próprio pelo
3527 mecanismo. Então, vou passar aqui a palavra para o Romero.

3528 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
3529 **Organizações Populares, GAJOP)** – Perdão, Sofia, eu fiquei com a mão
3530 levantada. Esqueci de abaixar.

3531 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3532 Está bom. Então, eu acho assim, o encaminhamento que eu proponho, não é? Que
3533 seja feita uma reunião extraordinária, que a gente convoque então, o CNJ, o próprio
3534 mecanismo que está aqui. A Maria Cecília já falou, inclusive, dessas violações que
3535 já seriam possíveis, até levando em consideração o que a Fernanda disse, se o CNJ
3536 não puder participar, mas para não vejo razão para o CNJ negar de estar nessa
3537 reunião, enfim, inclusive fez a missão conjunta com mecanismo de lá então, não



3538 vejo óbice nenhum para ele negar que esteja na reunião presente. Então, a gente
3539 marcaria uma reunião com a depender das atas também, sim, mas uma reunião
3540 virtual daqui a 15 dias e, não é? 15, 20 dias no máximo para tratar das questões do
3541 Amazonas e, na próxima reunião ordinária, a gente pode, se for o caso, convocar
3542 também o CNJ, convocar a DPU de que a gente pudesse tratar, se o mecanismo
3543 concordar, sobre essas outras expressões que foram feitas no Estado de Minas
3544 Gerais... Eu não estou lembrando agora outro estado, não sei se é Goiás...

3545 **Interlocutor não identificado** – Paraná, Presidenta.

3546 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3547 Paraná, isso, desculpa. Paraná pela para que a gente pudesse debater
3548 exclusivamente, que eu acho que o relator já vai estar pronto, os encaminhamentos
3549 para essas inspeções. O Augusto levantou a mão.

3550 **Sr. Augusto Luiz de Aragão Pessin (Suplente - Rede de Proteção e Resistência**
3551 **Contra o Genocídio)** – Bom-dia a todos. Conforme vão escutando e estando
3552 nessas reuniões, fico cada vez mais com a nítida sensação de que estamos em
3553 situação de emergência. Embora não pareça, porque os trabalhos eu volto a ser
3554 instalados agora, estamos lidando com um período de enorme de falta de
3555 funcionamento ilegal do comitê e, naturalmente, o que deveria estar ocorrendo
3556 nesse período não ocorreu, temos o exemplo trazido agora de a DPU ter sido
3557 procurada para intervir em uma coisa que o comitê poderia fazer. Procuraremos o
3558 senhor perito Rogério para entender que ação essa e se há algo que possa ser
3559 acompanhado, então, sinto que há algo como um sentimento de urgência que,
3560 naturalmente, com os escassíssimos recursos que temos, não vai ser possível
3561 atender de imediato e reparar esse período, mas acredito que devemos tentar pelo
3562 menos lidar com isso... Com esse sentimento de que é muito atrasado. E, portanto,
3563 a reunião extraordinária e parece urgente, necessária, e pediria em adendo,
3564 Presidenta, que obtenhamos a consciência de que se é possível ou não desde já
3565 assim que chegar, por exemplo, a notícia de que tal ofício não foi respondido ou que
3566 tal medida não foi tomada, que o comitê posso iniciar a emissão de ofícios de



3567 cobrança, de reiteração, que possa começar a estar desde já ao lado do mecanismo
3568 e das funções que ficaram atrasados nesse período para que não precisamos
3569 esperar a reunião extraordinária, que possamos pensar esse fluxo. Então, concluo
3570 assim pedindo se é possível incluir como adendo da deliberação por uma reunião
3571 extraordinária que, desde já, os ofícios do que sejam possíveis e necessárias de
3572 acordo com a consulta ao mecanismo, que sejam enviados. Obrigado.

3573 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**

3574 Bom, então, só para encaminhar aqui... Tem uma mão levantando aqui com... O
3575 Augusto, mas já abaixou. Então, só encaminhando... Augusto, da gente tem uma
3576 das pautas que seria do fluxo de encaminhamento, não é? Talvez possa ser algo
3577 que a gente possa discutir em relação ao fluxo, enfim, e pensar nisso que você está
3578 dizendo, mas em ter como encaminhamento a gente ficaria de ter a reunião
3579 extraordinária com a mecanismo, comitê, CNJ e DPU para tratar do Estado do
3580 Amazonas. Podemos concluir assim? Acredito que sim, então, a gente pode,
3581 enfim... João, você está... O único que foi está se ligado.

3582 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Presidente, pela ordem. O regimento

3583 interno no artigo 14, inciso viii e inciso ix, o Caio leu esses dois incisos contém. Eu
3584 queria ouvir a opinião do Presidente, da Presidente do plenário se, com base nesses
3585 incisos, nós temos a motivação para convocar a extraordinária.

3586 **Interlocutora não identificada –** Fazer valer as resoluções, regimentos, as
3587 atividades...

3588 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** O regimento interno, até para os colegas

3589 estarem cientes, está na nossa pasta, mas eu estou copiando do Chat aqui o artigo
3590 14.

3591 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** O que o João está colocando...

3592 Deixa eu ajudar aqui, João, nessa construção. O que o João está colocando é que
3593 a extraordinária, ela tem que ter um objeto muito específico e aí, nós estamos



3594 alegando aqui uma questão de uma urgência, não é? Esse documento da DPU, ele
3595 tem... Qual que é a data do documento na DPU? Se mandarem... Alguém tem essa
3596 data? Eu não tenho o documento aqui agora.

3597 **Interlocutor não identificado** – De dezembro do ano passado, Sávio.

3598 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Pois é, dezembro. Com isso não
3599 descaracteriza a importância do assunto, claro que nós temos que ver, mas como
3600 o colega do mecanismo colocou, nós já estivemos nesses estados. Nós temos um
3601 material já nesses estados, inclusive, alguns já foram apresentados no pleno, então,
3602 uma ponderação que eu fiz que nós temos dois dias em reunião ordinária
3603 presencial. Então, nós temos bastante espaço para trabalhar nessas
3604 recomendações, chamar atores e aí, marcaríamos uma extraordinária para pegar e
3605 reavaliar essas apresentações que o mecanismo que fez. O mecanismo
3606 apresentaria novamente ou dependeríamos apenas desses outros atores terceiros
3607 que eu disse, então, eu acho que nós estamos marcando uma extraordinária, mas
3608 sem foco, nós temos que definir que o foco... Para concluir aqui... Só para concluir,
3609 Sofia. Então, nós estamos marcando uma extraordinária sem foco, então, nós temos
3610 que definir bem o que será essa a extraordinária. Nós vamos... Novamente o
3611 mecanismo vai trazer os relatórios e vai destacar, desses seis estados, nós vamos
3612 fechar o escopo dos seis estados para o mecanismo fazer um balanço ou nós
3613 vamos chamar o CNJ e a DPU para pegar e destacar, dentro desses estados, o que
3614 precisaríamos fazer ainda este ano? A minha dúvida essa. Obrigado.

3615 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
3616 acho que a união tem um foco bastante preciso, foi o que a gente está discutindo...
3617 As inspeções no Estado do Amazonas que foram feitas em conjunto. Essa última
3618 foi feita em conjunto com o CNJ e eu acho que isso que a gente está discutindo. A
3619 questão... Eu fico assim um pouco sem compreender, para mim parece um pouco
3620 ilógico, é que a gente está aqui discutindo, enfim, já estamos há 40 minutos
3621 discutindo isso e assim, é simplesmente uma reunião extraordinária, não é? As
3622 pessoas estão, nesse momento, como eu disse agora sofre violações de direito,



3623 isso é o extraordinário por só, não é? Então, que eu acho que assim, eu não entendo
3624 é exatamente qual a questão de se levantar isso nesse momento, porque parece
3625 uma burocracia de uma coisa que assim, a gente tem que sim... De novo. Nós
3626 ficamos sem o comitê durante nove meses, então, a gente já está atrasado a priori,
3627 não é então, tudo que a gente deveria fazer aqui, de fato, já deveria ser o
3628 extraordinário, então, eu acho que tem um foco muito claro que é o que a gente está
3629 conversando e aí, eu acho que é só um pouco contra a producente 1:19:04.9 no
3630 sentido de que... Então, a gente discute e fala aqui, todo mundo chega em um
3631 consenso é de repente fala assim... Aí fica um silêncio e depois fala assim: "Mas
3632 então, o artigo aqui..." Bom, aqui... O que está dizendo para que o artigo que o João
3633 colocou? "Convocar reunião extraordinária para a realização do plenário sobre
3634 decisão referidas no inciso anterior." E aí assim, o que... Enfim, o que a gente está
3635 discutindo é uma coisa muito simples, não é? Então, eu acho pouco estranho que
3636 se tenha essa resistência para uma reunião. Eu vou passar a palavra primeiro para
3637 o Romero. Seu microfone está desligado.

3638 **Sr. Romero José da Silva (Suplente - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
3639 **Organizações Populares, GAJOP) –** Pronto. É porque eu estou com um problema
3640 aqui no computador. Não, eu muito me surpreendo com essa fala do Sávio agora,
3641 todo respeito, assim... A partir do que a gente está discutindo desde o início aqui, e
3642 dizer que a gente está sem foco aqui, a partir das violações de direitos apresentadas
3643 por órgãos e instituições para fazer inspeção e, sobretudo, poder pensar e alegar
3644 que não seria tanta urgência, porque esse relatório é desde dezembro. É importante
3645 destacar que não foi dado outros encaminhamentos, porque esse governo não deu
3646 a institucionalidade ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, é
3647 simples assim. É importante destacar que, o que nós estamos querendo pautar, se
3648 é o medo do governo de se apresentar e dar respostas, nesse momento as
3649 instituições que vão dar resposta não serão vocês, serão outros atores de, por si
3650 só, já há uma gravidade enorme. Muito me espanta também estar acompanhando
3651 a reunião e a gravidade do que está posto aqui e membros do mecanismo de estar
3652 buscando, dentro dos instrumentos, sabe? Fluxos burocráticos que impeçam aquilo



3653 que é a prerrogativa desse comitê, não é? Isso nos assusta e, inclusive, o senso de
3654 humanidade pela violação de direito sofrida pelas pessoas. É preciso que seja dito
3655 aqui. Esse é um espaço de institucionalidade, mas são pessoas que se apresentam
3656 aqui e, no mínimo, essas pessoas em nome, seja do serviço público, em nome
3657 daquilo que a atuação das organizações da sociedade civil se prestarem ao mínimo
3658 de que suas prerrogativas institucionais se apresentem aqui no campo da
3659 necessidade de que desse comitê promova aquilo que é vida, aquilo que a garantia
3660 o universal dos direitos humanos. Então, não faz sentido desse tipo de discussão e,
3661 aí, se é para pegar por vias daquilo que está posto no regimento, então, eu queria
3662 propor o seguinte: que o comitê agora aprovasse a recomendação para que nós
3663 pudéssemos, em reunião extraordinária, receber os relatórios do CNJ e receber os
3664 peritos do mecanismo para dar encaminhamento. Aí sim o inciso 2º faz a justificativa
3665 do que a gente está deliberado na assembleia anterior. Então, nesse sentido a gente
3666 aprovar a recomendação para o extraordinário e, a convocação do extraordinário
3667 teria toda a justificativa dentro daquilo que é o fluxo do regimento.

3668 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu não sei se tem alguém
3669 inscrito, mas como eu fui citado, não é?

3670 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3671 Tem a Fernanda, mas você...

3672 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A Fernanda?

3673 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Mas
3674 você pode...

3675 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Fica vontade, Fernanda, por
3676 favor.

3677 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Obrigada,
3678 Sávio. Só para mencionar que essa questão da tipificação trazida pelo João. Ela
3679 está cumprida, João, esse inciso VIII que você mencionou que é fazer cumprir as



3680 resoluções emanadas do plenário, nosso regimento é uma resolução, não é?
3681 Resolução nº 1, e lá no artigo 2º, inciso IX, fala em participar à implementação das
3682 recomendações do mecanismo, não é? E, com eles, se empenharem de algo sobre
3683 possíveis medidas de implementação. É então, nesse sentido, penso que está
3684 cumprido. Só essa questão, Sávio, obrigada.

3685 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3686 Obrigada, Fernanda. Eu até coloquei no Chat ali, depois eu compreendi com a fala
3687 da Sofia. A extraordinária é para tratar questões sobre o Amazonas, que teve CNJ,
3688 enfim, uma ação conjunta. Então, nesse sentido, nós temos sim um objeto
3689 específico dessa extraordinária, então, convidando os colegas de isso sendo
3690 possível, nós temos um objeto específico. Agora a fala que o colega como era
3691 colocou da GAJOP, já dialoguem com outros colegas da GAJOP também, eu acho
3692 que a primeira participação do Romero do colegiado, eu não sei se ele estava ontem
3693 quando a coordenação executiva fez uma fala de aí, eu ressalto, nós estamos tendo
3694 um período de defeso, viu, Romero do GAJOP? Nós estamos em um período de
3695 defeso. Nesse período, é vetado qualquer fala no sentido político partidária, então,
3696 nós temos que focar a partir das questões objetivas do colegiado e o que eu estou
3697 trazendo são questões objetivas do colegiado. Tem previsões de reuniões
3698 ordinárias e extraordinárias. Eu argumentei que nós podemos colocar todo esse
3699 balanço na reunião ordinária e aí, perguntei sobre questão ordinária, não falei nada
3700 de governo. Então, isso foi colocado ontem pelo colega João Lança eu reafirmo aqui
3701 em que estamos em um período de defeso, sem manifestações políticas partidárias.
3702 Agradeço.

3703 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3704 Bom, então...

3705 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Presidenta, eu coloquei o
3706 encaminhamento diante do que foi discutida, reunião extraordinária on line. Objeto:
3707 avaliar relatórios de inspeções no Amazonas e em Minas. Apresentação do



3708 mecanismo: convite à CNJ e DPU. Então, as participações é o comitê... A
3709 extraordinária será com o comitê, com mecanismo, CNJ e DPU.

3710 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3711 Sim, eu acho que isso. Então, a gente, enfim, já responde... Eu entendi... Estava
3712 falando que é só criar... Colocar um adendo que a vida ela é política, não é?
3713 Qualquer decisão, qualquer fala que a gente fale, ela é política, não é? A gente está
3714 aqui em um ambiente, embora seja... A gente está em um governo, mas qualquer
3715 decisão que a gente tome aqui ou que a gente tome no âmbito do comitê, ela é
3716 política. Então, a gente não vai fugir disso de qualquer maneira, porque as decisões
3717 elas são atravessadas por isso, não é?

3718 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** É porque, Sofia, esse colegiado
3719 aqui está previsto em lei, que é um colegiado de estado, então, qualquer registro
3720 nosso aqui...

3721 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Eu
3722 posso não fala governo, mas aquilo que a gente faz e como a gente se manifesta é
3723 um ato político, não é? Então, eu posso não dizer "Governo" Eu posso dizer "O
3724 comitê ficou parado seis meses, não é?" Mas assim...

3725 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** É porque a lei prevê uma
3726 restrição nesse período pelo então, essa restrição que todo... É a lei eleitoral. Todos
3727 temos essa restrição.

3728 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3729 Compreendo. Então, vamos fechar assim, esse ponto?

3730 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Presidenta, eu incluí a sugestão da
3731 Fernanda Oliveira de colocar a Frente Pelo Desencarceramento do Estado do
3732 Amazonas como convidado. Mais sugestões com objeções para a gente passar isso
3733 para quem? Temos aí consenso ou objeções? Não? Presidenta, com a palavra aí
3734 para pronunciar.



3735 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3736 Então, a lene gente, por deliberação comum do pleno, a gente tem acordo em uma
3737 reunião extraordinária que vai acontecer daqui a 15, 20 dias com a presença então,
3738 o mecanismo, do comitê, do CNJ e da Frente pelo Desencarceramento do Estado
3739 do Amazonas para discutir as questões do Estado do Amazonas.

3740 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Por uma questão até de ordem aqui para
3741 a definição desse encaminhamento, a Fernanda colocou 20 dias. Não estava isso
3742 aqui no encaminhamento. Querem colocar para ver se tem objeção de 20 dias, 15
3743 dias? Tem alguma objeção?

3744 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Eu
3745 falei que talvez tenha passado que ela, mas...

3746 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Perdão então.

3747 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Não
3748 tem problema nenhum, João, mas eu acho que a gente pode fechar em 15, 20 dias
3749 essa reunião extraordinária até mesmo para dar tempo, enfim. A reunião da Mesa
3750 Diretora é no dia 31 de agosto, então, acho que a gente fica sendo essa reunião da
3751 Mesa Diretora no dia bom inclusive, não é?

3752 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Eu posso colocar 20 dias então? Eu acho
3753 que 15 dias e fica bem apertado.

3754 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3755 Pode.

3756 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** João, como é uma extraordinária,
3757 nós temos que fechar o escopo. Essa é minha fala desde o início, então, nós vamos
3758 marcar uma extraordinária daqui a 20 dias para tratar sobre o Amazonas com outros
3759 atores e, a outra indicação que eu faço, além de ser virtual, um período pela manhã.
3760 Os colegas do governo têm diversas outras agendas. Eu coloco essa ponderação



3761 aqui, porque a mesma situação minha com outros colegas do governo, eles
3762 acompanham diversos assuntos, então, minha ponderação é que essa reunião
3763 extraordinária seja realizada pela manhã para tratar daquele assunto específico.

3764 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Estou colocando aqui no
3765 encaminhamento. Então, coloquei que novamente. Obrigado aí pela paciência,
3766 Presidenta, reunião extraordinária on line daqui... Ficou errado aqui, mas... Daqui a
3767 vinte dias no período da manhã. Objeto... Avaliar relatórios inspeções no Amazonas
3768 de Minas Gerais, esse é o objeto fixo. Apresentação que será trazida pelo
3769 mecanismo. Serão convidados CNJ e DPU e, também, a Frente pelo
3770 Desencarceramento do Amazonas. Participações: comitê, MNPCT CNJ, DPU e a
3771 frente pelo desencarceramento. Tem também o Paraná aqui que o Rogério colocou.

3772 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3773 Espera aí, agora me perdi aqui. O que a gente vai discutir essa reunião
3774 extraordinária são as questões do Estado do Amazonas, só, não é? E aí, depois, na
3775 reunião ordinária a gente vai discutir as inspeções que foram feitas pelo mecanismo
3776 sem estar com a missão do CNJ. Ou seja...

3777 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mas só do Amazonas.

3778 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Do
3779 Paraná e... É só do Amazonas.

3780 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Na ordinária, pode incluir todas
3781 as outras pautas, não é, Sofia? Eu acho que foi isso que a Sofia colocou, viu, João?
3782 Na ordinária, podemos concluir todas as outras pautas e aí pendentes.

3783 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É isso que eu quero ter clareza mesmo
3784 para ficar definido aqui.

3785 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3786 Assim, na ordinária, a gente não sabe como vai ser a reunião. A agente não teve



3787 acesso, inclusive, às próprias relações, não é? Então, pode ser que na ordinária, da
3788 Mesa Diretora, enfim, seja uma conclusão de que tem uma pauta específica para
3789 tratar do Estado do Amazonas para reunião ordinária. O que não... Assim, junto com
3790 isso faremos também a apresentação do relatório do mecanismo do Estado de
3791 Minas, na inspeção feita no estado de Minas Gerais e no Paraná que há coisa
3792 diferente, porque não é uma missão conjunta com o CNJ, então, também não está
3793 na reunião ordinária... Não está na reunião extraordinária e sim na ordinária.

3794 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Então, para extraordinária ficou com
3795 esse último encaminhamento para diz que eu copiei agora, não é? Correto? União
3796 extraordinária on line daqui a 20 dias no período da manhã. Objeto: avaliar relatório
3797 de inspeção Amazonas. Apresentação do mecanismo: convite ao CNJ, DPU de
3798 frente pelo desencarceramento do Amazonas. As participações são esses órgãos
3799 que eu citei.

3800 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3801 Exato. É isso mesmo.

3802 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, à disposição para a gente seguir.
3803 Parece que já ficou aprovado o encaminhamento por unanimidade.

3804 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Aí
3805 na ordinária, a gente curte Goiás, Paraná e Minas Gerais.

3806 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Isso. Aí a gente pode, na Mesa Diretora,
3807 sugerir a inclusão dessas pautas. Se já quiser fazer o encaminhamento aqui. O
3808 encaminhamento: pautar... Acha necessário, Presidenta?

3809 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3810 Acho que não precisa a gente fazer, enfim, já está bem claro para a gente aqui da
3811 Mesa Diretora...



3812 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Encaminhamento 2: pautar na próxima
3813 RO apresentação dos relatórios de inspeção é em Minas Gerais e Paraná.

3814 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – E
3815 Goiás.

3816 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – E Goiás.

3817 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3818 Bom. Então, a gente pode passar para o próximo ponto da pauta? Que seria a
3819 instituição dos grupos de trabalho, não é? O que a gente tinha discutido na Mesa
3820 Diretora seria a criação de dois grupos de trabalho. Em para discutir as audiências
3821 de custódia e outra, as visitas dos familiares e a visita íntima. Eu acho que seria
3822 importante, o João pode me lembrar da composição do grupo, quantas pessoas
3823 estariam dentro dos grupos de trabalho para a gente fazer uma definição aqui de
3824 quem comporia esses grupos.

3825 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta, nós fizemos uma busca com
3826 relação às experiências do CNPCT com os grupos de trabalhos temáticos e
3827 semelhantes a esse e nós descobrimos que o CNPCT não tem essa experiência
3828 consolidada. Nós temos, em algumas atas, relatos poder instituição desses grupos
3829 de trabalho, porém nós não temos a experiência realizada e, a partir disso então,
3830 nós pegamos um modelo do que a gente apurou que foi sugerido nas emissões que
3831 isso foi discutido e temos um modelo para sugerir, esse é um primeiro ponto. E
3832 fazendo aqui um adendo de que nós vamos fazer uma busca de quais atas isso foi
3833 discutido, porque foi solicitado na Mesa Diretora, não esqueci desse pedido,
3834 faremos uma busca, mas posso afirmar que fizemos uma busca a respeito das
3835 experiências de trabalho efetivo de funcionamento e não... O CNPCT ainda não teve
3836 experiência de grupo de trabalho que teve funcionamento efetivo como grupo de
3837 trabalho na sua tradição, não é? E aí, segundo ponto, Presidenta, foi sugerida na
3838 Mesa Diretora esses dois grupos de trabalhos. Trouxemos aqui então, um modelo
3839 para a gente pautar, seu não engano um modelo de seis integrantes, e ficou



3840 conversado também que a gente antecipar essa consulta aos membros. Porém
3841 aqui, enquanto coordenação de apoio, nós avaliarmos no regimento de como seria...
3842 Essa é uma competência do plenário, ou seja, o plenário aprova um grupo de
3843 trabalho, nós ficamos aí de... Com a avaliação de que pautar coisas prévias ao
3844 plenário, são materiais de Ad Referendum e a gente não teve esse Ad
3845 Referendum... Essa decisão de ser tomado esse Ad Referendum pela qualidade da
3846 discussão que é... Que determinariam mais elementos, então, nós deixamos para
3847 pautar isso daqui. Peço, inclusive, a suma responsabilidade nas próximas
3848 oportunidades nas alinharmos, com antecedência, esses tipos poder propostas,
3849 porque essas propostas com elementos podem vir dos membros, aí sim, com
3850 solicitação dos membros da coordenação de apoio pode fazer circular a informação,
3851 mas deixamos então, para pautar isso daqui. E a nossa sugestão é, conforme o
3852 modelo, nós indicarmos aqui... Primeiro, avaliarmos o interesse e, caso o plenário
3853 entenda que interessante indicarmos, passarmos aqui para indicar possíveis
3854 interessados em compor e esse grupo já indicado em minuta a portaria com o seu
3855 objeto, o plano de trabalho, o tempo de duração que está previsto no regimento
3856 interno também, que ele tem que ter um tempo de duração do seu objeto e isso já
3857 vai ser um encaminhamento, já vai ser algo prático do grupo de trabalho na minha
3858 visão e aí, na próxima plenária fica validado, formalizado sem prejuízo de que esse
3859 grupo já terá trabalhado no documento inicial para que as temáticas que sejam
3860 discutidas dentro do grupo de trabalho. É então, concluindo aqui, eu peço... Devolvo
3861 a palavra, Presidenta e sugiro que, em seguida, não havendo com outras
3862 considerações em relação ao que eu falei com o havendo, mas em seguida, que
3863 seja apresentada, ou seja, a ideia partiu de quem virtual seria a ideia... Os
3864 elementos dessa ideia de formalizar o grupo de trabalho. A Fernanda não entendeu.
3865 Perdão, não fiz... Não foi efetiva minha comunicação, Fernanda.

3866 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Bom, acho
3867 que eu que não alcancei, João.

3868 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Está bom.



3869 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Foi uma
3870 falha na comunicação aqui bilateral, mas eu não entendi na verdade. A proposta de
3871 pauta é a criação dos grupos de trabalho sobre visita de audiências de custódia. O
3872 tema da audiência de custódia foi muito presente nessa época da pandemia em
3873 virtude de em alguns estados, inclusive no estado de Goiás, Sávio, na qualidade de
3874 Presidente, então, à época foi muito solícito em considerar, inclusive, uma proposta
3875 do Anderson que não se encontra mais com a gente no comitê, mas sobre um
3876 questionamento das audiências de custódia que estavam ocorrendo de forma
3877 completamente legal só por escrito. Embora tenhamos voltado às atividades
3878 presenciais de uma forma em geral do estado brasileiro, a gente percebe que a
3879 retomada das audiências de custódia na forma presencial, não foram
3880 acompanhadas em todos os estados pela então, penso que em relação por exemplo
3881 as audiências de custódia, não há dúvidas quanto à importância de um grupo de
3882 trabalho que possa apurar... Desculpa... Estado atual desse instrumento tão
3883 importante de prevenção e combate à tortura em todos os estados, não é? E aí, eu
3884 imagino que, realmente, cada grupo de trabalho vai ter a sua forma de atuação
3885 conforme, obviamente, o nosso regimento sem que se extrapole ali as prerrogativas
3886 é possibilidades de atuação do membro do comitê de integrantes do grupo de
3887 trabalho. A previsão de criação do grupo de trabalho, também a previsão regimental
3888 conforme, inclusive, o recebimento de denúncias, a Mesa Diretora pode propor a
3889 criação de grupos de trabalho, eu acho que por isso estamos aqui tratando do tema.
3890 E, a questão das visitas, seguindo o mesmo caminho das audiências de custódia
3891 vemos que, infelizmente, apesar de termos retomado todas as atividades
3892 presenciais de uma forma em geral em todos aspectos, seja da economia ou
3893 sistemas jurídicos, enfim, das atividades econômicas ou estatais certo que, temos
3894 recebido muitas denúncias, inclusive, as que analisamos no âmbito da Mesa
3895 Diretora sobre a situação das visitas de não terem sido retomadas e bem assim das
3896 visitas vexatórias que temos conhecimento de que, pelas próprias denúncias que
3897 foram apresentadas, de terem sido intensificadas obviamente em desconformidade
3898 com o entendimento do próprio conselho nacional de políticas penitenciárias. Então,



3899 também penso que não temos nem uma objeção na criação de um grupo de
3900 trabalho para apurar a situação das visitas de uma forma em geral como estão
3901 sendo realizadas, se foram retomadas, se não foram presencialmente ou se estão
3902 sendo realizados virtualmente ou se não estão sendo realizadas de extrapole uma
3903 forma, penso que... Acho que tivemos uma fala, inclusive, hoje aqui denunciando o
3904 estado... Das visitas no Estado de Minas Gerais também como sendo violação às
3905 garantias asseguradas legal e constitucionalmente. Então, penso que também não
3906 é nenhum tipo de objeção, porque um grupo de trabalho foi apurar a situação. Eu
3907 penso que se a gente tiver que delimitar, ter algum tipo de delimitação, os grupos
3908 de trabalho vão apurar a funcionamento desses instrumentos de prevenção e
3909 combate à tortura, a audiência de custódia e da garantia de contato com a
3910 comunidade pela apresentação que é assegurada à nossa legislação em
3911 resoluções do próprio Conselho Penitenciário Nacional. Então, acho que... Por isso
3912 que eu não entendi, eu estou explicando aqui de forma bem prolixa o que eu não
3913 entendi. Mas aí a gente está aqui nesse diálogo que...

3914 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Fernanda, por esclarecer para
3915 o plenário a proposta.

3916 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3917 Bom, uma vez que a Fernanda disse aqui bem minuciosamente a importância
3918 desses grupos de trabalho de cada um dos temas, que foi o que a gente tinha
3919 pensado na Mesa Diretora, acha que a gente pode de instituir esses grupos de
3920 trabalho e ver as pessoas que estariam interessados em participar, então, desses
3921 grupos de trabalho, não é? E aí, eu só queria perguntar de novo... Eu... A Fernanda
3922 já tinha falado de eu não estava na reunião anterior, eles estavam no aqui como
3923 convidados da ANADEP, mas que tinham tido os grupos de trabalho sim no biênio
3924 passado, não é? Mas eu queria só entender de novo, João, porque eu acho que eu
3925 acabei me perdendo, o qual seria a composição para a gente definir o que já quem
3926 participaria de que grupo de trabalho.



3927 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta, da gente fez uma sugestão,
3928 tem um modelo que se a coordenação de apoio puder compartilhar, mas não
3929 prejudica. Uma sugestão de seis representantes, 6 membros. 3 da sociedade civil
3930 e 3 do governo.

3931 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – João, eu acho que 6... Desculpa,
3932 Sofia Presidenta... 6, eu acho que vai ficar muito pesado do, porque são dois GTs
3933 e nós temos distribuição de denúncias também. Eu acho se colocar nos seis
3934 membros do colegiado, eu acho que pode complicar outras atividades aí. É uma
3935 sugestão diminuir um pouco esse GT.

3936 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Desse modelo, a gente não colocou seis,
3937 então, fica para deliberação aí o melhor número.

3938 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
3939 gostaria de entender só uma coisa. Se a gente não tiver a composição completa,
3940 por exemplo, dos membros da sociedade civil para participar dos grupos de
3941 trabalho, mas o governo, como que acontece isso hoje? Ou teriam dois membros...
3942 Se fosse 2, fosse 3 nesses grupos de trabalho para não inviabilizar a criação do
3943 próprio grupo.

3944 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ficou baixo para mim. Eu não entendi
3945 com clareza.

3946 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3947 Não, a pergunta é a seguinte: se não tiver, não é? A ideia é viabilizar o grupo de
3948 trabalho, então, eu acredito que a sociedade civil vai estar nos dois grupos de
3949 trabalho e vão ser números de pessoas inscritas, mas eu gostaria de entender é
3950 relação a essa paridade se, eventualmente, o governo não puder estar presente
3951 nesse número dos grupos trabalho para não inviabilizar os grupos de trabalho, é só
3952 isso que eu gostaria de compreender.



3953 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Se eu entendi sua pergunta, eu percebo
3954 duas... Deixo aí para todos também interpretarem e responderem, mas eu percebo
3955 duas situações. A primeira é com relação à participação da sua composição original.
3956 Essa participação na sua composição original precisa de um compromisso do
3957 governo, uma vez que para instituir um grupo de trabalho o quórum é 3/5. Uma vez
3958 constituído, teve o consenso no quórum, foi constituído da forma que foi o número
3959 que foi decidido com a participação do governo nessa decisão. Uma vez que está
3960 constituído grupo, caso o grupo... O governo não possa participar, comparecer nas
3961 reuniões, aí é uma decisão interna que o ato de constituição pode tomar. A
3962 deliberação do grupo de trabalho vai ser por tantos. Em caso de ausência,
3963 desempate, vai ter um quórum mínimo para essas reuniões ser instaladas aí fica a
3964 critério do ato para decidir sobre isso.

3965 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
3966 Será que a gente...

3967 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Posso complementar, Sofia, a
3968 resposta do João aqui? Os GTs são instituídos, não é? Tem esse quórum que o
3969 João falou, mas a atividade vai acontecer é independente... Os colegas estarão
3970 representando suas entidades e o governo lá, mas as atividades acontecem e o
3971 produto disso será apresentado ao pleno. A Fernanda destacou... São os assuntos
3972 importantes, principalmente durante a pandemia, inclusive, foi citado o caso de
3973 Goiás. Não sei se nós obtivemos algum retorno, enfim, daquela provocação formal
3974 que aconteceu no tribunal que estava realmente fora da curva apenas por uma
3975 petição nos autos, mas o GT acontece de qualquer forma, os assuntos são
3976 importantes e a minha ponderação que eu fiz foi com relação apenas a... Porque a
3977 distribuir temos várias atividades hoje. Denúncias e também essas atividades do
3978 GT, não é? Apenas de diminuir o quórum para pegar... Ficar viável, não ficar apenas
3979 no papel, não é?



3980 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
3981 Então, levando em consideração essas... Vocês acham que uma composição de
3982 quatro pessoas nos grupos de trabalho, que eu acho que seria viável.

3983 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) –** Sofia, se
3984 me permite, Presidenta. Salvo engano, nós tivemos assim que começamos em
3985 2019... Eu acho que foi em 2019... A Cândida, que ainda está aqui conosco, tinha
3986 participado junto, salvo engano, com um membro do governo que se chamava
3987 Lucas à época... Que se chamava não, que se chama Lucas... Que estava presente
3988 à época na representação e àquela época foi feito um grupo de trabalho e não sei
3989 se Cândida está presente, poderia compartilhar como foi feito, se teve... Quais foram
3990 as burocracias, enfim, se teve alguma formalização você foi realmente só uma
3991 delimitação da quantidade e deixando mais a cargo do grupo de trabalho as
3992 conclusões das denúncias, etc.

3993 **Sra. Cândida de Souza (UFRN) –** Isso, Fernanda, bem lembrado. Bom-dia, gente.
3994 Então, foram dois grupos de trabalho, não é? Um foi para a elaboração do edital e,
3995 o outro, já foi a própria comissão que iria ser a comissão de instalação do edital.
3996 Foram dois grupos diferente. Nesse normativo que a gente, enfim, o instituiu foi uma
3997 decisão do plenário, não é? Decidiu na hora quantas pessoas poderiam participar,
3998 decidimos que iria ser paritário de assim fizemos. E essa questão da participação
3999 oficial, digamos assim, do próprio GT, na verdade, esses GTs normalmente
4000 apresentam produtos, digamos assim, então, são coisas muito objetivas. Então, ok,
4001 vai haver um consenso que vai ter uma reunião que, ok, decidimos que são quatro
4002 pessoas, 2 membros de governo e 2 membros da sociedade civil. Obviamente, a
4003 gente trabalha no sentido de que todo mundo para poder naquele horário, mas a
4004 gente sabe que cada um tem suas agendas e às vezes algumas pessoas fazem
4005 mais do que outras, porque essas outras estão fazendo aí em outros grupos mais
4006 do que tantas outras, não é? E assim acontece. Por exemplo, na nossa comissão
4007 de seleção a gente... O protagonista foi mais na parte do governo de Sávio, porque
4008 Marco estava lá fazendo as coisas dele junto com a ministra e o Ezequiel, muitas



4009 vezes, não poderia comparecer, então, foi o Sávio que esteve presente em todas
4010 as oficinas do nosso lado, eu e Caio ali na frente e tal, enfim. Ou seja, isso varia,
4011 então, a gente entregou o produto final do GT independente de qualquer coisa.
4012 Define-se que é paritário e a questão é que hoje tem funcione da forma como tem
4013 que funcionar sem muita burocracia, não é? Decide e define, foi assim que a gente
4014 se organizou da última vez.

4015 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4016 Obrigada, cãndida. A então, acho que a gente pode definir assim, não é? Que os
4017 GT esses são compostos por quatro membros, 2 da sociedade civil e 2 do governo
4018 e a gente poderia, enfim, definir aqui quem seriam as composições, não é? Eu me
4019 inscrevi para estar no grupo sobre as visitas e sobre... Não sei como ficou com
4020 nome, enfim, visitas vexatórias, mas gostaria de saber se entre membros e da
4021 sociedade civil e governo que mais se inscreveria para os grupos.

4022 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) –** A Maria
4023 Felipa tem interesse de estar no das audiências de custódia, porque a gente já está
4024 trabalhando com isso.

4025 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Eu vou indicar aqui, aí
4026 conversarem com os colegas do MJ. Como nós temos representação do DEPEN e
4027 da SENASP também, talvez seja interessante acompanhar a questão de visitas
4028 externas e visitas íntimas, porque também tem o escopo da segurança nos locais
4029 de privação de liberdade, não é? Então, se os colegas pudessem integrar esse GT
4030 e, o outro audiência de custódia, eu acho que é amplo, poderia ser para qualquer
4031 representante acompanhar esse GT. Apenas uma sugestão, como sugestão.

4032 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Eu sugiro ali que a gente coloque naquela
4033 minuta em itálico 1:51:20.7 por gentileza, a Débora ou a Natália, definirmos os
4034 pontos. Primeiro, o artigo 1º que define objeto, então, a proposta do objeto. Se isso
4035 foi deliberação tem que estar aqui definido qual a proposta do objeto. Aí a
4036 composição e, depois, o prazo para os trabalhos, não é? Então, sugiro que aqui,



4037 essa primeira aqui... Pode copiar no mesmo documento desses artigos e a gente
4038 depois ajusta em dois. Então, a audiência de Custódia... Fernanda, você pode me
4039 ajudar a colocar aqui a definição do objeto?

4040 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Claro. Até
4041 se puder inclui ao lado de audiência de Custódia para não esquecer os
4042 adolescentes, as audiências de apresentação ou nos estados que tiverem audiência
4043 de custódia também para adolescente... Só Minas Gerais tem audiência de Custódia
4044 para adolescente, mas fica instituído o grupo de trabalho com finalidade...

4045 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Só um minutinho. Débora, pode ir lá para
4046 o artigo 1º para a gente já aproveitar... Isso, por favor. Com a finalidade...

4047 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – De
4048 averiguar as condições de regularidade e funcionamento de audiências de custódia
4049 e nas audiências de apresentação de adolescentes após... Não sei se a gente pode
4050 dizer que acabou a pandemia, não é? Mas é nesse momento, após o período de...
4051 Como foi que a gente chamou o período aí durante a pandemia que não teve
4052 atividade... De isolamento da pandemia...

4053 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Aquela... Como a que foi daquela?
4054 Estado de emergência, que eu ia falar.

4055 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Do estado
4056 de emergência, perfeito. Obrigada, João.

4057 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Após...

4058 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** –
4059 Encerramento do estado de emergência decorrente da pandemia.

4060 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Após o encerramento...



4061 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Olha, se
4062 quiser acrescentar tendo como parâmetro, mas eu acho que não precisa, não é?
4063 Nos parâmetros legais e convencionais, mas acho que isso já é...

4064 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como assim? Seria... Acha que é
4065 importante para definir um objeto ou é acessório mesmo?

4066 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Acho que
4067 é acessório, está ótimo. Regularidade, funcionamento...

4068 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Aqui, Débora, é entre aspas
4069 adolescentes, mas qual que seria um termo que? São menores e adolescentes
4070 mesmo? Porque quando eu falei na minha aula de direito penal... De menores, estou
4071 meio...

4072 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – É
4073 "Adolescentes", não é? Não fala...

4074 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Adolescentes, não é?

4075 **Interlocutora não Identificada** – Adolescentes, gente. Crianças e adolescentes. O
4076 ECA.

4077 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Crianças e adolescentes. A aplicação de
4078 crianças e adolescentes, isso...

4079 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Não, de
4080 adolescentes só, porque a criança não vai para a audiência de Custódia não, João.

4081 **Interlocutora não Identificada** – É "adolescentes" É porque eu citei o ECA para
4082 dizer que tem crianças e adolescentes, conforme o ECA é isso.

4083 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Apesar de que a convenção dos direitos
4084 e da criança, aquela com edição da ONU, considera a criança a ter 18 anos, então,
4085 estou muito desatualizado da técnica lá.



4086 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Está
4087 certíssimo. Aí eu não sei se a gente põe a regularidade do funcionamento, não é?
4088 Eu falei errado. Regularidade de legalidade do funcionamento. Pode ser
4089 regularidade do funcionamento.

4090 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Produções de regularidade e... Só isso?

4091 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – O
4092 funcionamento, não é? É "funcionamento mesmo", não é?

4093 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Regularidade no funcionamento de
4094 audiência de Custódia. Ok. Então, aí temos alguma sugestão, objeção a esse
4095 objeto? Não havendo, aqui na sociedade civil, eu vi que Maria Felipa se para um
4096 ficou para essa, correto? De audiência de Custódia... Só coloca aqui na frente
4097 "Sociedade civil" Débora. Instituição da sociedade civil: lá na frente lá, já está aqui...
4098 Isso, só trocar esse "ponto e vírgula" Por "dois pontos" E, por gentileza, coloca:
4099 "Associação... A assessoria popular..." Confirma, Fernanda? Pode fazer só o joinha
4100 aí. Ok. Assessoria Popular Maria Felipa. Outra entidade se prontifica a estar nesse
4101 grupo de trabalho?

4102 **Interlocutora não Identificada** – Movimento da tech 1:56:48.6

4103 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu não vi aqui, eu Chat está atrasado.
4104 Então, ANADEP, isso, ok? E aí, de governo nós temos alguma indicação? Sávio,
4105 você iria dizendo algo sobre isso?

4106 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Na verdade, eu já vou até me
4107 candidatar para o próximo GT, visitas externas e visitas íntimas e, caso os colegas
4108 da justiça também entrem, eu acho que nós fechamos essa composição. E, nesse
4109 primeiro é que eu não sei se a defesa pode compor. O João Mendes, se poderia
4110 compor de algum outro colega, MRE, Mateus acompanhar também essa questão.
4111 Ou o colega também, titular.



- 4112 **Interlocutor não identificado** – Sem problemas, Sávio. Audiência de Custódia, me
4113 voluntario.
- 4114 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – O Ministério da Defesa se prontificou.
4115 Algum outro colega de governo, algum outro órgão? Lembrando que na comissão
4116 do edital do mecanismo, estão... Vocês estão com a memória boa aí?
- 4117 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Ministério da Saúde.
- 4118 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ministério da Saúde e SNPIR.
- 4119 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Exato.
- 4120 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – E, da sociedade civil está... Lembram?
- 4121 **Interlocutora não Identificada** – Agenda e...
- 4122 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Agenda?
- 4123 **Interlocutora não Identificada** – E CFESS.
- 4124 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – E o conselho, ok.
- 4125 **Interlocutora não Identificada** – É, isso.
- 4126 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, algum outro de governo? Em
4127 alguma... Temos aqui prontificações? SNPIR já foi. SNPG, você acha que tem
4128 condições, Carol, de participar?
- 4129 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretária Nacional de**
4130 **Proteção Global)** – Preciso verificar internamente, João. A gente não pode dar a
4131 resposta depois?
- 4132 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Podemos fechar esse último
4133 nome do governo? Porque só está faltando mais 1, não é? Nós vamos consultar os



4134 colegas. A saúde já foi, não é? Relações exteriores e SEGOV também. Nós somos
4135 consultar ali para fechar essa última representação junto com o ministério da defesa.

4136 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Os colegas da SENASP, do MJ estão
4137 presentes? Será que eles não se disponibilizando para estarem aqui? A secretaria
4138 de segurança tem a ver com esse tema e, outro tema, seria interessante ter o
4139 DEPEN.

4140 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Então, vamos colocar de forma
4141 temporária, depois nós vamos confirmar. Pode... Coloca MJ SENASP aí e aí, no
4142 outro MJ DEPEN. Claro, com a concordância dos colegas depois. Caso necessário,
4143 nós podemos alterar isso aí.

4144 **Sr. Cristiano Tavares Torquato (Titular - Ministério da Justiça e Segurança
4145 Pública, representação do DEPEN)** – Torquato, DEPEN, à disposição naquilo que
4146 puder ajudar, ok?

4147 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Obrigado pela confirmação,
4148 Torquato.

4149 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Com relação ao prazo aqui... Não, pode
4150 deixar SENASP mesmo e o DEPEN no outro. Isso, obrigado. Então, aqui no artigo
4151 4º: "o grupo de trabalho executar as suas atividades por um período de..." Qual a
4152 sugestão, Fernanda, está com a mãozinha levantada?

4153 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Eu
4154 estava... Eu esqueci de abaixar, mas pode ser 40 dias, 30 dias? O

4155 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – 30 dias?

4156 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – O que você
4157 acha?

4158 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É pouco, não?



4159 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) – 60...** A
4160 gente já está em julho já, não é?

4161 **Interlocutora não identificada –** É pouco, ouviu? Pelo menos 90 dias para
4162 apresentação de um... Algum inicial, não é? E aí discute se provoca, porque
4163 efetivamente, assim, a gente tem acompanhado o Projeto Justiça Presente. Em
4164 Minas Gerais, por exemplo, nem com o Tribunal de Justiça sabe onde está
4165 acontecendo audiência de Custódia e onde não está.

4166 **Interlocutora não Identificada –** Exato. Qual é a data para a próxima reunião
4167 nossa?

4168 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Mendes, o microfone ficou
4169 aberto, ouviu?

4170 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4171 Setembro, 21 de 22.

4172 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** O diretor Herbert lembrou aqui que
4173 teremos 2 ordinárias, não é? Nós temos setembro e, depois, temos em novembro.

4174 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4175 Novembro.

4176 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** No meio termo disso nós vamos ter pelo
4177 menos duas da mesa diretora, nós somos ter a comissão do mecanismo, temos é
4178 uma extraordinária daqui a 20 dias. Então, pensar um prazo aí também para que a
4179 gente consiga mobilizar as ações, é interessante na minha avaliação.

4180 **Interlocutora não Identificada –** Eu acho que seria na segunda ordinária, porque
4181 de fato, a gente está trabalhando isso em Minas e as informações são assim,
4182 precárias.



4183 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim. Para a segunda ordinária nós
4184 teríamos aí em torno... Quase sempre de 20 dias, quatro meses. Que tal colocar
4185 120 dias? Prorrogado...

4186 **Interlocutora não Identificada** – Eu acho que poderiam ser para apresentar na de
4187 novembro, gente, porque depois já vem dezembro e aí não tem mais...

4188 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A Fernanda sugeriu 60 e prorrogar para
4189 60, não é?

4190 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Sim.

4191 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, podemos encaminhar então, assim?
4192 60, prorrogáveis 60? Coloca aí por favor, Débora, 60 e prorrogar por igual período
4193 prevendo submeter relatórios parciais e relatório final. Relatórios parciais de final ou
4194 só final? O que vocês acham aqui?

4195 **Interlocutora não Identificada** – Eu acho que buscar o relatório parcial para a
4196 próxima reunião da Mesa Diretora, não é? Porque aí para ter ciência das
4197 dificuldades e como as coisas caminharam e aí, buscar a apresentar um relatório
4198 em final de ou não, na reunião ordinária porque já tem a possibilidade de
4199 prorrogação. Aí vai depender dos achados mesmo, não é?

4200 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, coloca aí: "Defendo submeter
4201 relatórios parciais à Mesa Diretora de relatório final ao plenário." Por favor. Aqui no
4202 artigo 3º, para a gente passar aqui: "O grupo de trabalho poderá convidar para a
4203 suas reuniões e atividades, representantes da sociedade civil e do setor público,
4204 sempre que entenda necessária à sua colaboração para o pleno alcance dos seus
4205 objetivos." Ok? O artigo 4º a gente acabou de passar que é o do prazo de
4206 funcionamento. Artigo 5º: "Compete à coordenação o apoio administrativo
4207 necessário às realizações das reuniões e demais atividades" Do CNPCT? Do grupo
4208 de trabalho, não é? Do grupo de trabalho... CNPCT, a gente... Já é o que está posto.



4209 Grupo de trabalho. "6: "As atividades envolvidas âmbito no grupo de trabalho são
4210 consideradas serviço público relevante no remunerado. Essa resolução tal"

4211 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – João, está faltando incluir que as
4212 atividades serão... As reuniões serão realizadas de forma virtual. Nós precisamos
4213 de uma dinâmica apenas para deixar claro aí que nós precisamos de uma dinâmica
4214 para essas atividades acontecer, não é? As pessoas estão em estado distintos, não
4215 é? Então, incluir um artigo para reforçar, porque é uma resolução também do pleno.

4216 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É, no artigo... Isso, então, vamos colocar
4217 aqui. Me ajuda aí Sávio, onde você sugere que a gente coloque aqui, por favor?

4218 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Pode ser no fim. Pode ser antes
4219 da... Depois do 5º e incluir aí o 6º e copiar já dispositivo dos encontros virtuais, por
4220 vídeo conferência, enfim.

4221 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Coloca aqui então. Cria um outro
4222 dispositivo aqui embaixo. Dá um enter aqui no final do 5º, por favor.

4223 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A equipe de apoio pode copiar
4224 de outro texto aqui tiver. Apenas incluir a aquele texto padrão aí de...

4225 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Só coloca aqui: "As reuniões serão... As
4226 reuniões do grupo de trabalho ocorreram por meio virtual." Alguma sugestão além
4227 disso?

4228 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Você pode colocar alguma
4229 exceção aí, não é? Isso é regra, claro, mas se tiver alguma questão que justifique
4230 alguma ação motivada, não é? Então, salvo exceções devidamente justificadas, não
4231 é? Para deixar claro que a regra é essa para dar frutos na dinâmica.

4232 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Isso, coloca aí: "Salvo exceções
4233 devidamente justificadas." E aprovados pela mesa? O diretor Herbert colocou aqui.
4234 Pode ser?



4235 **Interlocutora não Identificada** – Já são muitos, não?

4236 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Pois é, seria a mesa que deveria
4237 aprovar, talvez eu acho que a presidência, não é? Aprova a presidência, não sei,
4238 enfim. A aprovação dessa exceção deveria ser pela mesa? Eu não vejo ocorrendo
4239 recessão, mas estou colocando aqui apenas, às vezes uma necessidade de alguma
4240 atividade específica.

4241 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Assim, vamos pensar hipoteticamente
4242 caso haja uma necessidade devidamente justificada. Aí, essa reunião presencial em
4243 Brasília, se não for dentro dos períodos das ordinárias, qual a autoridade aí vai dar
4244 o... Startar o processo para a requisição ver passagens e etc.? Seria a presidência.
4245 Concordam ou não?

4246 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Seria a presidência. No

4247 **Interlocutora não Identificada** – Então, não adianta pôr a mesa diretora, que ela
4248 não tem esse poder.

4249 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Aprovados pela presidência.

4250 **Interlocutora não Identificada** – Vai ficar só... Vai só ter retrabalho.

4251 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Agora, se todos quiserem comprar as
4252 passagens e passear nos lugares e fazer reunião, acho que nem precisa passar
4253 pela presidência.

4254 **Interlocutora não Identificada** – Passagens para Brasília é meio caro. E se for
4255 para passear acho que tem lugares muito...

4256 **Interlocutora não Identificada** – Passagens para fazer reunião é demais.

4257 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A resposta para a gente vai ser assim:
4258 "Vai caçar serviço."



- 4259 **Interlocutora não Identificada** – No nordeste inteiro.
- 4260 **Interlocutora não Identificada** – Para mim tem lugares mais legais para ir, assim,
4261 você vai...
- 4262 **Interlocutora não Identificada** – Para passear de férias, não?
- 4263 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, vamos lá...
- 4264 **Interlocutora não Identificada** – Vou lá para o Rio Grande do norte. Mais legal,
4265 entendeu?
- 4266 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Olha aí, viu?
- 4267 **Interlocutora não Identificada** – É minha terra. É bom lá.
- 4268 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Débora, então, é a favor... Copia esse
4269 texto, cola ele de novo aí na segunda página para baixo desse texto para a gente
4270 fazer o da... Pode ser nesse mesmo ato, só salvar lá. No mesmo documento aí,
4271 isso, só copia o texto todo e cola ele para baixo aí, na página 2 e 3 do documento.
4272 Perfeito. Então, aí... Esse aqui será não identificada o grupo, o GT sobre visita... O
4273 que mais?
- 4274 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4275 Visitas de violações de direitos nas visitas vexatórias e revistas vexatórias.
- 4276 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Visitas externas e revistas vexatórias. Aí
4277 nós precisamos de ajuda para construir a finalidade ali no artigo 1º. "com a finalidade
4278 de..."
- 4279 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4280 "Averiguar as relações de direito..." De
- 4281 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – "averiguar..." tem a ver com esse pós
4282 estado emergencial também?



4283 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Não, eu acho que averiguar os
4284 procedimentos relacionados à execução dos atos das visitas externas e da revista
4285 íntima.

4286 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
4287 gente coloca na revista vexatória, a gente já está prestando a uma violação do
4288 direito, não é? Que é uma visita vexatória, mas eu acho que o que a gente quer com
4289 esse grupo de trabalho é compreender se os familiares estão conseguindo fazer, de
4290 fato, as visitas nas unidades prisionais e isso tem a ver sim com a pandemia, mas
4291 ainda que... Eu acho que extrapola a pandemia... Quais são os procedimentos que
4292 são necessários para a entrada dos familiares nas unidades prisionais e como esses
4293 procedimentos podem acabar impedindo com que as visitas que o direito aos
4294 familiares de realizar as visitas, aconteça na prática, não é?

4295 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Essa proposta, Sofia, surgiu na
4296 mesa diretora, não é? Acho que foi isso, não é, Fernanda? A Fernanda até que fez
4297 a inscrição.

4298 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
4299 também estava na mesa diretora.

4300 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Pois é, surgiu na mesa diretora,
4301 não é? Eu acho que o GT tem que realmente trazer o extrato do padrão hoje que
4302 acontece no Brasil, até destacando... Isso acontece em vários países. Eu estou
4303 acompanhando e em vários países têm o mesmo procedimento, então, a ideia é
4304 fazermos essa análise nacional e, talvez, até comparar com o procedimento em
4305 outros locais, não é? Então, ...

4306 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4307 Quais procedimentos?

4308 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Procedimento nas visitas
4309 externas e da revista íntima, não é?



4310 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Mas
4311 a revista íntima, na verdade, ela não deveria ser um procedimento, uma vez que a
4312 gente tenha os scanners corporais, a revista íntima não deveria existir, não é? Ela
4313 é vexatória.

4314 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Creio que o scanner é a exceção,
4315 não é? Nós temos que scanner...

4316 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4317 Não, scanner é a regra.

4318 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Isso.

4319 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4320 Scanner é a regra. A exceção seria uma revista intimar que já seria vexatório por si
4321 só. Não deveria ocorrer, então, na verdade, a gente tem que entender...

4322 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Vamos aguardar a análise do
4323 GT, não é? A composição do GT até para analisar, de forma concreta, o que
4324 acontece hoje, o que nós temos de material para a realização dessas revistas, não
4325 é?

4326 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4327 Então, eu me inscrevi aqui para estar no GT, inclusive, é um tema que eu venho
4328 trabalhando e estudando, então, se a Fernanda quiser falar alguma coisa mais
4329 específica, ela pode falar também, mas eu acho que a gente tem que compreender
4330 quais são as diversas violações que são sofridas por todos familiares durante as
4331 visitas.

4332 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Fernanda, está inscrita?

4333 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Estou.
4334 Obrigada, Sávio e Presidenta. De fato, é sobre as visitas dos familiares e penso que
4335 foi um tema, também, que... Não sei se o Caio está presente, mas que adotamos



4336 na gestão passada uma reunião com um representante da comunidade LGBT que...
4337 E também das mulheres que não têm, normalmente, licitação por familiares, mas às
4338 vezes por ongs e, eventualmente, por representantes de entidades religiosas, como
4339 a Pastoral Carcerária. E, o que a gente tem ouvido, é que realmente essas
4340 instituições, essas ongs, enfim, essas organizações de uma forma em geral não
4341 estão conseguindo também realizar essa visitação, não é? Assim como os
4342 familiares e temos também recebido muitos relatos de... Eu acho que foi até,
4343 inclusive, hoje reiterado pela Elaine de familiares que, além de não estarem
4344 conseguindo voltar... Acho que, inclusive, é uma realidade aqui do Estado de Goiás,
4345 salvo engano, ainda não retomaram as visitas presenciais, mas também temos
4346 muitos relatos de vista vexatória, não é? Apesar, inclusive, de locais onde a scanner,
4347 às vezes por, inclusive, escassez de capacitação dos próprios agentes para que
4348 possam interpretar o que veem no scanner, então, por vezes procedem as revistas
4349 vexatórias e gerando uma série de violações. E aí, a preocupação também de novo,
4350 como defensora da infância, enquanto isso por vezes tem gerado violências graves
4351 contra as próprias crianças, não é? Que vemos o quanto essa questão de visitação
4352 e que, por vezes, a visita realizada por crianças tem sido realizada em ambientes
4353 extremamente traumáticos para as crianças e isso tem gerado consequências muito
4354 graves para o crescimento e desenvolvimento das crianças que ficam com traumas,
4355 pesadelos das formas como as visitas foram realizadas. As vezes as visitas são
4356 proibidas, por vezes, até por decisões judiciais e temos revistas de fraldas, enfim,
4357 uma situação muito grave. Então, talvez realmente seja um objeto mais amplo para
4358 averiguar regularidades nas visitas em conformidade com o direito interno e
4359 assegurado em competições internacionais, não é? Se vocês assim entender, que
4360 são componentes do grupo, como pertinente realmente considerando que essa
4361 visitação por familiares ou pastoral carcerária ou ongs LGBT, não é? Mencionei o
4362 Caio, não sei se ele está presente. Aí, a visitação por crianças que é muito
4363 importante considerando esse cenário de revista vexatória que parece que não pode
4364 em pandemia, foi retomada e tem gerado violações graves. Obrigada.



4365 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A proposta de texto para esse artigo ficou
4366 como? "Averiguar a regularidades..."

4367 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu acho que tem mais pessoas
4368 inscritas, não é? Parece que a Miriam... Me

4369 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perdão, Miriam.

4370 **Sra. Miriam Stephanie dos Santos (Suplente - Associação de Amigos e**
4371 **Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade)** – É só para... A questão da
4372 visita vexatória, é que mesmo nas unidades que tenham o aparelho, o scanner, as
4373 famílias estão sendo... Os familiares estão sendo submetidos à revista vexatória,
4374 mesmo elas estando... Primeiro, passa na revista vexatória e, depois, passa no
4375 scanner e essa questão também, que a Fernanda acabou de falar, sobre de ter uma
4376 capacitação para os servidores que operam... Eles não sabem distinguir, inclusive,
4377 aqui em Minas, não sei nos outros estados, mas aqui em minas, as familiares entram
4378 para, quando vão fazer visitas, muitas vezes com fome, sem tomar café da manhã,
4379 porque tem medo de dar mancha e aí, o servidores alegam são gases 2:17:36.2
4380 que, quando a familiar é impedida de entrar e que ela questiona: "então, já que eu
4381 estou com suspeita de estar adentrando à unidade com o objeto ilícito, então, que
4382 o seja levada para um hospital para a que se faça o exame." Em eles não levam. E
4383 está mais fácil eles chamarem a polícia militar e registrar um boletim de ocorrência,
4384 mas não levam a familiar para o hospital para que seja feito o devido exame.

4385 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4386 Bom, então, aqui a gente está concluindo o grupo de trabalho, na verdade. Então,
4387 ali é para averiguar tanto as visitas que estão... Que seriam externas, não é? Que
4388 não são de órgãos que fazem visitas nas unidades prisionais, como a da pastoral
4389 carcerária, que foram impedidas, com a pandemia, de entrarem para verificar a
4390 regularidade da entrada desses grupos tanto quanto para compreender como está
4391 sendo as visitas dos familiares depois da volta da pandemia, se todos estados já
4392 estão tendo visitas presenciais e como elas estão sendo garantidas no sentido de



4393 que... Em alguns estados que continuam tendo visitas em um parlatório ou coisas
4394 que, na verdade, não deveriam estar acontecendo e entender como são os
4395 procedimentos para compreender quais são as violações de direito que estão sendo
4396 sofridas pelos familiares nas visitas que são inúmeras, não é? Eu poderia falar
4397 desde a visita íntima, de destruir os pertences pessoais, de confiscar alimentos, etc.
4398 Então, a gente seria mais amplo ressentido, nesses três eixos.

4399 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta, pode sugerir então, a
4400 redação?

4401 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu estou de escrito também,
4402 João. Eu concordo que o objeto é amplo, conforme a Fernanda colocou, não é?
4403 Essa visita não... Apenas fecha nos familiares, então, são visitas externas de outros
4404 atores. Então, a minha sugestão é que fique instituído o grupo de trabalho com a
4405 finalidade de averiguar os procedimentos relacionados às visitas externas e à
4406 revista íntima realizada. Porque aí nós conseguimos abarcar todo esse escopo aí
4407 dos atores e dos procedimentos relacionados ao tema.

4408 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4409 Acho que só, por fim, além da revista e íntima que é uma questão pontual e super
4410 importante, existem outras violações que acontecem nas visitas que não são,
4411 necessariamente, essas que estão ligadas exclusivamente com a revista íntima,
4412 então, acho que a gente poderia incluir aqui para compreender também quais são
4413 essas violações, enfim. Familiares que podem dizer quais são essas violações, não
4414 é?

4415 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Teria algum outro eixo, Sofia?
4416 Desculpa, é porque eu acabei não pegando ali na fala. Teria algum outro eixo para
4417 incluir no objeto do...

4418 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4419 Sim, porque eu acho que além da revista íntima, precisamos apurar as violações de



4420 direitos sofridas durante as visitas, para que seja garantida as visitas dos familiares,
4421 não é? Que não é só a revista íntima que é uma violação de direito, existem outras
4422 violações de direitos.

4423 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Faça a redação então, João. Vai
4424 colocando nesse sentido aqui para tentarmos achar o... Tem que ir redigindo até
4425 para tentar fechar o texto aí. "Fica instituído o grupo de trabalho com a finalidade de
4426 averiguar os procedimentos relacionados às visitas externas e a revista íntima e
4427 eventuais violações de direitos humanos." Seria isso, Sofia?

4428 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4429 Sim, acho que pode ser assim.

4430 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, vamos... Débora, você está
4431 conosco aí? "Averiguar os procedimentos de visitas externas"...

4432 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – "os procedimentos relacionados
4433 às visitas externas"...

4434 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – "Os procedimentos relacionados às
4435 visitas externas"...

4436 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Vírgula "A revista íntima"... De

4437 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Vírgula, depois de "Visitas externas".
4438 Vírgula " a revista íntima"...

4439 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – "E eventuais violações de direitos
4440 humanos."

4441 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – "E eventuais violações de direitos
4442 humanos." Doutora Fernanda, Presidente Sofia, alguma colaboração aqui?

4443 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4444 Não, acho que fica bom assim, pelo menos para a gente poder avançar aí...



4445 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, aqui sociedade civil e TTC...

4446 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
4447 João, o Caio levantou a mão.

4448 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade)** –
4449 Então, bom-dia, pessoal. Eu só queria fazer algumas colaborações, porque como a
4450 Fernanda colocou, o escopo... Primeiro é sobre o escopo do grupo de trabalho, não
4451 é? Então, algumas violações não são necessariamente referentes à visita. Aqui no
4452 Rio Grande do Sul, a gente inclusive... A administração penitenciária normalmente
4453 se refere à visita como a pessoa ou familiar ou, enfim, a pessoa que visita uma
4454 pessoa privada de liberdade e usa a palavra visitante para qualquer outra pessoa
4455 externa da unidade prisional que visitou espaço para qualquer outra finalidade.
4456 Então, são duas questões diferentes, obviamente, que os visitantes são mais bem
4457 tratados aqui das unidades prisionais e, raramente, passam por qualquer tipo de
4458 visita vexatória. Então, são duas coisas que a gente pode analisar nesse grupo de
4459 trabalho, primeiros são procedimentos de segurança que atentam contra direitos
4460 dos familiares, as pessoas que visitam as pessoas privadas de liberdade. Em
4461 relação a outras organizações que adentram às unidades prisionais, me parece que
4462 o sentido é agregar a possibilidade de controle social, porque quando a pastoral
4463 carcerária ou uma ONG LGBT ou qualquer outra organização da sociedade civil é
4464 impedida de acessar esses locais ou tenham, de alguma forma, dificultado o seu
4465 ingresso, A gente está falando mais sobre a impossibilidade de fazer controle social
4466 nessas unidades dos sistemas penitenciários do, especialmente. Então, isso é um
4467 escopo interessante que pode ser aproveitado nesse grupo de trabalho. A segunda
4468 questão que eu trago a mais para a gente pensar juntos é se o grupo de trabalho,
4469 ele está sendo instituído no âmbito aqui do colegiado, no qual é a metodologia que
4470 a gente vai fazer? A gente vai fazer isso através de quê? Através dos relatórios que
4471 a gente já tem? Através de dados que a gente já coletou? Vão ser feitas novas
4472 visitas para averiguar isso? Só que nessa parte, eu fiquei um pouco perdido assim,
4473 qual é o nosso corpus de análise, assim, o que a gente vai analisar, porque eu



4474 entendo que nós não temos as condições metodológica de fazer visitas específicas
4475 sobre isso, não é? Não é nem a nossa função institucional, a gente tem que analisar
4476 os dados que o mecanismo de entrega ao planejado. Então, a gente vai fazer isso
4477 através dos dados que a gente já tem? Os relatórios já publicados? Ou a gente vai
4478 fazer uma consulta? Vai enviar um formulário para que as unidades, enfim... Claro
4479 que isso, o próprio grupo de trabalho que vai analisar, mas é algo bem importante
4480 para o já pensar nas da instituição do grupo, para não correr nenhum risco de, enfim,
4481 o trabalho não ser viabilizado um tempo depois, não é? Mas especialmente salienta
4482 a essa questão do controle social que eu gostaria de deixar para vocês.

4483 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Presidência, eu não sei se tem
4484 alguém inscrito. É bem observada essa questão do Caio, ouviu? É realmente... Nós
4485 temos aqui na composição, Caio, uma forma de obtenção de dados, inclusive, o
4486 DEPEN vai participar também desse GT, mas nós temos a vara de execução penal
4487 que faz isso em todos os estados aí, que seria uma outra forte também de obtenção
4488 de dados e aí, entra aquela exceção que foi colocada: "As reuniões serão virtuais,
4489 salvo uma necessidade de se marcar uma reunião para a obtenção de outros dados"
4490 Enfim, de forma presencial, não é? Eu acho que seria nesse do sentido e vai
4491 depender dos desdobramentos do GT. O mecanismo também deve ser convidado,
4492 tem que ter uma opção aqui para convidar atores e eu não sei se ficou redigido isso
4493 aí, João, chamar outros atores aqui para apresentar alguns dados também dentro
4494 do GT, não é?

4495 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – No artigo 3º tem essa previsão de
4496 convidar atores para colaborar.

4497 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Perfeito. E eu acho que seria
4498 isso, não é, Caio? A ideia... Foi essa a ideia, não é?

4499 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu me pergunto, Caio, as suas
4500 considerações se traduzem em algum ajuste ou colaboração aqui de texto a respeito
4501 do escopo do artigo 1º?



4502 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
4503 Sim, a redação pode ser mais direta. Se vocês acatam a questão que eu trago sobre
4504 controle social, não é? Eu acho que ter salientada para essa diferença familiar, uma
4505 pessoa individual indo visitar uma pessoa na prisão é uma coisa, uma instituição
4506 que é barrada é outra. Então, os procedimentos de segurança já instituídos, embora
4507 eles violenta os direitos humanos, eles estão instituídos para todas aquelas
4508 pessoas. Quando a administração penitenciária nega uma instituição específica,
4509 isso é uma decisão política muito mais restrita, então, como a gente faz esse tipo
4510 de controle, não é? A gente não faz isso perguntando para a administração prisional,
4511 a gente faz isso perguntando para a sociedade civil. Então, que é importante ter isso
4512 no escopo do grupo? Eu acho que é. Isso muda, porém, a forma de trabalho, a
4513 metodologia de trabalho, porque vai ser feito uma outra forma de consulta. A gente
4514 não vai descobrir através do DEPEN que as unidades prisionais impedem
4515 organizações da sociedade civil de entrarem nas prisões. A gente não vai saber
4516 disso nem a partir das varas de execuções penal, a gente vai saber disso através
4517 dos recebimentos de denúncias dos órgãos de controle e eu relato. Então, dá para
4518 incluir, eu acho importante incluir. Agora, como colocar isso na redação, aí peço até
4519 ajuda para vocês, mas a Fernanda se inscreveu, vamos ouvir ela.

4520 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Eu
4521 só ia falar uma coisa do grupo de trabalho, quando a gente quando a gente tinha
4522 pensado, não é? Enfim, eu concordo com você e quem pode dizer sobre as
4523 violações de direitos são os familiares, não é? Então, eles têm que estar incluídos
4524 esses grupos de trabalho. Se a gente vai fazer um formulário, se a gente vai fazer
4525 uma reunião com os familiares e não o formulário, acho que são coisas que devem
4526 ser definidas, mas, de fato, eu acho que esses grupos de trabalho aqui, acho que é
4527 diferente do grupo de trabalho que tem a ver com as audiências de Custódia é um
4528 grupo de trabalho que a gente vai ter que contar muito com a própria sociedade civil,
4529 não é? Porque a sociedade civil é que vai poder dizer os motivos... Se ela não está
4530 entrando no cárcere, porque ela não entrando, etc. e tal, do que dados sobre...
4531 Porque se a gente for perguntar para os detentos ou se a gente for perguntar para



4532 a administração penitenciária o que eles vão dizer é que eles cumprem com as
4533 normativas e a gente sabe que não cumprem. Então, eu acho que a gente sabe que
4534 tem que tentar estruturar isso, mas com aquelas pessoas que são aquelas pessoas
4535 que estão sofrendo as violações de direito, não é? A Fernanda está com a mão
4536 levantada.

4537 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Eu achei
4538 interessante essa colocação do Caio mesmo, porque traz uma preocupação,
4539 inclusive, quanto ao que aconteceu com o mecanismo em Brasília hoje relatado e
4540 realmente, Caio, muito bem ponderado, porque inclusive, em alguns estados a
4541 própria Defensoria está sendo impedida de entrar, uns órgãos que realmente são
4542 órgãos de controle e fiscalização como o Caio bem mencionou. Então, eu não sei
4543 se essa questão da visita externa estaria já abarcando isso tudo, mas de fato se for
4544 visita, se for se ater à palavra visita, de repente é melhor a ampliar e colocar "Com
4545 finalidade de averiguar os procedimentos relatos às visitas externas, ao acesso por
4546 órgãos de controle à vista íntima e eventuais violações de direitos humanos." E,
4547 talvez, o artigo 3º considerando, de fato, que quem está na rotina do dia-a-dia e m
4548 que vai saber e, às vezes, não é o ambiente revisitado pela nossa rotina, enfim, ou
4549 pela rotina de todo mundo que vá estar no grupo, de repente no artigo 3º deverá
4550 convidar para a suas reuniões representantes da sociedade civil, familiares, órgãos
4551 de controle, enfim, representantes de grupos religiosos que fazem essa visitação,
4552 pastoral carcerária, enfim, e tantos outros que garantam essa assistência religiosa
4553 que para que se tenha uma ampla abrangência de fato sobre o que vem
4554 acontecendo com essas visitas e revistas íntimas. Para então, essas duas
4555 sugestões. Obrigada.

4556 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu tenho uma preocupação de
4557 ordem operacional. O GT, como CPI, tem que ter um objeto muito bem definido e
4558 aí, cada assunto desse aqui, podemos desdobrar em quase um livro, então, se não
4559 formos bem objetivos aqui, o tempo não será... Não vai atender o período para que
4560 estipulado no GT. Então, só visitas externas que já englobam todos esses atores,



4561 além de dados do DEPEN, dados de familiares, dados da execução penal, da vara
4562 de execução penal, nós já temos um mundo aí. Se formos tratar de revista íntima
4563 também, é um outro mundo, conforme foi até colocado aqui, que levantar anos hoje
4564 os locais que tenham sistemas eletrônicos para realizar, então, por isso até que eu
4565 não tinha nem dos à ampliação dessas eventuais violações de direitos humanos,
4566 porque violações de direitos humanos é o outro livro, outro mundo, não é? Então,
4567 minha preocupação é realmente restringir o nosso escopo de atuação para ter
4568 algum produto e conseguir operacionalização isso aí. Então, ficar realmente aberto
4569 e sem algum produto eficiente de entrega ali. E aí, os familiares, eu acho que... Já
4570 acato desde já, integrando nesse grupo, parece que Sofia e quem mais que
4571 integraria? O Caio também integraria esse grupo, Caio? E fiquei na dúvida. O caio
4572 também estaria no grupo, nesse GT?

4573 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
4574 Não me candidatei ao grupo, Sávio.

4575 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Pois é, eu acho que plenamente
4576 aqui já até o convite de alguma associação representativa de familiares para trazer
4577 dados aqui também para o GT, não é? Eu acho que dentro do artigo 3º tem esse
4578 escopo aí. É isso. Agradeço.

4579 **Interlocutora não Identificada –** A associação de amigos se colocou à disposição
4580 do GT de visitas.

4581 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Então, coloca...

4582 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Então, é essa a composição, não
4583 é? Finalizei, viu, presidência? Devolvo a palavra.

4584 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
4585 É, só então, embora eu ainda considero a importância da questão do controle social,
4586 eu concordo com o Sávio sobre concentrar um objeto do grupo de trabalho. Eu acho
4587 que se for por essa linha, a gente deve concentrar na questão de familiares, então,



4588 inclusive considerando que um dos membros é a associação de familiares. Então,
4589 nesse caso, eu acho que o objeto do grupo é averiguar os procedimentos
4590 relacionados a visitas externas a pessoas privadas de liberdade com especial
4591 atenção a procedimentos de revista íntima de violação de direitos humanos
4592 decorrência desse... Eu acho que é um objeto interessante, porque a revista íntima
4593 é manifestamente um dos procedimentos que a gente tem aqui que mais violam
4594 direitos humanos, não é? Mas tem outras formas de revista na entrada das unidades
4595 prisionais que, também, violam direitos e, como por exemplo, a entrega de bens
4596 materiais às pessoas privadas de liberdade, normalmente as administrações
4597 penitenciárias têm procedimentos que acabam impedindo que as pessoas privadas
4598 de liberdade recebam alimentos, medicamentos, vestuários dos familiares para uma
4599 série de, enfim, normas que são baseadas em segurança, mas muitas vezes, não
4600 são razoáveis, não é? Então, isso também vai poder entrar na análise do pessoal
4601 aí. E aí, em uma outra oportunidade, a gente pode, enfim, pensar mais sobre
4602 controle social de fato, não é?

4603 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Inclusive um outro GT, viu, Caio?
4604 Para a frente aí, fazer um outro GT com esse outro objeto específico aí.

4605 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
4606 não sei, assim, acho que eu entendo os pontos e cetro, mas acho que assim, a
4607 gente está aqui no primeiro esforço de montar o grupo de entendo que a gente tem
4608 que fazer aqui com o mínimo razoável do que será o grupo. Mas, ao mesmo tempo,
4609 talvez a questão das visitas externas, acho que a importância maior do GT é relação
4610 aos familiares. Mas a questão das visitas externas, muitas vezes, elas são
4611 principalmente uma ponte entre os familiares que as pessoas presas de violações
4612 de direitos, então, isso também é importante estar relacionado justamente com as
4613 próprias pessoas que fazem as visitas, não é? Porque a gente sabe que quando a
4614 pandemia aconteceu, mesmo com os órgãos que têm a prerrogativa de entrar nas
4615 unidades prisionais, ficaram sem entrar nas unidades prisionais e isso é muito
4616 importante, porque os familiares também, muitas vezes, recorrem às próprias



4617 organizações para levar as violações de direitos, etc. Se essas organizações não
4618 podem entrar nas unidades prisionais, isso também prejudica a, não é? Então, eu
4619 não sei se a gente deixa só delimitado desse jeito trouxe a gente com deixa mais
4620 abrangente. Fernanda, você está com a mão levantada?

4621 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) –** Abaixei.

4622 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4623 Bom, então, a gente deixa assim do jeito que está? Que é a finalidade de se
4624 averiguar os procedimentos relacionados às visitas externas, às visitas... Não, isso
4625 está exatamente como estava antes, não é? Na verdade, não está com a sugestão
4626 do Caio.

4627 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) –** Exato,
4628 acho que está com a mão levantada.

4629 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4630 Caio, você quer falar como é que você tinha que sugerido para a redação de novo,
4631 por favor?

4632 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
4633 Eu não te entendi, Sofia.

4634 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** "procedimentos relacionados a visitas
4635 externas a pessoas em privação de liberdade, com especial atenção a
4636 procedimentos de revista íntima e eventuais violações de direitos humanos
4637 decorrentes..." Seria isso, Caio?

4638 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
4639 Sim, foi isso que eu propus.

4640 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Ok. Débora... O prazo de 60 dias... Antes
4641 de você salvar aqui. "O prazo de 60 dias prorrogáveis de acordo com objeções..."
4642 Se eu estiver atropelando, por favor, pode parar. Eu só estou tentando fechar aqui



4643 mesmo para nós, ok? De acordo, Presidenta? Então, pode deixar de projetar isso
4644 foi, Débora e salvar, por favor, o documento. A palavra com a Presidenta.

4645 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4646 Então, é isso. A gente fechou os dois grupos de trabalho, não é?

4647 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Sim.

4648 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** A
4649 gente já avançou bastante aqui na hora e aí, eu não sei... O próximo ponto de pauta
4650 seria as denúncias, não é? Mas eu não sei se a gente faz um breve intervalo de 10
4651 minutos ou se a gente só continua aqui. Não sei o que vocês preferem fazer...

4652 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Presidência, eu acho que o
4653 horário avançou bastante, não é? Então, que o acho que, sob pena de ficar
4654 prejudicada aí alguma apresentação do mecanismo, que nós temos algumas
4655 apresentações importantes, talvez fazer uma distribuição rápida dessas denúncias
4656 para a relatoria ou deixar como o último ponto de pauta para não prejudicar os dados
4657 que o mecanismo vai trazer aí agora.

4658 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4659 Vocês concordam em inverter a pauta então? Primeiro o mecanismo apresenta e,
4660 depois, define a relatoria das denúncias? Daí a gente suprime o intervalo.

4661 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Porque nós andamos muito no
4662 horário ali, não é? Acho que quem quiser fazer aquela parada e voltar rapidinho
4663 para aumentar a autonomia, acho que nós conseguimos resolver para não entrar
4664 muito no horário do almoço.

4665 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4666 Bom. Então, o mecanismo estaria pronto para fazer a apresentação agora?

4667 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**
4668 Sim, Presidenta Sofia. A gente consegue sim já trazer os principais pontos, não é?



4669 Acho que também por conta do adiantar na hora, trazer os principais pontos das
4670 unidades inspecionadas no Distrito Federal. Eu não sei ainda... Já me perdi aqui na
4671 quantidade de colegas que ainda estão presentes, mas depois se quiserem
4672 complementar em algum ponto da fala que eu trouxe também fique à vontade.
4673 Então, assim, acho que foi disponibilizado para esse comitê que, tão logo
4674 concluimos os relatórios ali em maio. Tendo feito nos meses de março e abril as
4675 inspeções no Distrito Federal. Como eu já falei anteriormente, a gente não
4676 conseguiu ir nas unidades prisionais, mas estivemos em duas unidades do sistema
4677 socioeducativo uma, inclusive, a gente voltou em uma segunda vez, que foi a
4678 unidade socioeducativa de Santa Maria e a unidade feminina do Gama. Também
4679 que estivemos na casa de passagem do Instituto de Saúde Mental que é um espaço
4680 para egressos do hospital psiquiátrico de hospital de Custódia aqui no Distrito
4681 Federal e, também, estivemos em uma instituição de longa permanência para
4682 idosos. Bem, os principais pontos que a gente extrai dessas com unidades
4683 socioeducativas, vamos tratar primeiro delas aqui para vocês é que, como já foi
4684 falado pela representante da associação de amigos e familiares de Minas, isso
4685 também se repete no sistema socioeducativo de, exclusivamente, que no Distrito
4686 Federal muitos casos de tentativa de suicídio. É uma quantidade muito grande de
4687 medicalização dos internos adolescentes, sobretudo, na unidade feminina, quando
4688 estivemos, muitas meninas em uma situação de prostração por conta do uso de
4689 medicação controlada. Tanto os meninos quanto as meninas, passam muito tempo
4690 nos alojamentos sem atividades e em isolamento, porque não tem nenhuma outra
4691 atividade durante o dia, porque inexistente uma jornada pedagógica que faça com que
4692 faça com que essas meninas que esses meninos estejam fora do espaço de
4693 alojamento, então, com isso o tempo maior que a gente usaria na expressão de
4694 tranca é um tempo muito grande. Também já foi pautado aqui, não é diferente para
4695 os familiares e para os adolescentes que, no sistema, são submetidos à revista
4696 vexatória, embora exista o equipamento, o Body Scan, mas ele não está sendo
4697 utilizado nas unidades por conta de uma questão contratual de manutenção do
4698 equipamento. Então, por essa razão, o estado acaba utilizando a revista vexatória



4699 com procedimento de segurança. Também identificamos nas visitas, muitos
4700 adolescentes machucados, essas inclusive, foram indícios de que encaminhamos
4701 para o Ministério Público do DFT para que pudesse dar o tratamento devido. Muitos
4702 casos de lesões por conta do uso e indevido de algemas, inclusive, algemas sendo
4703 instrumento para infligir dor, relatos de meninos que, por conta de situações com a
4704 equipe de segurança, eram colocados em posição com a mão para cima algemados
4705 na porta dos alojamentos por um grande tempo e apenas de cueca. Então, falas
4706 dos meninos de como que eram esses procedimentos para infringir dor e tortura. O
4707 uso demasiado espargidores na unidade, uma prevalência da segurança... Da
4708 dimensão da segurança sobre a dimensão socioeducativa. O outro ponto também
4709 que destacamos, sobretudo, na unidade... Que é a unidade feminina, a presença de
4710 agentes homens nos blocos onde estão as adolescentes e em uma posição que
4711 eles conseguem manter as meninas dentro dos alojamentos. Em relação à
4712 alimentação, também uma alimentação ruim, sem variação nutricional e, um outro
4713 ponto que, inclusive, tratamos com o MPDFT, que foi a recomendação do MP ligado
4714 à vara de execuções de medidas socioeducativas sugerindo à secretaria do sistema
4715 socioeducativo aqui do DF a implantação de uma unidade canina para que essa
4716 unidade fizesse aquelas revistas nos alojamentos e aí, enquanto essa implantação
4717 não fosse realizada, se utilizasse o batalhão da PM, o Batalhão de Cães, a unidade
4718 canina da PMDF. Então, assim, foram esses... Do sistema socioeducativo, os
4719 principais pontos que a gente resgata, acho que de forma bem resumida...

4720 **Interlocutora não Identificada – Caio.**

4721 **Sr. Caio César Klein (Titular - Entidade Comunicação Saúde e Sexualidade) –**

4722 Oi, pois não?

4723 **Interlocutora não Identificada –** Só uma coisa antes de você sair do
4724 socioeducativo, que eu acho importante agente resgatar a questão da saúde de
4725 medicação, não é? Que foi uma coisa gravíssima também que nós notamos, o
4726 controle de medicação era feito de uma forma muito errado. A gente sabe que
4727 tinham muitos pacientes assim, 70% usando remédios psiquiátricos, o controle com



4728 o CAPS era uma coisa muito difícil, porque dependia de ter um dia exclusivo para
4729 atendimento dos adolescentes, porque senão os agentes que se recusavam a levar.
4730 Eles só aceitavam levar se fossem atendidos algemados e, outra coisa, se o
4731 adolescente falasse que não queria tomar o remédio, ele simplesmente a assinava
4732 o papel de parada de tomar, então, isso é gravíssimo, não é? Nós constatamos isso,
4733 fomos visitar o CAPS também para entender a essa situação junto com a diretora e
4734 ela confirmou isso realmente. Os tratamentos eram extremamente irregulares, as
4735 medicações não eram dadas da forma correta e o paciente, menor de idade ainda,
4736 se recusava a tomar, parava de tomar e daí, aconteciam os surtos, várias tentativas
4737 de suicídio e de ação suicida e a gente ia procurar no prontuário alguma atitude, o
4738 que foi feito com essa pessoa que nada tinha sido feita e, algumas vezes, até nem
4739 registrado e a gente levou todas essas recomendações, a gente sabe que depois
4740 disso teve algumas reuniões entre o CAPS e a equipe de saúde e eu espero que
4741 tenha melhorado um pouco. Em relação também as punições coletivas, a gente
4742 percebeu que é uma coisa muito comum lá. Na nossa primeira visita, na UISM, a
4743 gente percebeu que os agentes que ficaram incomodados com alguns meninos
4744 conversando conosco e ficamos sabendo depois que teve retaliações e nós
4745 voltamos de surpresa, alguns dias depois lá, e vimos muitos meses machucados,
4746 tiramos fotos e, pasmem, todas as televisões teriam sido tiradas dos quartos que
4747 estavam fora das celas para punir, porque eles acharam que um falou demais com
4748 a gente, então, foi uma situação realmente muito difícil que a gente encontrou no
4749 socioeducativo. No feminino também, tem uma quadra de futebol linda, as meninas
4750 adoram jogar bola com, tem um professor de Swan educação física diariamente e
4751 elas só saem uma vez por semana para essa quadra. Então, são coisas assim,
4752 resumidamente, no relatório depois vocês podem estar vendo com mais detalhes.

4753 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que um ponto que também a gente,
4754 embora, já tenha falado da prevalência da segurança é uma equipe, como se fosse
4755 uma equipe de elite que se chama distaj 2:51:21.1 não é? Essa equipe é a equipe
4756 responsável por fazer esses traslados que a Cecília acabou de dizer, sobretudo, do
4757 CAPS, não é? Se ele, a gente identificou nos relatos, um nível de violação de direitos



4758 humanos, indícios de práticas de tortura nos momentos em que esses meninos são
4759 deslocados. Então, assim, o uso da força de situações que elas não deveriam
4760 acontecer, porque não havia nenhum tipo de resistência ou tentativa de fugas ou
4761 relatos que dessem justificativa para qualquer tipo de incidência dessa equipe como
4762 os meninos haviam nos relatado. Então, a gente pormenoriza isso em um ponto
4763 específico do relatório. Então, é importante fazer esse destaque. Então, a Cecília já
4764 mencionou, não é? Fizemos reuniões com a vara de execuções de medidas
4765 socioeducativas do TJDF, também com a Subsecretaria por algumas vezes, com
4766 o CAPS, como a Cecílio falou, envio desses relatos todos... De indícios de tortura
4767 para o MPDFT e também, acho que o desdobramento que se deu às nossas
4768 conversas com a Subsecretaria original, inclusive, e a Carol está aqui presente e a
4769 Camila também, sabendo da participação convite em um momento de formação...
4770 O curso de formação dos agentes socioeducativos. Então, assim, se desdobrou, eu
4771 acho que o nosso relatório, os nossos apontamentos se desdobraram também
4772 nesse convite, nessa incidência que a gente entendeu que era importante essa
4773 participação. Não sei se mais alguma colega que a trazer algum outro ponto, porque
4774 eu já ia passar para o segundo local que a gente inspecionou. Karol?

4775 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretária Nacional de**
4776 **Proteção Global)** – Uma questão da regulamentação que nos preocupou em
4777 relação à regulamentação de armamentos menos letais o socioeducativo, que a
4778 regulamentação foi feita por uma ordem administrativa do GDF e, no nosso
4779 entendimento, sem qualquer controle dos órgãos externos ao mesmo da
4780 assembleia distrital e se trata de uma previsão de usos de armamento. Querendo
4781 ou não, menos letais, mas ainda assim, armamentos para meninos e meninas com
4782 menos de 18 anos, para pessoas menores de idade pela enfim, isso nos preocupou
4783 um pouco a forma como isso se regulamentou sem ter passado por um projeto de
4784 lei, sem ter tido qualquer tipo de diálogo ou controle por meio de órgãos externos e
4785 a gente, de fato, verificou muito o uso irregular de espargidor, de tonfa, das próprias
4786 algemas, assim. Então, isso foi algo também que a gente pontuou dentro do relatório
4787 e fizemos uma recomendação, inclusive, para a extinção do uso de armamentos



4788 menos letais dor socioeducativo, visto que, a maioria dos socioeducativos não têm
4789 o uso de armamentos menos letais por exemplo, o de Minas Gerais não se usa, não
4790 existe. Então, qual é o, porque o Distrito Federal e está fora desse padrão,
4791 entendendo que a medida socioeducativa a não é uma penitenciária, não é uma
4792 pena de prisão, então, não deveriam estar usando esse tipo de armamento dentro
4793 das unidades. É a nossa compreensão.

4794 **Interlocutor não identificado** – Bem. Então, você aqui e depois as membras e
4795 membros do comitê que quiserem fazer alguma outra pergunta acho que, no
4796 contexto geral, eu vou seguir para o espaço... Para a casa de passagem do e
4797 instituto de saúde mental. A Cecília daqui, entre eu e Karol, foi a perita que participou
4798 da inspeção nesse espaço, não é? Como eu disse anteriormente, se trata de um
4799 local... Pois não?

4800 **Interlocutora não identificada** – Também fui.

4801 **Interlocutor não identificado** – Desculpa, eu que não fui. E aí, se trata de um
4802 espaço onde são destinadas às pessoas regra essas de hospitais psiquiátricos de
4803 hospitais de Custódia. Atualmente, ele não funciona como um local de transição
4804 para desinstitucionalização, mas sim como uma instituição de privação de liberdade
4805 onde estão pessoas com transtornos mentais graves e persistentes com mais de 18
4806 anos. A maioria das pessoas sem contato com familiares e sem perspectivas de
4807 inserção, tanto comunitária quanto familiar, em uma espécie de instituição asilar
4808 mesmo. Para vocês terem uma ideia, existiam pessoas... São 38 pessoas, 30
4809 homens e 8 mulheres em um espaço. Elas são separadas, são prédios separados,
4810 mas não há nenhuma perspectiva para essas pessoas de desinstitucionalização.
4811 Não há equipe de desinst ação unidade, não foram apresentados protocolos para a
4812 realização de contenção química. Também foi identificado, assim como a Cecília
4813 falou, no descontrole em relação à medicação, tanto no quesito armazenamento
4814 quanto dispensação que, brevemente, em relação a essa unidade, a recomendação
4815 do mecanismo foi o fechamento da porta de entrada e a constituição de uma equipe
4816 para desinst. Meninas, se quiserem complementar. Está no mudo, Cecília.



4817 **Sra. Cecília** – Só dizer assim que não tem nenhum aspecto de residência
4818 terapêutica esse local. Ele é completamente isolado do setor urbano, não tem
4819 integração comunitária, então, não com que se pode considerar como se fosse um
4820 instrumento aí que está previsto dentro do aparato do SUS, que é a residência
4821 terapêutica. Não se assemelha em nada, de fato, tem todas as características de
4822 uma instituição asilar, por isso a recomendação de fechamento de porta de entrada,
4823 de reencaminhamento de quem está lá hoje para os dispositivos do SUS que estão
4824 equipados para lidar com pessoas com transtorno mental dentro da perspectiva da
4825 lei da reforma psiquiátrica.

4826 **Interlocutor não identificado** – Por fim então, a instituição de longa permanência
4827 para idosos que nós visitamos, que foi o Lar Francisco de Assis. Essa instituição,
4828 inclusive, já tinha sido objeto de uma missão em 2016 pela equipe do mecanismo.
4829 É uma instituição que não está dentro da rede do Sistema Único de Assistência
4830 Social do Governo do Distrito Federal, é uma instituição privada, mas ainda assim
4831 dentro das nossas prerrogativas a gente entendeu e, olhando para 2016, que seria
4832 importante fazer uma visita... Uma inspeção nessa instituição. Identificamos o
4833 isolamento das pessoas idosas sobre a justificativa dos protocolos da COVID 19,
4834 embora a gente já estivesse em um período de baixa e de atividades que já estavam
4835 acontecendo, inclusive, para pessoas idosas que já haviam tomado as doses
4836 recomendadas para aquele momento pela então, a gente percebeu uma inércia da
4837 parte da direção da unidade no sentido de promover atividades que pudessem
4838 oferecer a essas pessoas idosas com dessa instituição, viver os espaços não só de
4839 atividades coletivas internamente, quanto espaços externos dentro de uma
4840 perspectiva de proteção à saúde dessas pessoas idosas. Então, a inexistência de
4841 atividades culturais, atividades lúdicas, esportivas e de lazer eram insuficientes. A
4842 unidade girava em torno de uma lógica de medicalização e alimentação. Então,
4843 assim, boa parte dos idosos ficavam quase o tempo todo já próximos ou dentro do
4844 refeitório esperando a próxima refeição acontecer, porque não existiam atividades
4845 outras para além desses dois momentos, tomar remédio e comer. Há inexistência
4846 de um projeto terapêutico singular, a gente notou por conta de não se ter na equipe



4847 profissionais da psicologia e do setor social e só ter, de outras áreas, da área da
4848 saúde e isso ficou prejudicado. Então, eles não tinham, não atuavam nessa
4849 perspectiva e, de fato, uma instituição com características asilares que as pessoas
4850 ficavam ali e, por ser uma instituição privada em que há um pagamento de um valor
4851 para estar ali, para a assistência, a gente percebeu que isso também justificava que
4852 a pessoa ia ficar ali por muito tempo por conta do pagamento de uma mensalidade.
4853 Dos encaminhamentos que a gente buscou, o Ministério Público, a Promotoria da
4854 Pessoa Idosa não respondeu os nossos envios e as nossas provocações para
4855 reuniões. O conselho de Direitos do Idoso do DF nos respondeu, tivemos uma
4856 reunião inclusive com a equipe do conselho. Foi uma reunião interessante e
4857 produtiva que, inclusive, a partir dos nossos elementos, eles entenderam dentro das
4858 limitações do conselho possibilidades de provocar também por eles, não é? A
4859 própria Promotoria da Pessoa Idosa do MPDFT e, também, a Comissão de Direitos
4860 Humanos da Câmara Legislativa do DF. Então, foram os encaminhamentos que
4861 seguiram para além.

4862

4863

4864

4865

4866

4867

4868 **36ª Reunião Plenária Ordinária Dia 2-20220722 090456-Gravação de Reunião**

4869 **2.mp4:**

4870 **Interlocutor não identificado** – Da própria feitura e um apontamento dos dados
4871 que a gente identificou nessa inspeção e colocado de novo no relatório. Então, são
4872 esses os pontos. Obrigado, Presidenta.



4873 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4874 Obrigada pela... Vocês estão me ouvindo? Ah, está bem. Obrigada por tudo que
4875 vocês relataram aqui, acho que são violações muito grave. O Sávio estava com a
4876 mão levantada. Você está com a mão levantada, Sávio?

4877 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Isso. O só uma observação
4878 rápida aqui aproveitando a fala. Parabéns pelo trabalho do Mecanismo. Mais uma
4879 vez o Mecanismo, ele faz uma análise bem detalhada dos locais de visita, mas
4880 queria fazer um destaque, pelo que eu entendi, esse diálogo institucional gerou...
4881 Acho que alguém deixou o microfone aberto. Mas esse diálogo institucional gerou
4882 um convite para o Mecanismo para participar da formação do socioeducativo do DF.
4883 Foi isso mesmo? Pelo que eu entendi. Excelente aí. Acho que é um resultado prático
4884 aí de um diálogo institucional. Quando os órgãos perceberam que o Mecanismo
4885 está lá para auxiliar também e for com esse espírito de auxílio, acho que realmente
4886 nós conseguimos uma evolução aí nos trabalhos. A questão do DF, foi citado
4887 também, acho que teve um rompimento de comunicação institucional. Pelo que eu
4888 lembro, isso foi uma questão antiga que gerou, eu acho, o conflito de atribuições.
4889 Nós chegamos a ter reuniões com tribunal de justiça, que hoje tem... É quem tem a
4890 competência na execução penal. Então, me parece que foi não um diálogo
4891 institucional correto por membros do Mecanismo e por responsáveis pela execução
4892 penal. Então, isso desdobra até hoje, mas parabéns de novo aí pelo trabalho de
4893 vocês no Mecanismo. A Carolina eu estou conhecendo hoje, conhecido processo lá
4894 na seleção. Parabéns aí, seja bem-vinda, viu, Carolina? A Carolina e a Maria
4895 também, Maria Cecília.

4896 **Sra. Carolina Lemos (MNPCT) –** Obrigada.

4897 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4898 Alguém quer fazer algum comentário sobre o que o Mecanismo trouxe?

4899 **Interlocutor não identificado –** Presidenta, quero fazer um comentário. Aqui na
4900 secretaria nacional da criança e do adolescente aqui do Ministério tem uma



4901 Coordenação lá geral a respeito do sistema socioeducativo, a Coordenadora geral
4902 lar é a Gisele. Algumas vezes que eu conversei com ela, ela me relatou que essa
4903 questão de regulamentação a respeito de equipamentos de segurança é uma
4904 questão mesmo... Não queria usar a palavra "confusa", mas têm várias aplicações
4905 por estados, opiniões. Então, é uma questão realmente que carece aí de eventual
4906 aprofundamento. Só comenta isso, que tem essa Coordenação. Para ressaltar isso,
4907 que tem essa Coordenação que pode ser incluída nos diálogos futuros.

4908 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4909 Romero está com a mão levantada.

4910 **Sr. Romero (GAJOP) –** Estou presente. Eu queria só fazer uma menção a
4911 apresentação com relação ao socioeducativo, o uso indiscriminado de algemas e
4912 uso de armas... Não é nem letais, é menos letais, porque é importante destacar que
4913 essas armas produzem um efeito extremamente danoso e não tem nada de não
4914 letal nela. O que é importante destacar? Acho que a gente pode pensar no
4915 encaminhamento. Os sinais apontam que as deliberações, a partir do que tem que
4916 ser a política socioeducativa a nível nacional no âmbito do CONANDA, do Conselho
4917 nacional dos direitos da criança e do adolescente. Então, o SINASE deixa isso de
4918 forma explícita e essa pauta, ela precisa ganhar força. Há um tempo atrás ela se
4919 propôs até um grupo de trabalho, mas ela precisa ganhar força dentro do
4920 CONANDA para disciplinar sobre essas questões. Os estados que se utilizam
4921 desses instrumentos a partir das normativas e legislações, sejam nacionais ou
4922 aquelas que são assinadas enquanto acordo pelo estado brasileiro, dá o
4923 entendimento de que são ações ilegais dentro do sistema socioeducativo. Custo de
4924 qualquer instrumento dessa natureza e de qualquer tipo, sob a qual se justifica.
4925 Então, nesse sentido, eu acho muito pertinente e o que o Mecanismo coloca para
4926 gente e, obviamente, a responsabilidade do Comitê nacional ao receber, dar esses
4927 encaminhamentos e fazer essa discussão no âmbito político mesmo, no sentido de
4928 que essas violações de direito, elas consigam alcançar a institucionalidade para a
4929 adequação daquilo que são os princípios legais. Então, nesse sentido eu não



4930 consigo elaborar agora se seria uma proposta do Mecanismo como é que o Comitê
4931 recebe isso envolve o CONANDA nesse processo, mas eu queria também devolveu
4932 para o Mecanismo se o próprio CONANDA já foi provocado acerca dessa realidade
4933 do DF, porque, de fato, há uma necessidade de que a gente provoque e delibere
4934 sobre isso entendem do que no Brasil o sistema socioeducativo não é política de
4935 segurança pública, é política de direitos humanos. Tentando pensar sob o aspecto
4936 do que é política de direitos humanos, precisamos dar esse mudar de direitos
4937 humanos para poder pensar e dar legitimidade sobre qual a proposta de atuação e
4938 evidentemente pedagógica prevista no Estatuto da criança e do adolescente e no
4939 SINASE. Obrigado, Presidente.

4940 **Interlocutor não identificado** – Sra. Presidente, tem um colega que nos
4941 acompanha da Secretaria Nacional de Proteção da Pessoa Idosa, o Coordenador
4942 que cuida das ILPIs. Como entrou na pauta uma ILPI, o colega gostaria de trazer
4943 também mais informações aqui para o colegiado. Por favor, Francisco Nascimento
4944 nos escuta?

4945 **Sr. Francisco das Chagas S. Do Nascimento (Secretaria Nacional de Proteção**
4946 **da Pessoa Idosa)** – Olá, pessoal. Tudo bem? Vocês estão me ouvindo? Ok. Bom,
4947 ouvi atentamente o relato que foi trazido pelo Rogério e por vocês o que os que
4948 estiveram na visita aí à ILPI e a gente quer, na verdade, colocar a nossa
4949 Coordenação de promoção dos direitos da pessoa e toda a disposição para fazer
4950 esse diálogo a partir dos testemunhos de vocês da que o que vou encontrar.
4951 Atualmente a gente está fazendo um trabalho junto com a Defensoria Pública da
4952 União. A Secretaria Nacional dos direitos da pessoa idosa assinou um acordo de
4953 cooperação técnica com a Defensoria pública da União exatamente para fazer
4954 visitas em ILPIs, entendendo que essa ação é uma ação que potencializa as ações
4955 de prevenção, mas também uma a atuação mais direta quando da identificação de
4956 violações de direitos humanos. Então, queremos os colocar à disposição desse
4957 Comitê, do Mecanismo para que possa desenvolver trabalhos juntos já que esse é
4958 um tema que diz respeito à política Brasil, uma questão bem ampla e que



4959 certamente a gente vai prestar fazer algumas reflexões e a gente pode fazer
4960 reflexões juntos a respeito desse tema. Muito obrigado, não quero me delongar
4961 muito, não, mas me coloco totalmente à disposição. A nossa Coordenação está aqui
4962 para a gente poder dialogar. Obrigado, pessoal.

4963 **Interlocutor não identificado** – Obrigado, Francisco. Se puder passar para o
4964 Coordenador que está aqui presente, o Rogério também, uma previsão dessas
4965 visitas, a Defensoria Pública já tem essa previsão também. Se o pessoal do
4966 Mecanismo puder também ajudar nesse trabalho, será muito interessante, viu,
4967 Rogério? Acompanhar a Coordenação, está bem? Agradeço o Francisco.

4968 **Interlocutor não identificado** – Bem, só para retomar o ponto que o Romero traz,
4969 Romero, em relação ao CONANDA, o Mecanismo, ele tem, ele emitiu em 2018 uma
4970 nota técnica, na época existiam vários estados, inclusive, que dava um legislando
4971 sobre a questão dos armamentos menos letais nos seus estados. Então, o
4972 Mecanismo emitiu uma nota técnica a partir da análise desses projetos de lei e aí,
4973 inclusive, para as recomendações para diferentes órgãos, inclusive, para o
4974 CONANDA. Mais especificamente essa situação do DF nós não estabelecemos
4975 nenhum contato com o CONANDA, então, não tivemos nenhuma reunião nesses
4976 últimos tempos. E aí tem sempre quando a gente traz o assunto, a gente reportar
4977 essa nota técnica, se eu não estou enganado, a nota técnica 04/2018, que também
4978 está lá no nós site. Em relação às ILPIs, Sávio e demais Conselheiros, membros e
4979 membras do Comitê, a gente sempre tenta, dentro do contexto das inspeções
4980 regulares incluir, abrir o espectro das áreas que a gente tem como prerrogativa
4981 inspecionar. Então, a gente nos próprios estados quando a gente vai, a gente tenta
4982 incluir, é claro que são muitas ILPIs, a gente que não consegue extrair ou fazer. Até
4983 hoje a gente não realizou uma inspeção temática no acolhimento institucional para
4984 pessoas idosas, mas a gente tenta, sempre que possível, incluir a alguma instituição
4985 numa inspeção regular.

4986 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
4987 Obrigada pelas contribuições. A Fernanda levantou a mão.



4988 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
4989 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Obrigada, Presidenta. Meus
4990 questionamentos são também em relação ao socioeducativo. Primeiro parabenizar
4991 a sensibilidade de vocês também para um olhar diferenciado para as várias
4992 violações que vocês narraram aqui sobre o socioeducativo que, por vezes, fica tão
4993 esquecido até em razão do próprio sigilo que estão submetidos os adolescentes,
4994 meninos e meninas, por vezes as violações não são compreendidas ou se quer
4995 conhecidas da totalidade da sociedade. Então, pareceu que vocês trouxeram um
4996 olhar completo, inclusive, tratando da questão de saúde mental e me preocupou
4997 muito a narrativa de vocês sobre as meninas que estariam sendo vistas. Sobre até
4998 o que o Romero nos trouxe, teve uma Resolução recente do Conanda sobre as
4999 meninas do socioeducativo. Eu não sei se ela foi concluída ou se ela foi publicada,
5000 mas nesse aspecto, até eu queria pedir ajuda do João sobre uma Resolução que,
5001 salvo engano, fizemos aqui também no âmbito do Comitê, que eu não sei também
5002 ela foi concluída, se ela foi publicada. À época estava como suplente do Mateus
5003 como convidados eu acho que eu não participei dessas reuniões, mas me lembro
5004 de ter sido aventada essa questão. Realmente a gente tem informações recentes
5005 peças que estão... De homens entrando na parte das meninas, o quanto isso é
5006 perigoso, enquanto isso traz uma violação muito grave. Então, fiquei muito
5007 preocupada e o meu questionamento sobre o que o Romero trouxe aqui a questão
5008 das armas menos letais, mas o meu questionamento quanto a essa narrativa que
5009 vocês trouxeram, essas violações específicas sobre as meninas e sobre a questão
5010 de saúde mental, já que vocês tiveram essa abertura, como sabem bem, essa
5011 abertura da unidade local para alterações imediatas e até para realizar
5012 capacitações, eu queria saber se as recomendações de vocês, se vocês têm retorno
5013 do cumprimento, porque é muito grave para que eventualmente a gente possa
5014 pensar em encaminhamentos e essa informação, se o João puder nos repassar
5015 sobre a Resolução das meninas. Obrigada.

5016 **Interlocutora não identificada** – Em relação... Eu vou falar da parte um pouquinho
5017 de saúde mental. Algumas coisas que a gente recomendou aconteceram. A



5018 nomeação... Aconteceu a nomeação de uma Gestora de saúde, que estava sem no
5019 [Ininteligível]. Então, eles não tinham uma pessoa da área de saúde para essa
5020 Coordenação e em cima disso o CAPES, a nosso pedido, foi fazer uma integração
5021 e uma articulação maior com eles e estavam propondo uma capacitação. Isso acho
5022 que ainda não aconteceu, que foi uma das recomendações que a gente fez, mas
5023 parece que vai acontecer. Vários agentes aprenderam a manejar um pouquinho a
5024 questão da saúde mental, porque para eles não têm essa noção do que é transtorno
5025 mental, do que é, vamos dizer assim, a individualidade de cada um. Tudo para eles
5026 é personalidade. Então, a gente trabalhou muito, inclusive, na reunião com a direção
5027 sobre isso, sobre a importância deles terem numa formação um pouquinho mais
5028 apurada. Então, o CAPES nos deu retorno depois de alguns dias, mandou a relação
5029 dos pacientes que a Diretoria agendou. Então, a gente precisa ver que houve uma
5030 reestruturação nos agendamentos, tiveram mais de 20 agendamentos em 20
5031 semanas. Então, acho que eles começaram a dar um pouquinho mais de atenção
5032 para a saúde mental deles.

5033 **Interlocutora não identificada** – Sobre a questão das meninas, a gente teve a
5034 capacitação, essa formação que eu e outra colega Camila, não sei se ela está na
5035 reunião ainda, participamos, fizemos uma formação sobre prevenção e combate à
5036 tortura dentro de uma formação do [Ininteligível]. O [Ininteligível] é o grupo... Esse
5037 agrupamento de operações especiais, digamos assim, dentro do socioeducativo
5038 para a gente já é problemática existência própria do grupo, mas ele existe, enfim,
5039 isso é um fato. Quem faz justamente os transportes para o CAPES é o [Ininteligível],
5040 que está dentro do [Ininteligível]. Então, na verdade, o [Ininteligível] é o grupamento
5041 especial de operações especiais que faz. Então, eles são muito orientados para a
5042 segurança, eles estão completamente orientados para isso. Aí a formação que eles
5043 recebiam era só de controle de crise, eles não tinham nenhuma formação sobre o
5044 conteúdo de direitos humanos, saúde mental, população LGBTQI, prevenção e
5045 combate à tortura, nada. Isso foi modificado, eles realmente fizeram uma
5046 modificação grande na ementa, nós Ministra alguns um curso sobre prevenção e
5047 combate à tortura, mas dentro também dessa formação que eles estavam



5048 recebendo, eles iam ter uma aula específica sobre a questão da saúde mental, a lei
5049 da reforma psiquiátrica, atendimento pelo CAPES. Eu não sei, acho que tem que
5050 acompanhar a longo prazo essa questão do CAPES, porque a gente não sabe se
5051 isso vai ser só algo momentâneo, assim, com uma resposta mesmo à inspeção ou
5052 se vai se perdurar ainda no tempo, ter o atendimento correto, porque estava muito
5053 ruim na forma como estava acontecendo. Em relação às meninas, nós recebemos
5054 durante o curso de formação a informação informal dos próprios agentes que
5055 trabalham na unidade feminina... Das agentes, na verdade, e dos agentes, que
5056 estava tendo uma reformulação no sentido de tirar todos os agentes masculinos da
5057 unidade, não apenas dos módulos, porque a forma como a unidade é, ela é uma
5058 unidade que tem diferentes prédios e cada prédio é uma coisa. Então, tem vários
5059 módulos. Que a gente recomendou é que eles saíssem de dentro dos módulos, mas
5060 não das unidades. Eles foram além, eles estão tirando das unidades. Isso vai criar
5061 outro problema, porque quando chegar um visitante homem, o bodyscan não está
5062 funcionando, eles estão sem licitação. Quem vai fazer a revista desse visitante? E
5063 isso, então, já nos causou outra preocupação, porque assim, ficassem também
5064 nenhum servidor homem não é exatamente o ideal. O ideal é que tivesse em locais
5065 fora não estando dentro dos módulos. Enfim, eles foram pouco além, eu acho que
5066 tem a ver com o fato de ter tido outra denúncia de estupro dentro do sistema
5067 prisional feminino do DF por agente. Então, eles fizeram isso nas idades
5068 socioeducativas e no prisional também, assim. Então, foi uma medida que estava
5069 acontecendo nesse sentido. Não sei se isso vai criar problemas em relação às
5070 visitas, que a única questão que me preocupam, mas é muito positivo, pelo
5071 menos, que a gente não vai ter mais homem circulando ali dentro dos espaços onde
5072 as meninas ficam acauteladas, mas isso é uma coisa geral, Fernanda, isso não é
5073 só aqui no DF. A gente sabe, teve um caso gravíssimo ano passado no Rio de
5074 Janeiro relativo a isso, justamente pela presença de agentes homens dentro das
5075 unidades femininas. Então, teve um problema de violação sexual das meninas,
5076 violência sexual contra as meninas reiterado lá no Rio de Janeiro. Isso nos
5077 preocupou aqui e, de novo, gente percebeu isso em outros locais, Minas Gerais



5078 igual. Você tem dentro do corredor agentes circulando, assim, dá para ver, inclusive,
5079 do local onde as meninas tomam banho, não tem proteção. Então, acho que precisa
5080 realmente de resoluções, recomendações nacionais, porque não são problemas
5081 isolados aqui do DF ou de Minas. A gente vai encontrando em diversos locais,
5082 assim. Então, mesmo no DF, pelo menos, temos uma Resolução, digamos assim,
5083 que eu acho que pode criar outro tipo de problema, mas, enfim, tudo bem, acho que
5084 problema mais grave foi respondido, digamos assim.

5085 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5086 Alguém quer fazer mais algum comentário?

5087 **Interlocutora não identificada –** Desculpa, Presidente.

5088 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5089 Não, fica à vontade.

5090 **Interlocutora não identificada –** Só para fazer mais esclarecimento. Acho que até
5091 eles devem estar atrás do scanner. Se tiverem, acha que é até uma justificativa sob
5092 o ponto de vista administrativo de contratação emergencial baseado na lei de
5093 licitação para que isso seja feito quanto antes. Aqui em Goiás também não tivemos
5094 notícias sobre as meninas, mas tivemos denúncia, sim, de violação sexual dentro
5095 de presídio contra as mulheres e por isso a minha preocupação. Não sabia dessa
5096 situação das meninas. Tinha ouvido falar sobre o de janeiro, mas é uma coisa que
5097 como a gente é mulher, a gente não tem como... Na verdade, qualquer ser humano,
5098 mas em especial sendo mulheres, é uma questão que afeta a gente. Então, eu
5099 penso que uma recomendação nacional para não só ou DEPEN fazer essa
5100 fiscalização e o GMF, mas também a secretaria de fiscalização do socioeducativo
5101 que, inclusive, penso que deveria participar mais das nossas reuniões. A gente tem
5102 muito pouca informação sobre socioeducativo e para que haja uma recomendação
5103 de fato de que não haja homens em unidades femininas, isso é uma postura que
5104 nós temos decisão no âmbito do sistema Interamericano. As notícias de violação
5105 são muito graves, não só no Brasil, mas no resto do continente também, sobre e



5106 estupros de mulheres e saber de meninas que estão sendo vistas tomando banho,
5107 isso é uma violência muito grave e penso que não pode passar despercebida aqui
5108 no âmbito do Comitê de prevenção e combate à tortura. Quanto à questão de saúde
5109 mental, me trouxe preocupação, dentro do que a Maria Cecília falou sobre o
5110 distanciamento do CAPES, do Vasco existente com a unidade socioeducativa, a
5111 informação, na verdade, específica de serem ministrados remédios sem que haja
5112 um projeto terapêutico singular, aparentemente. Então, não sei se as
5113 recomendações de vocês foram encaminhadas aos órgãos locais, autoridades
5114 locais, Ministério público e Defensoria, mas talvez tivesse que partir também aqui
5115 do Comitê, dado o relato que vocês trouxeram específico de Brasília. O ofício às
5116 autoridades locais para que se manifestem sobre a regularidade do tratamento de
5117 saúde mental nesses adolescentes, meninos e meninas, e também sobre o que foi
5118 feito para fiscalizar essa questão das meninas, enfim, e das outras questões de
5119 tortura que vocês trouxeram. Os órgãos locais têm essa obrigação de fiscalização
5120 e implementação também das recomendações do Mecanismo. Obrigada.

5121 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – A**
5122 Elaine levantou a mão.

5123 **Sra. Elaine Bispo da Paixão (Suplente - Agenda Nacional pelo**
5124 **Desencarceramento) –** É preocupante aqui também na Bahia, porque em abril
5125 tivemos uma reunião com o Ministério Público e já estava... Alguns familiares já
5126 tinham nos procurado para falar justamente desses remédios taxa preta, que estão,
5127 principalmente, nas unidades femininas, principalmente. Então, tenho uma reunião
5128 do operativo aqui com algumas organizações que visitam o sistema prisional, foi
5129 muito bem explorada essa questão da saúde mental. Ou seja, percebemos que
5130 existe um controle de espaços. Aplicam-se, dar esse remédio taxa preta para essas
5131 mulheres para a gente ter um controle dentro dessa unidade e aí eu tive a
5132 oportunidade de ir em uma ou unidade aqui em Feira de Santana e eu conversei
5133 com dez mulheres e elas relataram que elas realmente tomam taxa preta eu
5134 perguntei o que elas estavam... Porque elas usavam esse tipo de medicamento,



5135 quem era que passava, que era o profissional, se elas eram ouvidas ou não e aí a
5136 gente percebeu que há vários contextos. Umas, porque elas eram... Elas relataram
5137 que por estarem distantes dos filhos... Por exemplo, tinha uma mesmo que estava
5138 bem dopada, bem dopada mesmo. Ela tem cinco filhos, oito meses encarcerada,
5139 não tem notícia, não recebe visita e ela disse que era uma forma de estar... O tempo
5140 passar sem ela sofrer tanto e aí a saúde dessa a mulher e está toda prejudicada por
5141 causa que ela está tomando remédio que o corpo dela, talvez a necessidade dela é
5142 uma e esses remédios provavelmente. Trazer um outro problema para ela e aqui
5143 em Salvador, eu não fui, mas a gente discutiu em grupo, no grupo operativo, que é
5144 a mesma coisa, a mesma situação. Assim, já alguns homens usam pouco desse
5145 tipo de remédio. As unidades que mais dão esses remédios, estou falando de saúde
5146 pública ou de saúde mental, são as unidades cogestão. As unidades cogestões, por
5147 exemplo, Serrinha, Vitória da Conquista, Barreiras, Itabuna, tão muito,
5148 disponibilizam muito desses remédios justamente para ter um controle aí que o
5149 estado diz, um controle não sei de quê, mas para não ter um outro problema e aqui
5150 a gente tem o HCT. Tem uma mãe que visita lá, tem um mês que ela parou de visitar
5151 o filho e ela disse, relatou que no início de maio e dentro de uma semana foram três
5152 internos que se suicidaram. Ou seja, não há relatos de que têm todos esses
5153 problemas dentro dessa unidade. O HCT aqui é devastador, a gente, é surreal.
5154 Tanto que os familiares a ficam 2h na visita. Então, assim, não é normal o que
5155 acontece lá dentro. Eu tive um professor, por exemplo, que ele disse assim: "Só
5156 para quem tem coragem." Eu não fui no dia da visitação, porque assim, eu já visitei
5157 o sistema prisional. Se eu já saí e na visita do HCT para mim era pior. Outra situação
5158 é que aqui enquanto são duas unidades do socioeducativo e eu não conheço muitos
5159 familiares que visitam o socioeducativo. São unidades bem distantes. O do Barro
5160 Duro, por exemplo, o acesso é horrível e a outra de Tancredo Neves a gente
5161 também não tem muito acesso, mas quem até para o sistema prisional, migra para
5162 o sistema prisional, tem relatos que não diferente do sistema prisional. Então, esse
5163 socioeducativo é só o socioeducativo no nome, mas aí na realidade é um sistema
5164 prisional que tem todas as suas mazelas, todas as suas precariedades. Obrigada.



5165 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – O**
5166 Sávio está com a mão levantada.

5167 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Agradeço. Sobre o
5168 socioeducativo aqui que foi citado pelo Mecanismo e a Fernanda também, de
5169 comprometo aqui, nós temos a secretaria nacional da criança e do adolescente e
5170 têm servidores que acompanham o sócio educativo dentro. Eu me comprometo a,
5171 quando entrar na pauta, chamar esses servidores para trazer de mais dados
5172 também e informações para ajudar no nosso raciocínio. Peço apenas para a equipe
5173 administrativa e a notar e me lembrar quando entrar em pauta algum assunto
5174 relacionado ao socioeducativo. Agradeço, Presidenta.

5175 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5176 Obrigada, Sávio. Eu acho que a gente pode ir acompanhando também esses
5177 encaminhamentos conforme vocês forem receber das respostas também, acho que
5178 vocês podem compartilhar com a gente desses ofícios que foram enviados. A gente
5179 percebeu que algumas coisas já mudaram, mas conforme for o caso, até da gente
5180 reiterar esses ofícios e pedir medidas mais específicas. Em relação às denúncias
5181 trazidas pelo Mecanismo, alguém mais quer fazer algum comentário? Se ninguém
5182 quiser fazer nenhum comentário a gente passaria para o próximo ponto da pauta
5183 que a gente inverteu, que seria o fluxo de denúncias.

5184 **Sra. Maria Cecilia Guimarães Marinho Arruda –** Cecília, desculpa. Sofia,
5185 Presidenta, desculpa. Eu fiz só uma proposta de encaminhamento.

5186 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Ah,
5187 está bem. Não vi.

5188 **Sra. Maria Cecilia Guimarães Marinho Arruda –** Aqui no Chat.

5189 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5190 Você quer... Ah, está bem, agora vi. Proposta de encaminhamento: Ofício das
5191 autoridades locais e do DF quanto às providências adotadas para a interrupção das



5192 violações dedicadas pelo Mecanismo, em especial quanto ao uso de armas menos
5193 letais, o uso de algemas fora das hipóteses autorizadas pelo STF sem justificativa,
5194 tratamento de saúde mental sem projeto terapêutico singular. Eu acho que seria
5195 interessante a expedição desses ofícios.

5196 **Interlocutora não identificada** – A gente recebeu um ofício de resposta da
5197 secretaria de saúde, depois a gente pode mostrar para vocês em outra ocasião item
5198 por item do que a gente colocou e eles responderam item por item, mas não muito.

5199 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
5200 gente pode fazer um encaminhamento assim, então, de expedir esses ofícios? E aí
5201 a proposta nº 2 da Fernanda seria um ofício ao Conanda quanto à existência da
5202 Resolução das meninas do socioeducativo. É isso?

5203 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
5204 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Exatamente e que aqui a gente resgate o
5205 que foi feito da proposta da nossa Resolução, que salvo engano...

5206 **Interlocutor não identificado** – Fernanda, sobre isso, teve uma discussão no final
5207 de 2018 para se construir uma Resolução conjunta. Ficou pendente a aprovação do
5208 texto final do CNPCT e isso caminhou no CONANDA, só que ficou pendente o texto
5209 aprovado no âmbito do CNPCT.

5210 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
5211 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Então, se eventualmente o CONANDA tiver
5212 aprovado alguns termos que não estiverem... Que já estiverem nessa Resolução,
5213 talvez não tivesse a necessidade, mas se eventualmente nossa Resolução
5214 encontrar pontos que não estiverem na Resolução do Conanda, talvez fosse
5215 importante a gente tomar pontos que eventualmente passaram ao largo dessa
5216 análise que foi feita exclusivamente lá, mas que não exclui também obviamente
5217 aqui.



5218 **Interlocutor não identificado** – Acredito que o seu encaminhamento dois para as,
5219 vá ao encontro da necessidade, que é para a Resolução que Eventualmente, existe
5220 sobre o tema.

5221 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
5222 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Exato. Porque a partir... Então, proposta 2
5223 é um ofício ao CONANDA para verificar a Resolução das meninas e a partir de
5224 existência verificarem necessidade ou não de dar continuidade à proposta que havia
5225 ficado pendente, então, de análise ou de aprovação?

5226 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ela... Resgatando um pouquinho, posso
5227 explicar melhor na mesa ou depois, resgatando um pouco, era para ser uma
5228 Resolução conjunta. Então, foi feita uma minuta que veio do Conanda e passaria
5229 pelo CNPCT para que o CNPCT aprovasse esse texto que veio do CONANDA.
5230 Então, teve uma plenária, a penúltima plenária de 2018, deliberou para ser, então,
5231 fechar dessa deliberação e votada a aprovação na última e nessa última não houve
5232 por outras circunstâncias da reunião, outras circunstâncias que ocorreram na
5233 reunião. Então, não foi feita a aprovação final do texto que veio do Conanda pelo
5234 CNPCT. Eu tenho notícia, não consigo te dar convicção de como está, mas tenho
5235 notícia de que esse texto, por ter sido do Conanda, continuou, teve desdobramentos
5236 do Conanda.

5237 **Interlocutora não identificada** – Perfeito. Aí a última proposta, Presidenta, então,
5238 que a gente... Ah, desculpa.

5239 **Interlocutora não identificada** – Deixa só eu fazer uma parte, porque tem haver
5240 ainda com essa outra questão, só uma correção nessa contextualização de João
5241 Lança, porque, na verdade, essa Resolução conjunta, ela foi aprovada em reunião
5242 do biênio anterior a esse que passou agora, só que o que aconteceu foi que eles
5243 tinham um sumiço do registro dessa reunião, mas foi aprovada em reunião do
5244 CNPCT também, inclusive, foi reiterada mais uma vez nas reuniões seguintes que
5245 foi aprovado, declaração, inclusive, de voto novamente. Então, a realidade é que a



5246 gente não tem o registro do dia da reunião, porque esse registro desapareceu, mas
5247 foi aprovada no CNPCT, só para registrar mais uma vez em mais uma reunião.

5248 **Interlocutora não identificada** – Então, acho que... Ficaria junto com essa
5249 proposta de resgatar o que foi feito aqui para a gente não perder esse histórico e a
5250 proposta 3 é encaminhar esse ofício à secretaria nacional mencionada pelo Sávio,
5251 que acompanha o socioeducativo, e o departamento nacional de fiscalização,
5252 monitoramento em fiscalização dos... Unidade socioeducativas que eventualmente
5253 tenha homem na instituição.

5254 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – O**
5255 Augusto levantou a mão.

5256 **Sr. Augusto Luiz de Aragão Pessin (Suplente - Rede de Proteção e Resistência**
5257 **Contra o Genocídio)** – Era exatamente isso que a Fernanda acabou de dizer, me
5258 sinto contemplado, estamos já no momento em que não se faz uma abordagem,
5259 uma busca pessoal por policial homem e mulheres. É estarrecedor que temos que
5260 lidar com isso. Então, esse levantamento de quais unidades para internação de
5261 mulheres ainda contam com guardas homens, é a medida que sugeriria e ênfase.

5262 **Interlocutor não identificado** – Tem um terceiro, então, encaminhamento,
5263 Fernanda?

5264 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
5265 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Exato.

5266 **Interlocutor não identificado** – E está aqui no Chat? Não, não é? Qual seria esse
5267 terceiro?

5268 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
5269 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Posso colocar. Posso colocar aqui.

5270 **Interlocutor não identificado** – Por favor, porque aí simplifica aqui para nós, para
5271 que todos confirmam. Então, enquanto a Fernanda coloca, pessoal, nós temos aqui



5272 o primeiro encaminhamento, que é enviaram ofícios às autoridades locais do DF,
5273 citou aqui às autoridades, GMF...

5274 **Interlocutor não identificado** – GMF. O que é o GMF? Eu fiquei na dúvida.

5275 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
5276 **Defensoras e Defensores Públicos)** – De Brasília eu acho que eles chamam de
5277 DMF.

5278 **Interlocutora não identificada** – Acho que no DMF estão os grupos de
5279 monitoramento e fiscalização dentro dos TJs.

5280 **Interlocutor não identificado** – Então, aqui é, DMF correto?

5281 **Interlocutora não identificada** – Isso.

5282 **Interlocutor não identificado** – Então, o DMF ou GMF, DPE, DPU, MPF e MPE
5283 quanto às providências adotadas para a interrupção das violações identificadas pelo
5284 Mecanismo em qual relatório? Nos dois? O que teve mais de um no âmbito do DF,
5285 não é? Um na IFPI e um no socioeducativo, correto? E

5286 **Interlocutor não identificado** – E na casa de passagem.

5287 **Interlocutor não identificado** – Então, são três, não é? É relativa aos 3, Fernanda,
5288 sua proposta?

5289 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
5290 **Defensoras e Defensores Públicos)** – A minha era em relação ao socioeducativo,
5291 mas se o Mecanismo trouxe aqui a informação que nada foi cumprido, acho que
5292 pode se entender em relação aos três para já fazer a implementação pelo Comitê,
5293 se ninguém se opusesse, o pessoal do Mecanismo também.

5294 **Interlocutor não identificado** – Aqui é o MPDFT, está bem? Também tem que
5295 corrigir o MPDFT e como é padrão, a gente costuma trazer esse texto aqui para
5296 aprovação no colegiado, mas pelo avançar do horário aqui, quase 13h já, então,



5297 essa elaboração vai ter que ser posterior. Acho que a Fernanda pode encaminhar
5298 uma sugestão aí e aí o exercício da vice-presidência assina após passar pela
5299 formatação da Coordenação-Geral, o exercício da vice-presidência assina esse
5300 ofício, está bem?

5301 **Interlocutor não identificado** – Então, seria incluir os três relatórios, em especial
5302 quanto... No caso, você tem aí uma concretização do objeto, em especial quanto ao
5303 uso de armas menos letais, o uso de algemas fora das hipóteses autorizadas pelo
5304 STF e sem justificativa, tratamento de saúde mental sem projeto terapêutico
5305 singular. Segundo, ofício ao Conanda quanto a existência de Resolução de meninas
5306 no socioeducativo. 3, encaminhamento de ofício à secretaria nacional do
5307 socioeducativo, que a secretaria nacional de criança e adolescente, que tem a
5308 Coordenação do socioeducativo. Seria isso, não é? Que é a SNDCA. E ao DMF
5309 para que informem às unidades socioeducativas de meninas que têm agentes
5310 masculinos em atuação. Tem uma quarta proposta: Oficiar o DMF e o DEPEN para
5311 que informe unidade de privação de liberdade de mulheres que tenha agentes
5312 masculinos em atuação. Imagino que essa informação é bem regionalizada, não sei
5313 se terá um cadastro em que esses órgãos serão capazes de dar esse tipo de
5314 informação. Falo isso, porque é possível, não posso afirmar, eu tenho esse receio
5315 de que esse nosso ofício não tenha nenhum efeito.

5316 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
5317 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Mas eu acho que até pela previsão legal
5318 eles teriam a obrigação de ter... Assim, sei que do ponto de vista prático talvez eles
5319 não respondam, mas talvez o nosso ofício até fomenta que eles façam esse tipo de
5320 controle.

5321 **Interlocutor não identificado** – Perfeito. Como você quer proceder, Presidenta?

5322 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
5323 Então, acho que a gente chegou aos 4 encaminhamentos, ninguém se opôs aos
5324 encaminhamentos, a gente pode seguir nesses encaminhamentos.



5325 **Interlocutor não identificado** – Não temos oposição? Temos contribuições?
5326 Gustavo, você está falando alguma coisa? Seu áudio está fechado.

5327 **Sr. Gustavo** – Ah, perdão, agradeço. Só algumas correções ali, como foi dito, a
5328 secretaria nacional da criança e do adolescente não é do socioeducativo e alguns
5329 outros ajustes ali de forma, mas também tem a aprovação, vamos buscar esses
5330 dados, vamos tentar esses dados aí.

5331 **Interlocutor não identificado** – Então, eu peço aí para Coordenação de apoio,
5332 Natália, ao copiar esses encaminhamentos para o sumário Executivo, faz esses
5333 ajustes aí que o Gustavo comentou, assim como também ali é DMF e não GMF,
5334 MPDFT e não MPF. Com a palavra, Presidenta.

5335 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
5336 Bom, acho que, então, esses ofícios ficariam prontos, pelo que o Gustavo falou, é
5337 isso? Aí depois...

5338 **Interlocutor não identificado** – Eles disponibilizam para a assinatura da vice-
5339 presidência em exercício decorrente dessa reunião.

5340 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Mas
5341 qual é o tempo?

5342 **Interlocutor não identificado** – Como o Sávio colocou, eu queria pedir mesmo a
5343 ajuda da Fernanda e dos demais da mesa diretora e até do Mecanismo para a gente
5344 minimamente direcionar pela natureza de cada caso esses ofícios para as
5345 informações não ficarem muita informação num ofício só para a uma autoridade ou
5346 para caso que não é relativo àquela informação que está sendo solicitada e a gente
5347 faz essas minutas aqui, a gente organiza elas e coloca à disposição da vice-
5348 presidência para assinar. Eu creio que até sexta-feira gente tem condição de fazer
5349 isso da próxima semana.



5350 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Até
5351 a próxima semana, mas o fluxo seria de você mandar essas minutas para as
5352 colaborações, é isso? Antes da assinatura.

5353 **Interlocutor não identificado** – Isso. A gente pode enviar aqui um primeiro texto
5354 de minuta da Mesa Diretora.

5355 **Interlocutor não identificado** – O ideal já nas próximas é que venha uma proposta,
5356 que aí nós conseguimos, mas como não veio e já pelo adiantado o horário, vamos
5357 encaminhar dessa forma, então, que aí não perde a expedição do documento.

5358 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Mas
5359 aí não teria como vir uma proposta de uma coisa que a gente teve conhecimento
5360 agora, enfim, é um pouco complexo

5361 **Interlocutor não identificado** – Se quiserem levar para a extraordinária também
5362 para análise, mas acho que vinte dias acaba demorando um pouco mais.

5363 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
5364 Não, eu sei, só estava querendo entender o fluxo para a gente justamente combinar
5365 isso, porque às vezes as coisas ficam complicadas e, enfim, elas acabam se
5366 perdendo. Então, é importante que a gente compactue isso. Então, na sexta-feira
5367 que vem você, então, João, vocês mandariam um esboço dessa minuta para a
5368 gente fazer, então, as contribuições, em especial à Fernanda que trouxe e o próprio
5369 Mecanismo.

5370 **Interlocutor não identificado** – Então, vamos tentar adiantar isso daí, acho que
5371 até sexta-feira, que sabe, a gente consegue concluir.

5372 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Dia
5373 29.

5374 **Interlocutor não identificado** – Minha sugestão, João, pedir para a equipe e
5375 administrativa rodar um e-mail para o Mecanismo e para a ANADEP, para a



5376 Fernanda, pedindo que consolide essas informações e vocês colocam no formato
5377 lá dos ofícios aqui expedidos para disponibilizar para a vice-presidência.

5378 **Interlocutor não identificado** – Ok, a gente faz aqui algo nesse sentido aí.

5379 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –

5380 Bom, então, acho que a gente pode passar para a penúltima a pauta aqui que a
5381 gente inverteu, que seria das denúncias, do fluxo de encaminhamentos. Enfim,
5382 João, se você quiser falar aqui.

5383 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim. A gente iniciou o fluxo de

5384 informações e tratamento de denúncias no CNPCT, conforme a Resolução 4 de
5385 2016. Essa Resolução 4 eu coloquei aí... Nós colocamos aqui, a equipe, no bloco,
5386 na pasta do drive. Bloco é porque... Bloco é no SEI. Colocamos no drive e segundo
5387 essa Resolução, a gente resumiu o fluxo e da seguinte forma: A gente tem o
5388 recebimento da denúncia, nós disponibilizamos o inteiro teor para a mesa diretora
5389 fazer eventuais tratamentos e análises e propor medidas urgentes. Em seguida,
5390 concomitantemente, a gente comunica todos os membros, faz o extrato do
5391 recebimento da denúncia, diz que a denúncia foi, então, encaminhada em seu
5392 inteiro teor para a mesa diretora, a quem cabe analisar e solicitar medidas urgentes,
5393 sugerir medidas urgentes da Presidência e a partir disso traz para o plenário que foi
5394 encaminhado pela mesa diretora e o plenário decide referendar encaminhamentos
5395 tomado ou encampar e dar novos encaminhamentos. Um desses encaminhamento,
5396 por exemplo, é designar relatores para aprofundar, trazer um relatório sobre a
5397 petição ou expedir resoluções, recomendações, ofícios, como foi agora
5398 encaminhado e outras ali eventualmente previstas na Resolução 4. Então, a gente
5399 encaminhou conforme esse fluxo 4 denúncias, se eu não me engano, deixa eu abrir
5400 aqui. Nós encaminhamos quatro denúncias. Na verdade, seriam aqui quatro
5401 denúncias, 4.2.1, relativas a incidentes no socioeducativo de Pernambuco. São
5402 incidentes que ocorreram em meados ali do segundo semestre de 2021, mas que
5403 foram acompanhados retirados desdobramentos neste primeiro semestre e
5404 expediente nos foi enviado pela Coordenação dos SINASE, da secretaria aqui do



5405 Ministério da criança e do adolescente. Vou compartilhar aqui para facilitar, nós já
5406 estamos aí bem avançados. Então, essa aqui foi a situação. A gente preparou um
5407 extratozinho aqui bem rápido. Vou compartilhar com vocês. Vocês estão vendo?
5408 Tem o extrato da denúncia aqui. Então, como eu disse, a Coordenação de assuntos
5409 socioeducativos...

5410 **Interlocutora não identificada** – Dá para aumentar um pouquinho?

5411 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Incidentes lá no...

5412 **Interlocutora não identificada** – Isso, obrigada.

5413 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Incidentes no socioeducativo de
5414 Pernambuco. Foi apresentada à mesa diretora... O encaminhamento sugerido pela
5415 mesa foi encaminhar ofícios às autoridades locais lá, as Gestores do socioeducativo
5416 de Pernambuco solicitando informações e providências tomadas depois dos
5417 acompanhamentos que nos foram noticiados aqui nesse expediente. Nós
5418 colocamos também à disposição e encaminhamos também irregularidades do
5419 sistema prisional do Amazonas. Isso daqui foi uma denúncia trazida no dia 10 de
5420 junho, na plenária de 10 de junho do ano passado de uma preocupação com o
5421 descontrole do sistema prisional de Manaus, no Amazonas, e o Comitê, o CNPCT,
5422 indicou a formação de um GT para acompanhar a situação. Foram feitas três
5423 reuniões com atores locais e o CNPCT. A preocupação inicial foi mapear, nós
5424 obtivemos em formação do porquê houve indícios ali, levar a preocupação do
5425 descontrole ali nos presídios de Manaus. Lembrando que foi muito falado nessa
5426 circunstância do ano passado os episódios de 2019 e 2017. Então, isso motivou a
5427 prorrogação do Comitê nacional para acompanhar a situação de perto, porque
5428 houve incidentes nos bairros de dentro do presídio e a agenda nacional do
5429 encarceramento de Manaus apontou preocupações a partir de relatos de familiares
5430 e aí foi apurado. Então, qualquer ideia aqui? A gente trazer o que foi levantado pelo
5431 grupo de trabalho do Comitê e saber do Comitê se ele... Se o Comitê delibera
5432 demais encaminhamentos para acompanhar essa situação ou os seus



5433 desdobramentos e também, assim como do anterior, todos aqui, a mesa
5434 encaminhou para um ofício solicitando informações atualizadas das autoridades
5435 locais. Assim também foi o relatório do CNJ do Ceará, que nós estamos
5436 compartilhando aqui, feito no segundo semestre e também recebemos uma
5437 denúncia de tortura num processo da Justiça Federal de Santa Catarina. A
5438 Defensoria pública da União nos autos requisitou a intimação, a comunicação do
5439 Comitê e aí também foi sugerido pela mesa diretora fazer a sugestão de ofícios para
5440 autoridades locais atualizarem a informação. Então, a minha sugestão é: Não
5441 havendo outras contribuições, se o plenário referenda esses encaminhamentos da
5442 mesa diretora, que é a expedição de ofícios para solicitar informações a respeito do
5443 caso e atualizar para que isso volte para a Mesa Diretora para uma análise
5444 atualizada. Se não tiver outros encaminhamentos, sugiro que esse seja o
5445 encaminhamento dado aqui perante o plenário.

5446 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5447 Estão todos de acordo? Acho que sim. Então, acho que pode ser esse o
5448 encaminhamento que a gente já tinha definido na mesa diretora.

5449 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Perfeito. Então, com a palavra,
5450 Presidenta.

5451 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Era
5452 isso só desse assunto ou tem mais alguma outra coisa?

5453 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** É apresentar essas denúncias que foram
5454 encaminhadas.

5455 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5456 Está bem. Bom, então, a gente esgotou aqui todos os temas da pauta. Então, só
5457 seria agora revisão do sumário Executivo, não é?

5458 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** E isso.



5459 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5460 Então, acho que a gente pode fazer isso mesmo para ver se teve algum eventual
5461 equívoco, alguma coisa que acabou passando.

5462 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Perfeito. Peço para Coordenação de
5463 apoio fazer aí a...

5464 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5465 Alguém levantou a mão. Cândida.

5466 **Sra. Cândida de Souza (UFRN) –** Oi. Fui eu sim. Então, gente, aproveitando aí que
5467 o pessoal está abrindo o sumário Executivo para gente repassar, vou dar um
5468 informe meio extemporâneo, mas ainda é tempo, que essa é a minha última reunião
5469 aqui do Comitê nacional representando a UFRN, porque eu passei no concurso da
5470 Paraíba, você professora da UFPB e, portanto, estou me desligando da
5471 universidade federal do Rio Grande do norte. Na minha suplência atualmente quem
5472 está é o Alex e ele agora assume a titularidade e a professora Anna Karenina vai
5473 ficar na suplência. A gente ainda vai formalizar junto à Coordenação de apoio, mas
5474 já aviso para vocês que esse é o meu último momento aqui com vocês e quero
5475 deixar aí de antemão o meu agradecimento enorme pelo tempo e aprendizado que
5476 a gente teve, principalmente, acho que enquanto sociedade civil de reconhecer que
5477 só na luta coletiva é que a gente consegue barrar os retrocessos que estão aí
5478 colocados. Já que foi proibido falar de governo, enfim, acho que a gente pode falar
5479 do Ministério, assim, que é um Ministério que deveria ter dado um apoio muito maior
5480 em muitas pautas daí burocráticas, enfim, para garantir o célere funcionamento do
5481 Comitê e até hoje estamos aí está indo sem o Comitê completo, enfim, com o
5482 Mecanismo também com períodos pendentes e tal e sempre essa luta que a gente
5483 teve diz estar aí barrando e superando aí esses entraves, que são burocráticos, mas
5484 que muitas vezes a gente sabe que são também políticos. Então, agradecer muito
5485 ao tanto que eu aprendi junto com a sociedade civil, enfim, ou sair de todo mundo
5486 tanto do biênio passado. Desejar muita serenidade, muita paz e muita tranquilidade
5487 para as entidades que estão chegando agora nesse novo biênio e dizer que estou



5488 aqui a disposição e que a gente se encontra aí em outras frentes de luta. Muito
5489 obrigada.

5490 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5491 Muito obrigada, Cândida. Queria agradecer a sua participação aqui no Comitê. A
5492 gente chegou agora, mas, enfim, nessas reuniões todas deu para perceber o quanto
5493 que você participou, foi combativa e sabe todas essas normas, os regimentos,
5494 enfim, e se internou no espaço do Comitê. E aí tem a Fernanda e o Sávio que
5495 levantaram a mão.

5496 **Interlocutora não identificada –** Presidenta, só um registro aqui. A representante
5497 da sociedade civil da agenda não está?

5498 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** A
5499 agenda? Aonde? Aqui no...

5500 **Interlocutora não identificada –** É, na abertura do sumário Executivo, sumário,
5501 segundo dia, registro.

5502 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Ah,
5503 vocês estavam presentes, não estavam?

5504 **Interlocutora não identificada –** Estamos.

5505 **Interlocutor não identificado –** É porque isso daí...

5506 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** É
5507 porque foi o quórum. Exatamente.

5508 **Interlocutor não identificado –** No momento do quórum estavam esses presentes.

5509 **Interlocutora não identificada –** Ah, está bem.

5510 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5511 Agora a Fernanda e depois o Sávio.



5512 **Sra. Fernanda** – Obrigada, Presidenta. Realmente só falar que a Cândida merece
5513 uma moção de agradecimento do Comitê pelo serviço público relevante prestado, a
5514 própria natureza da nossa utilidade aqui pela própria Gleice se caracteriza como
5515 serviço público relevante que, de fato, a Cândida sempre nesse tempo que
5516 acompanhamos na gestão anterior como convidados, a Cândida sempre se revelou
5517 muito combativa, mas ao mesmo tempo muito atuante, muito prestativa para que
5518 sua não como membra fosse efetivamente cumprida, membro da sociedade civil.
5519 Então, acho que muito merecida essa fala de agradecimento pelo serviço que ela
5520 prestou e, inclusive, uma moção de agradecimento do próprio Comitê. Então, é isso,
5521 desejar boa sorte e bons ares aí, boas energias para Cândida e registrar o
5522 agradecimento também por parte da ANADEP. Obrigada.

5523 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Pela ordem, Presidente. Queria fazer
5524 uma sugestão. Nós demos o final da nossa reunião e eu queria sugerir que a gente
5525 validasse esse sumário Executivo junto com a meta diretora agora do grupo de
5526 WhatsApp da mesa diretora, a gente desce uma lida e a própria mesa diretora
5527 apontasse correções entre nós e a gente validasse o sumário Executivo para
5528 encerrarmos a reunião no seu horário. Que fazer esse pedido.

5529 **Interlocutora não identificada** – Eu me inscrevi aqui também.

5530 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
5531 Bom, tem a Mauricléia, Sávio, inscrita, aí você pode mandar aqui, a gente pode
5532 analisar isso aqui do WhatsApp.

5533 **Interlocutora não identificada** – Bem observado, João, é uma questão formal.
5534 Acho que a mesa diretora pode fechar e mis sido contemplado com a fala da
5535 Fernanda aí, desejo muito sucesso para a Cândida e muitas felicidades aí nessa
5536 nova função. Agradeço.

5537 **Interlocutora não identificada** – Por favor, Mauricléia.



5538 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
5539 **Social)** – Posso falar, Sofia? Sofia?

5540 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5541 Sim, pode falar.

5542 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
5543 **Social)** – Não, eu gostaria de fazer uma ressalva aí no sumário, como foi chamada
5544 a atenção, que colocassem a observação de que vimos que as pessoas chegaram
5545 atrasadas, que foi o meu caso, pelo CFESS, colocasse que as pessoas estão
5546 presentes na reunião. Elas podem não ter feito parte do quórum, mas que elas
5547 participaram da reunião.

5548 **Interlocutor não identificado** – Eu... Está bem. No sumário Executivo a gente
5549 coloca a contagem do quórum e nós colocamos os pontos de destaque. A gente
5550 não coloca que participaram da reunião, durante a reunião em tal horário. No
5551 sumário Executivo são os destaques. Agora, nós podemos colocar aqui, a minha
5552 sugestão, podemos fazer várias coisas. Eu quero pedir para considerar colocar,
5553 então, o seu pedido de registro de participação. O Conselho de serviço social pede
5554 para registrar expressamente que participou. Porque o sumário Executivo é isso.
5555 Na ata, na transcrição, de todo mundo que participou, que falou. Nas decisões
5556 quando volta, registra quem registrou o voto. Então, faremos esse registro,
5557 Mauricléia.

5558 **Sra. Mauricleia Soares dos Santos (Titular - Conselho Federal do Serviço**
5559 **Social)** – Obrigada.

5560 **Interlocutor não identificado** – Obrigado também. Presidenta? Seu áudio está
5561 fechado.

5562 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Vou
5563 abrir aqui o WhatsApp. Não estou conseguindo abrir, não está carregando para ver
5564 o sumário Executivo.



5565 **Interlocutor não identificado** – Meu pedido, Presidenta, é que a gente encerre a
5566 reunião e a mesa diretora avalie e faça as correções junto conosco no sumário
5567 Executivo.

5568 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
5569 Tudo bem, mas assim, ao mesmo tempo, são 13h04, a gente demorou, sei lá, 5
5570 minutos para ler o sumário Executivo da última vez, então, não vejo prejuízo de a
5571 gente fazer isso aqui agora.

5572 **Interlocutor não identificado** – É um pedido. O pedido foi acatado ou não
5573 acatado?

5574 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
5575 Não, eu acho que a gente pode olhar aqui agora o sumário Executivo.

5576 **Interlocutor não identificado** – Está bem.

5577 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – 10
5578 minutos no máximo a gente acaba isso.

5579 **Interlocutor não identificado** – Está bem. Coordenação de apoio pode projetar,
5580 por favor? Pode fazer a leitura para nós, Natália, por... Débora? É a Natália.

5581 **Sra. Natália Viana Montechi Silva** – Sim, vamos lá. Aqui abertura às 9h08 tem o
5582 quórum de 14 membros presentes, membros emendas. Horário de início do ponto
5583 de pauta às 9h09. Condução: Vice-presidente Sofia Fromer. Quórum: 14,14
5584 presentes. Seis da sociedade civil e 8 de governo. Depois eu sei que entraram,
5585 ficamos em 10/10 na maior parte da reunião. Deste governo e bege sociedade civil.
5586 Consta aí a observação que o Conselho de serviço social pediu registro de
5587 participação. Depois aqui pauta administrativa. Proposta de missões conjuntas
5588 DPU/CNPCT/MNPCT: eu coloquei um pouquinho de debate, maiores detalhes
5589 realmente só na Degravação. CNPCT preocupa-se que a missão precisa ser feita
5590 com o Mecanismo. Proposta de não dispensar o convite. Fernanda da Anadep



5591 propõe Reunião Extraordinária para apresentar relatório do Amazonas ao CNPCT
5592 e este tomar as providências emergenciais. Rogério Guedes explica que o CNJ está
5593 acompanhando através do DMF a missão do Amazonas. Esclareceu também sobre
5594 o Distrito Federal. Carolina Lemos e Fernanda Oliveira sugeriram mais estados:
5595 Minas Gerais, Bahia e Paraná. Encaminhamento da sociedade civil: A reunião
5596 extraordinária com convite ao CNJ, MNPCT e DPU para tratar sobre as denúncias
5597 e aqui já tem mais estados. Cobrar também o Mecanismo os relatórios de violações,
5598 sobretudo do Amazonas. Sávio propôs fazer na ordinária ou extraordinária para
5599 fazer um balanço dos relatórios. Por fim, a Sofia pediu uma reunião com o CNJ em
5600 15 dias virtual. E aí o encaminhamento final que se deu foram esses dois, o um e o
5601 dois. O 1: reunião extraordinária on-line, no período da manhã, em 20 dias, para
5602 avaliar o relatório do estado do Amazonas, incluindo outros atores. Vou até
5603 acrescentar aqui. Como o CNJ, a DPU e a Frente pelo Desencarceramento do
5604 Amazonas. Encaminhamento 2: Na próxima reunião ordinária para a apresentação
5605 dos relatórios do MNPCT sobre os estados Distrito Federal, Minas e Paraná. 3.
5606 Depois passamos para a pauta temática no item 3, que foram as propostas de
5607 instituição de Grupos de Trabalho, GT Audiências de Custódia e o GT de Visitas
5608 externas e Revista íntima. No GT 1, que é audiência de Custódia, ficou definido
5609 Maria Felipa, Anadep, Ministério da Defesa e a Senasp pelo ministério da justiça e
5610 segurança pública. No GT 2 sobre visitas externas e Revista Íntima: o ITTC,
5611 Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privativas de Liberdade, o
5612 Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que é o Sávio o representante, e
5613 Depen do ministério da justiça e segurança pública. Depois passamos aqui para a
5614 pauta temática. Na verdade, a gente inverteu. Primeira a gente fez um relatório do
5615 Mecanismo e aí eu anotei um pouquinho do socioeducativo. Do socioeducativo, que
5616 o Rogério falou, que tem muitos casos de suicídios, uso de medicação controlada
5617 sem um controle adequado, com tratamentos regulares sem atividades
5618 pedagógicas, poucas atividades socioeducativas, homem no socioeducativo
5619 feminino podendo ocorrer estupros, patrulha canina da PMDF, uso de armamentos
5620 menos letais que não são, na verdade, menos letais. Na instituição de saúde mental,



5621 anotei que tem aspecto de residência terapêutica, sem integração e há isolamento.
5622 A recomendação do Mecanismo foi pelo fechamento. Na ILPI aqui do DF teve
5623 isolamento de idosos, inércia da Direção para iniciar atividades. A lógica ali é da
5624 medicalização e alimentação somente e inexistência de Projeto Terapêutico
5625 singular. E aí como encaminhamentos tivemos quatro: Ofícios às autoridades locais
5626 do DF, DMF, DPDF, DPU, MPF e MPDFT, quanto às providências adotadas para a
5627 interrupção das violações identificadas pelo MNPCT, em especial, quanto ao uso
5628 de armas menos letais, uso de algemas fora das hipóteses autorizadas pelo STF e
5629 sem justificativa, tratamento de saúde mental sem projeto terapêutico singular. 2:
5630 Ofício ao Conanda quanto à existência de resolução de meninas no socioeducativo.
5631 Ofício à Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente e ao DMF para que
5632 informem as unidades socioeducativas de meninas que tenham agentes masculinos
5633 em atuação. E ofício ao DMF e ao Depen para que informem as unidades de
5634 presídios femininos que tenham agentes masculinos em atuação. E aí depois a
5635 gente voltou para o tema que era o item III, que era o fluxo de encaminhamento com
5636 as denúncias ad referendum da Mesa Diretora. E aqui o João e explicou o início do
5637 fluxo, conforme a Resolução 4, que é o recebimento da denúncia, inteiro teor à mesa
5638 diretora do CNPCT, análise e sugestões da mesa; e submissão ao plenário. Como
5639 encaminhamento ficou o envio de ofícios e atualizações para autoridades locais, a
5640 pedido da mesa diretora. Está ok?

5641 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
5642 Sim. Obrigada, Natália.

5643 **Sra. Natália Viana Montechi Silva –** Depois do encerramento.

5644 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** De
5645 acordo. Demorou 5 minutos a mais, mas a gente, enfim, fez isso. Que agradecemos
5646 a participação de todos e todas e nos vemos, então, na próxima reunião.

5647 **Interlocutor não identificado –** Tchau, pessoal.



- 5648 **Interlocutora não identificada** – Obrigada.
- 5649 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
5650 Tchau.
- 5651 **Interlocutor não identificado** – Tchau, boa tarde, pessoal.
- 5652 **Interlocutor não identificado** – Tchau, gente, boa tarde.
- 5653 **Interlocutora não identificada** – Tchau, boa tarde.
- 5654 **Interlocutora não identificada** – Boa tarde.